

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CURITIBA
PARANÁ 2024

DIREÇÃO GERAL

Laureci Schmitz

ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL

Claudia Ayako Tamura

SECRETARIA GERAL

Paulo Cesar Batista

DIREÇÃO AUXILIAR

Doriana Schiavo da Silva

Leisa Moreira Melhoretto

Alexandro Muhlstedt

DIVISÃO EDUCACIONAL

Cesar Augusto Cruz da Silva

Maria Eleniz Ferreira Elias

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Lucimara Seidler Rodrigues

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
I. ELEMENTOS SITUACIONAIS.....	8
1. HISTÓRICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ	9
1.1. IDENTIFICAÇÃO DO COLÉGIO.....	21
1.2. SÍMBOLOS OFICIAIS	22
1.3. CARACTERIZAÇÃO.....	26
1.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	30
1.5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	59
1.5.1 PRÁTICA PEDAGÓGICA NO PERÍODO DA PANDEMIA - COVID 19	63
1.6. FORMAS DE INGRESSO PARA ESTUDANTES NOVOS NO COLÉGIO.....	65
1.7. REVALIDAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE ESTUDOS.....	68
1.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	71
1.9. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR.....	75
1.10. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL.....	78
1.11. INDICADORES EDUCACIONAIS	79
1.12. RENDIMENTO ESCOLAR E FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES	80
II. ELEMENTOS CONCEITUAIS	82
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS, POLÍTICOS E METODOLÓGICOS.....	83
2.1. A SOCIEDADE E O MUNDO CONTEMPORÂNEO	83
2.1.1. O Contexto da Pandemia COVID-19	86
2.2. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA	87
2.3. A EDUCAÇÃO E A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	91
2.3.1. O Trabalho como Princípio Educativo	96
2.4. O CURRÍCULO E A QUESTÃO DO CONHECIMENTO	99
2.4.1. Organização Disciplinar e a Integração Curricular	101
2.4.2. O Novo Ensino Médio	102
2.5. SUJEITOS DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	104

2.5.1. CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA: a transição entre etapas do Ensino Fundamental	105
2.5.2. CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE(S): os jovens como sujeitos sociais	106
2.5.3. A APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE ADULTO: a Formação do Estudante na Educação Profissional	108
2.5.4. CLIMA ESCOLAR: Organização e manutenção de um ambiente favorável à aprendizagem	111
2.6. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR	113
2.6.1. O Atendimento Educacional Especializado (AEE)	116
2.6.2. Os Serviços de Apoio Especializados	117
2.6.3. A Abordagem Inclusiva e a Atenção Psicossocial	118
2.7. CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	123
2.8. ENSINO HÍBRIDO E ENSINO REMOTO	125
2.9. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	127
2.10. PILARES DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ	129
2.11. CONCEPÇÃO E OBJETIVO DA OFERTA DE ESTÁGIOS	130
2.11.1. Marco Operacional	133
2.11.2. Organização, Acompanhamento, Avaliação da Prática do Estágio	134
2.11.3. Avaliação e Acompanhamento do Estágio	135
2.11.4. Parcerias e Órgãos Integradores	135
III ELEMENTOS OPERACIONAIS	142
3. PLANO DE AÇÃO: PROPOSIÇÃO DE METAS	143
3.1. DIMENSÃO 1: PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	144
3.2. DIMENSÃO 2: AMBIENTE E CLIMA ESCOLAR	148
3.3. DIMENSÃO 3: PRÁTICA FORMATIVA	149
3.4. DIMENSÃO 4: GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	150
3.5. DIMENSÃO 5: FORMAÇÃO CONTINUADA	151
3.6. DIMENSÃO 6: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	152
4. ELEMENTOS CURRICULARES	153
5. REFERÊNCIAS	155

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual do Paraná (CEP) tem a finalidade de explicitar a intenção de construção coletiva de uma escola cidadã, democrática e de qualidade, envolvendo efetivamente professores, pais, mães, estudantes, agentes educacionais e comunidade. A elaboração do PPP é uma necessidade, haja vista que toda escola precisa registrar seus dados, situar-se no contexto social, renovar-se planejando a curto, médio e longo prazo, sistematizar a sua prática, bem como, descrever sua dinâmica, e disso dependerá a sua história atual e futura.

No Paraná, a legislação que deu início à regulamentação dos Projetos Político Pedagógicos das escolas foi a deliberação 014/99 do Conselho Estadual de Educação (CEE). Nessa deliberação o PPP é mencionado como Proposta Pedagógica, bem como nos artigos 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que também se refere ao documento como Projeto Pedagógico (art. 14, inciso I). Numa ou noutra terminologia é proposto com o objetivo de democratizar e descentralizar as decisões pedagógicas, organizacionais e jurídicas da escola, com vistas à participação de todos os envolvidos no processo de educação escolar. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica o termo Projeto Político Pedagógico ganha uma conceituação definitiva.

O projeto político-pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias (DCN Educação Básica, 2013, p. 47).

Na Deliberação nº 02/2018, do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE-PR, 2018), o Projeto Político Pedagógico é caracterizado como documento institucional que define o rumo, a intenção e os processos pedagógicos e administrativos que serão utilizados para cumprir as metas, expectativas e objetivos propostos pela comunidade escolar e local.

A Deliberação nº 02/2018 do CEE-PR, no Art. 12, define que, para a elaboração do PPP deve-se atender aos seguintes princípios:

I. respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; II. compromisso com a qualidade do ensino e da aprendizagem; III. garantia da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, com a efetiva aprendizagem do estudante. IV. compromisso com a formação humana e cidadã, na perspectiva dos Direitos Humanos; V. compromisso com a Educação Ambiental; VI. garantia

da gestão democrática na instituição de ensino; VII. respeito e autonomia pedagógica dos profissionais da educação na execução do PPP; VIII. contextualização da ação educativa; IX. valorização da experiência extraescolar; X. vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e as práticas sociais; XI. integração da instituição de ensino com a comunidade local; XII. respeito às diferenças e às diversidades; XIII. eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação; XIV. valorização dos profissionais da educação. ()

Este projeto é, além de uma síntese de ideias, reflexões, situações e propostas, o retrato do Colégio em suas realidades, intenções e necessidades. É o projeto de escola e estabelece a forma de organização que vislumbra a formação para a cidadania tendo por princípios a autonomia e a democracia.

Portanto, é o projeto político pedagógico que integra as atividades. Todas as propostas integradoras na escola devem partir de uma concepção maior que toma o trabalho como princípio educativo - ou seja, relacionar a teoria e a prática, fundamentando-se, de modo crítico, na sociedade em que vivemos.

Dessa forma, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, tem como pressuposto diagnosticar as necessidades da prática pedagógica, identificando os elementos legais e conceituais que fundamentam esta prática. Deste diagnóstico e fundamentação, decorre, no âmbito das decisões coletivas, o plano de ação do estabelecimento de ensino. Neste sentido, o PPP:

- Constitui-se no fundamento legal, conceitual, filosófico, ideológico, metodológico e operacional das práticas pedagógicas à luz da função precípua da escola pública como via de acesso ao conhecimento;
- Expressa os princípios que fundamentam e organizam a prática pedagógica, por meio dos quais são subsidiadas as decisões, conduzidas as ações, definidos os programas desenvolvidos no estabelecimento de ensino, discutidos os impactos destes programas sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como feita a análise dos seus resultados;
- Constrói-se a partir da identificação e do registro da memória histórica que permite ao estabelecimento de ensino planejar ações a curto, médio e longo prazo, de forma a subsidiar e avaliar a prática pedagógica.

Equivale dizer que a dinâmica do Projeto Político Pedagógico deve expressar uma lógica entre diagnosticar as fragilidades e necessidades, buscar proposições e fundamentá-las, aplicá-las e acompanhá-las. Isto significa que todas as ações previstas no plano de ação devem ser o resultado do que foi levantado na prática pedagógica.

Destaca-se, ainda, que durante este processo a orientação do Projeto Político - Pedagógico foi sistematizada a partir de três elementos: Situacional, Conceitual e

Operacional de acordo com a Orientação nº 17/2019 – DEDUC/SEED.

O processo de construção e reestruturação coletiva do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná partiu dos fundamentos conceituais já previstos nos documentos precedentes. Assim como em momentos anteriores (2006, 2009, 2011, 2014, 2017 e 2019), em 2024 houve uma atualização do PPP e a versão anterior foi tomada como ponto de partida. Essa atualização foi uma exigência para situar novos encaminhamentos e novos rumos da educação escolar relacionados à implantação do Novo Ensino Médio, assim como as novas formas de desenvolver ensino aprendizagem em processos de ensino híbrido e remoto.

Vale destacar que, em 2019, a partir das orientações da mantenedora e das reuniões e discussões realizadas com todos os segmentos da comunidade escolar, o PPP do Colégio foi reestruturado, considerando o diagnóstico e a representação de toda a comunidade escolar acerca da função da escola pública e do valor da formação por ela ofertada.

Já no ano de 2024, por determinações oriundas do Conselho Estadual de Educação e pelo contexto de implantação da Lei 13.415/2017, que institui o Novo Ensino Médio, tornou-se necessário as atualizações no documento. Foi uma ação pontual em que coordenadores e diferentes profissionais tomaram o texto e as proposições da versão anterior e atualizaram com os dados, os encaminhamentos e as propostas. Foram inseridas as discussões sobre a Pandemia COVID-19, o Ensino Híbrido e Remoto, O Novo Ensino Médio e a Abordagem da Educação Inclusiva e Saúde Psicossocial.

O presente documento, portanto, sistematiza e fundamenta as discussões e propostas de toda a comunidade escolar e apresenta uma concepção de escola pública que toma a relação educação e trabalho para fundamentar o ensino-aprendizagem, o currículo, o conhecimento, a avaliação e a gestão.



I. ELEMENTOS SITUACIONAIS



1. HISTÓRICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Ao longo de sua história, o Colégio Estadual do Paraná (CEP ou Estadual, como é carinhosamente chamado) tem contribuído com a educação paranaense por meio de práticas educativas comprometidas com a formação dos seus estudantes, atendendo à diversidade que a compõem, na busca de uma efetiva educação democrática.

O espaço físico da instituição é privilegiado pela localização no centro da capital paranaense e pelo tamanho da área que disponibiliza para seus estudantes, professores, funcionários e comunidade. O Colégio Estadual do Paraná tem sido um dos principais espaços de eventos artísticos, científicos, políticos e culturais na capital do Estado, embora ainda não tenha sido incluído oficialmente no Roteiro Turístico de Curitiba. Tornou-se, assim, um espaço integrado e voltado às necessidades sociais, culturais e esportivas não só da comunidade curitibana, como também do Estado.

Toda instituição tem uma história, formada de fatos, pessoas, marcos legais etc. A história da mais tradicional instituição estadual de ensino do Paraná, começa oficialmente antes da criação do Estado do Paraná.

Assim, em **1846**, pela Lei nº 33, de 13 de março, sancionada pelo Presidente da Província de São Paulo, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva – Barão de Suruí, é criado o Licêo de Curitiba, que foi instalado em casa alugada no Largo da Matriz, atual Praça Tiradentes.

Nessa época, a região ainda pertencia à Província de São Paulo, obtendo sua autonomia somente em 29 de agosto de 1853, com a lei nº 74, assinada pelo Imperador Dom Pedro II, que desmembrou a região paranaense da Província de São Paulo. Logo após, teve início um programa oficial de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, alemães e italianos que vieram em busca de um país onde pudessem desenvolver suas aptidões e viver com condições socioeconômicas melhores do que aquelas de sua terra de origem, que, na época, passava por enorme crise.

Em **1854** foi inaugurada a primeira Sede do Licêo, na rua da Assembleia, hoje Alameda Dr. Muricy, entre as atuais ruas Saldanha Marinho e Cruz Machado. Criada em 07 de março de **1857**, a primeira Biblioteca Pública da Província – atual Biblioteca Pública do Estado do Paraná – foi instalada no Licêo, por não haver ainda sua sede própria. Em **1872**, o Governo Provincial adquiriu, para a sede do Licêo, a casa do Comendador Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar), um imóvel situado na Rua Aquidaban, atual Rua Emiliano Pernetta. Pela Lei nº 456, de 12 de abril de **1876**, o Licêo passou a

denominar-se Instituto Paranaense, anexo ao qual é instalada a Escola Normal – atual Instituto de Educação Prof. Erasmo Pilotto – e, no dia 22 de maio de **1880**, o Instituto Paranaense é visitado pelo Imperador D. Pedro II.

No contexto da República e com a Reforma do Ensino, em **1892**, o Instituto Paranaense passou a se chamar Gymnásio Paranaense, que, pela Lei Estadual nº 365, em 11 de abril de **1900** é equiparado ao Gymnásio Nacional (no Rio de Janeiro), antes denominado Colégio Pedro II, que voltaria a ter esse nome em 1911.

Em **1904**, a 3ª sede própria foi inaugurada, na Rua Borges de Macedo – atual rua Ébano Pereira - onde, hoje, está instalada a Secretaria de Estado da Cultura. Em 1905, por meio do Decreto nº 5742, de 30 de outubro, enfim o Governo Federal concede a equiparação ao Gymnásio Nacional.

Em **1918**, foi criado o Gymnásio Paranaense Internato, localizado no Palacete Loureiro, na esquina da Avenida Marechal Floriano com a Avenida Sete de Setembro. A Escola Normal desvinculou-se do Gymnásio Paranaense em **1922**, com a inauguração de sede própria, na Rua Emiliano Perneta.

O Gymnásio Paranaense Internato passou a funcionar no prédio do antigo Colégio Diocesano e Seminário, na rua Bispo D. José, sob a direção do Gymnásio Paranaense – Externato, em **1925**.

Em **1934**, foi criado o curso Pré-Ginásial, para ingresso no Curso Fundamental. O Curso Fundamental de 5 anos foi acrescido do Curso Complementar de 2 anos em **1936**, compreendendo as classes Pré-Médico, Pré-Jurídico e Pré-Engenheiro.

O Hino Oficial do Colégio foi entoado, pela 1ª vez, nas comemorações do Cinquentenário da Proclamação da República, em **1938**, quando também foi apresentada a Bandeira, aprovada pela Congregação do Colégio.

No dia 10 de julho de **1942**, por meio do Decreto nº 614, o Gymnásio Paranaense passou a denominar-se Colégio Paranaense – Externato. No mesmo ano, a Reforma Capanema transforma o Curso Fundamental em Curso Ginásial, com 4 anos de duração, e o Curso Complementar em Curso Colegial, de 3 anos, com o Clássico e o Científico.

Em **1943**, pelo Decreto nº 11.232, de 6 de janeiro, o Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, mudou a denominação para **COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ** e o Interventor Federal do Paraná, Manuel Ribas, pelo Decreto nº 1859, de 25 de março, confirmou a denominação no âmbito estadual. O Ginásio Paranaense Internato passou a denominar-se Colégio Paranaense, pelo Decreto Federal nº 12.135, de 2 de abril desse mesmo ano, desvinculando-se da tutela do Estado. Ainda naquele ano, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio para o Colégio Estadual do Paraná, na praça

Santos de Andrade, onde se encontra edificado o Teatro Guaíra.

Julgada insuficiente a área na praça Santos Andrade em **1944** foi desapropriada a Chácara da Glória, ou de "Nhá Laura", na avenida João Gualberto, iniciando-se neste local a construção da atual sede.

A Rádio Emissora do Colégio Estadual do Paraná foi criada em **1949**, atual Rádio Educativa do Estado.

Em 29 de março de **1950** foi inaugurada a sede atual pelo então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, e pelo Ministro da Educação e Cultura, Professor Clemente Mariani. A área desportiva do Colégio, composta pelas piscinas, ginásio, pista de atletismo e campo de futebol, foi inaugurada em outubro de **1951**. Em 09 de julho de **1955**, o Decreto nº 18.181 aprovou o Regime Interno dos Ginásios e Colégios do Estado, determinando, no Artigo 86, que "O Colégio Estadual do Paraná, pelas suas características de instalação e longevidade funcional, teria o seu regime próprio".

Em **1957** foram criados o Coral e a Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná. Consta que, por iniciativa de estudantes, com apoio da Escolinha de Arte, em meados de **1959**, deu-se início um trabalho de ensino musical a partir de instrumentos de percussão, como caixa de repique, surdos, bombos, pratos e xilofones de metal. Esse foi o ponto de partida do grupo que foi batizado, carinhosamente, como Bandinha Rítmica do Colégio Estadual do Paraná. Sua primeira apresentação oficial foi em 27 de junho de 1959, permanecendo como Fanfarras do Colégio Estadual do Paraná até 1971.

A Lei Estadual 4.978, de 5 de dezembro de **1964**, transformou o Colégio em órgão próprio da SEED, facultando-lhe autonomia administrativa e financeira.

Em **1966** foi adotado o uso do atual distintivo do Colégio, a esfera armilar, com a divisa **Longe Lateqve**: "*Para a frente e para o alto – em todas as direções*".

Em **1968**, através da Portaria Interna nº 294, de 16 de setembro, foi criado o Observatório Astronômico, sob a tutela dos coordenadores de assuntos astronômicos e astronáuticos, Professor Leonel Moro e Professor José Manoel Luís da Silva. O Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná - OACEP - esteve, desde sua criação, filiado à Liga Latino-Americana de Astronomia.

No ano de **1969**, foi promovida pelo Colégio a 1ª Feira Municipal de Ciências de Curitiba - FEMUCI -, com a participação de mais de 30 Estabelecimentos de Ensino, sob a organização do Professor Osny Antônio Dacol.

Em **1970**, a Direção do Colégio baixou a Portaria nº 51, de 30 de março, que outorgava a criação do Planetário do Colégio.

Em **1971**, a Fanfarras do Colégio Estadual do Paraná foi renomeada como Banda

Marcial do Colégio Estadual do Paraná, nome que manteve até **1985**. A partir desse ano, foram adquiridos os instrumentos de palhetas – clarinetes e saxofones – e a Banda Marcial foi transformada em Banda Musical do Colégio Estadual do Paraná, recebendo a denominação “Bento Mossurunga”, em homenagem ao famoso compositor, músico e professor do Paraná.

Criado oficialmente em 8 de maio de **1979**, o Museu "Guido Straube" foi inaugurado em 1985.

Em de 17 de novembro de **1982**, com a publicação da Resolução nº2971/1982, foi aprovada a criação do Centro de Línguas Estrangeiras do Colégio Estadual do Paraná (doravante CELI/CEP) com a oferta dos Cursos de LEM-Alemão, LEM-Espanhol, LEM-Francês e LEM-Inglês. Com essa aprovação, o CELI/CEP tinha como meta a superação de uma hegemonia linguística e a implantação de outros Centro de Línguas Estrangeiras em diferentes estabelecimentos de ensino tanto em Curitiba (Colégio Estadual Hildebrando de Araújo: LEM-Alemão; Colégio Estadual Professor José Guimarães: LEM-Alemão e LEM-Inglês; Colégio Estadual Lamenha Lins: LEM-Francês) quanto nos municípios de Ponta Grossa (Instituto de Educação Professor César Prieto Martinez: LEM-Inglês) e Rolândia (Colégio Estadual Souza Naves: LEM-Alemão), mantendo-se o CEPR como sede dessa oferta.

Esse movimento, além de discutir a Educação Básica, desencadeou ações em outros níveis de ensino como é o caso do Ensino Superior onde “o reconhecimento da importância da diversidade de idiomas também ocorreu na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir de 1982, quando foram incluídas no vestibular as Línguas Espanhola, Italiana e Alemã. Esse fato estimulou a demanda de professores dessas línguas” (PARANÁ, 2008, p. 46).

Em 15 de agosto de **1986**, com base no modelo do CELI/CEP e a partir das ações conjuntas entre as Associações de Professores de Línguas Estrangeiras do Estado do Paraná (APPLA-Alemão, APEEPR-Espanhol, APFPR-Francês e APIPR-Italiano) e sociedade em geral, foram reivindicadas políticas públicas e plurilinguísticas para o ensino de LEM, criando-se em através da Resolução nº3546/1986, o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (doravante CELEM), como “um espaço pedagógico para o ensino de LEM” (PARANÁ, 2017, p. 01) devendo ser ofertado em todos os estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná, rompendo com as práticas linguísticas hegemônicas e monolíngues, sobretudo democratizando o acesso dos estudantes e comunidade ao estudo das diferentes línguas, culturas e etnias. Com essa democratização da oferta de LEM para todo o Estado do Paraná, em 14 de junho de

2004, o CELI/CEP deixou de existir dando lugar ao CELEM, conforme disposto na Resolução nº2137/2004 da SEED-PR, a qual revogou as Resoluções nº2971/1982 e nº3546/1986.

Os cursos do CELI/CEP e/ou CELEM desde sua criação, objetivam “ampliar a formação dos estudantes para melhorar o acesso ao mundo do trabalho [e] ampliar o horizonte cultural dos estudantes, por meio do contato com culturas contemporâneas de diferentes povos e países [sobretudo] preservar a língua, cultura e tradição dos povos, valorizando a diversidade étnica que marca a história paranaense” (PARANÁ, 2017, p. 02). O CELEM/CEP já ofertou também os Cursos de LEM-Inglês, LEM-Italiano, LEM-Mandarim, LEM-Polonês e LEM-Ucraniano. Atualmente, desde o ano de 2020, o CELEM/CEP oferta os Cursos de Nível 1, Nível 2 e Nível 3 de LEM-Alemão, LEM-Espanhol, LEM-Francês e LEM-Japonês, assegurando a oferta da pluralidade linguística, étnica e cultural. Portanto, as línguas ofertadas no CELEM/CEP se configuram como a identidade dos povos formadores da sociedade paranaense e brasileira. Dessa forma, neste Projeto Político Pedagógico, o CELEM/CEP cumpre sua função social, garantindo “direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes da Educação Básica e Comunidade” (CNE/CP, 2017, p. 01) sobre as LEM e suas identidades sociais.

Em **1988** foi assinado o Termo de Doação de uma área de terreno, com 5.000m², em Campo Magro, para construção do Observatório Astronômico.

Pela Resolução nº 2.348, de 16 de agosto de **1990**, foi aprovado o novo Regimento Interno do Colégio, reformulando sua estrutura organizacional.

Em **1992** foi aprovado o atual Regimento Interno pela Resolução nº 3.138, de 24 de setembro.

No ano de **1993** foram entregues as obras de restauração total do prédio do Colégio, iniciadas em outubro do ano anterior.

Em 10 de março de **1994** foi tombada a área física e o terreno do Colégio, pelo Patrimônio Público Histórico do Estado, através da Inscrição nº 118, Processo nº 03, e nesse mesmo ano foram inauguradas as instalações do Observatório Astronômico "Prof. Leonel Moro", iniciadas em 1993.

Em 27 de março de **1995**, através da Resolução n.º 1.114, foi extinto o Ensino de 1º Grau, passando o estabelecimento a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino de 2º Grau. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a rede de Informática Administrativa e Pedagógica e, ainda nesse ano, em comemoração aos 45 anos da inauguração do atual prédio, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT lançou o carimbo alusivo ao aniversário da Instituição.

Em **1996** foi feita a comemoração do Sesquicentenário do Colégio Estadual do Paraná, contando com a visita do Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato de Souza, e lançamento de carimbo alusivo à data, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT. O Colégio foi ligado à *Internet* no ano de **1997**, ano que iniciou o Intercâmbio Cultural com Londres, por meio da TECPAR.

Pela Resolução nº 3.120/98 - SEED, a partir de 2 de outubro de **1998**, o Colégio passou a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino Médio e Profissional. No mesmo ano, ocorreu a ligação com o Sistema Corporativo do Estado - CELEPAR.

Em **1999** ocorreu a implantação gradativa no Ensino Médio da LDB 9.394/96, com alteração no calendário escolar para 200 dias, sistema de avaliação semestral e sistema opcional de modalidades esportivas para a prática das aulas curriculares de Educação Física. Ainda em 1999, foi criado o Software Educacional - EDUCEP - ENERGIA pelos professores de Biologia, Física, Química e Informática do Colégio Estadual do Paraná.

O ano de **2000** foi marcado pelas Comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e, no dia 29 de março, foi inaugurada a "Galeria de Diretores", em comemoração aos 50 anos da atual sede do Colégio.

No ano de **2001**, foi solicitada a cessação definitiva dos cursos profissionalizantes, amparados pela LDB 5.692/71. Nesse mesmo ano, porém, através da Resolução nº 3.160/2001, foi autorizado o funcionamento dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico, aprovados pela PARANATEC.

A partir de julho de **2002**, portanto, em decorrência da Resolução nº 3.160/2001, a nomenclatura do Estabelecimento voltou a ser Colégio Estadual do Paraná - Ensino Médio e Profissional. Também em decorrência da mesma Resolução receberam Autorização e Reconhecimento os cursos Pós Médio: Técnico em Informática (Resolução nº 173, de 23 de janeiro), Técnico em Hospitalidade (Resolução nº 174, de 23 de janeiro), Técnico em Secretariado (Resolução nº 465, de 18 de fevereiro).

Em **2003** ocorreu a renovação de Reconhecimento do Ensino Médio e Profissional pela Resolução nº 3.415, Diário Oficial nº 6.619, de 3 de dezembro. Foi aprovada, então, pelo Parecer nº 109.503, de 18 de dezembro, do Conselho Estadual de Educação, a Proposta Curricular para implantação de Cursos de Educação Profissional em Nível Técnico, integrado ao Ensino Médio, passando o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Nível Técnico a ser concluído em 04 (quatro) anos.

No ano de **2004**, aprovados pelo Decreto nº 5.154/04, os Cursos de Ensino Médio Integrado: Comunicação e Artes e Edificações foram implantados, de forma gradativa, no período noturno. Assim, em acordo com as políticas Nacional e Estadual, o Ensino

Profissional buscou superar a dicotomia entre a formação geral e técnica, implementadas nos anos 1990, de modo a imprimir uma concepção de educação politécnica.

No ano de **2005**, foi implantada a trimestralidade no sistema de avaliação e teve início, na Educação Profissional, o curso de Administração, modalidade subsequente.

Em **2006**, em comemoração aos 160 anos do Colégio Estadual do Paraná, aconteceu a reestruturação das piscinas do colégio.

No ano de **2008**, foi autorizada a oferta do Ensino Fundamental, séries finais, com abertura de uma turma de cada série. Neste ano, o Colégio passou a se denominar Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

Em **2009** dobrou o número de turmas do Ensino Fundamental. Um dos objetivos foi aumentar a identificação dos estudantes com a instituição, na medida em que têm a possibilidade de permanecer por mais tempo nela. Também nesse ano foi implantado o sistema semestral de avaliação.

Nesse mesmo ano, o currículo das turmas do Ensino Médio do turno da noite foi organizado em dois Blocos de disciplinas semestrais, em consonância com a política da Secretaria de Estado da Educação, Resolução nº 5.590/2008. O objetivo foi a redução dos índices de evasão e reprovação, a garantia da permanência do estudante do Ensino Médio na escola até o término do curso e o desenvolvimento de ações pedagógicas que garantam a qualidade de ensino aprendizagem.

Em **2010** o Planetário passou por uma reforma quando suas paredes, que formam a pirâmide, foram impermeabilizadas para evitar infiltração, e suas poltronas foram substituídas por poltronas reclináveis, de forma a melhorar a percepção das constelações apresentadas nas sessões. Além disso, ocorreu a manutenção do Projetor ZKP-1, possibilitando o retorno de aulas para todas as turmas do colégio, no ano de 2011.

Ainda em **2010**, foi feita a primeira consulta pública democrática realizada no Colégio Estadual do Paraná. Neste ano, a comunidade escolar iniciou um grande processo de reivindicações para a democratização do sistema de escolha da Direção Geral do Colégio Estadual do Paraná, cargo, até então, definido pelo Governador do Estado. Sancionada em 30 de junho de 2010, a Lei nº 16.538, em seu §1º, do Art. 2º, legítima e democratiza o processo de escolha da diretoria do Colégio Estadual do Paraná, respeitando a Lei nº 6.636, de 29/11/74, e a Lei nº 8.485, de 03/06/87.

Conforme a Lei nº 14.231/2003, sancionada no início de julho do ano de sua promulgação, a consulta para escolha das direções dos colégios estaduais deve acontecer no mês de novembro do calendário civil, por meio do voto por chapa, direto, secreto e facultativo dos membros da Comunidade Escolar apta a votar, em períodos de

(três) em 3 (três) anos. Assim, com vistas a colocar o Colégio Estadual do Paraná em consonância com o calendário dos demais estabelecimentos de ensino da rede estadual, após consulta pública realizada em 14 de Setembro de 2010, foi eleita a Professora Tânia Maria Acco, que conduziu sua gestão entre 1º de outubro desse mesmo ano e 31 de Dezembro de 2011.

Em novembro de **2011**, foi eleita a professora Laureci Schmitz Rauth, com mandato a ser cumprido até 31 de dezembro de 2014. Contudo, em função da reorganização política do Estado do Paraná e por decisão da Assembleia Legislativa, neste mesmo ano, os mandatos dos diretores estaduais tiveram sua prorrogação por mais um ano, dando prosseguimento à gestão em curso que finalizou em 2015.

No mês de dezembro de **2015**, em nova eleição, a professora Tânia Maria Acco se elegeu diretora do Colégio, respondendo pelo cargo até 2020.

Nesse ano, ainda, o Colégio Estadual do Paraná iniciou suas atividades para a ampliação da Matriz Curricular. A oferta no Ensino Fundamental aumentou de 25 para 30 horas semanais, no período vespertino; no Ensino Médio, a ampliação foi de 28 para 30 horas semanais, com duração de 3 (três) anos e organização curricular anual, nos períodos matutino e vespertino. No Ensino Médio noturno, por suas especificidades, permaneceu a Matriz Curricular de 25 horas semanais, divididas em 05 horas/aula diárias com duração de 50 minutos cada; assim como o Educação Profissional de Nível Médio, com organização curricular na forma Integrada e duração de 4 anos (Técnico em Comunicação e Arte; Técnico em Edificações; Técnico em Prótese Dentária; Técnico em Arte Dramática – Ator Cênico), carga horária também se organiza em 25 horas/aula semanais. Continuou, também, a oferta dos Cursos da Educação profissional de Nível Médio, com organização curricular na forma Subsequente, com duração entre 1 (um) e 2 (dois) anos (Técnico em Administração; Técnico em Arte Dramática – Ator Cênico; Técnico em Edificações; Técnico em Informática – Programação; Técnico em Saúde Bucal; Técnico em Secretariado; Técnico em Produção Áudio e Vídeo).

Destaca-se que, após consulta realizada aos estudantes dos três turnos, em 2011, o Colégio Estadual do Paraná encerrou a matrícula inicial em regime de Progressão Parcial aos estudantes do Ensino Médio, na organização anual, bem como o Ensino Médio organizado por Blocos de Disciplinas Semestrais.

Em **2012** iniciou o programa Ensino Médio Inovador no Colégio Estadual do Paraná. Este programa foi destinado aos estudantes de Ensino Médio a princípio com oficinas em contra turno voltadas para cinema, literatura, robótica entre outras ofertadas na Esco

linha de Arte. Tratava-se de um projeto do governo Federal com o objetivo de ampliar o tempo escolar do estudante do Ensino Médio e reorganizar o currículo em macrocampos. O ano de **2013** foi marcado por discussões sobre o sistema de avaliação do Colégio Estadual do Paraná. Sob o princípio e concepção da avaliação diagnóstica, processual e qualitativa o sistema de avaliação passou, então, a ser semestral. No entanto, o colegiado entendeu a necessidade de legitimar a realização de avaliações formais para garantir momentos individuais de sistematização do que o estudante aprendeu - de modo a oportunizar o diagnóstico sobre esta aprendizagem e retomar os conteúdos não apreendidos. Nesse mesmo ano ocorreram as discussões coletivas sobre a retomada do Projeto Pedagógico da Escola visando aprofundar a fundamentação da prática pedagógica, bem como realizar o diagnóstico do rendimento dos estudantes do Colégio Estadual do Paraná. As horas atividades nesse período foram concentradas por disciplinas visando oportunizar a discussão do trabalho coletivo e a mediação da equipe pedagógica com pauta própria.

Ainda em **2013** a Secretaria do Colégio desenvolveu o sistema de registro de notas e conteúdos nos Mapas de Avaliação em planilhas *on-line*. Este processo de informatização de todo o registro da avaliação escolar substituiu o Livro Registro de Classe quanto a este item. Esse sistema foi reconhecido pela CDE/SEED como ferramenta facilitadora no controle de informações dos registros de avaliações, conforme informação emitida pela chefia da CDE em 15/04/2013.

Também em **2013** a sustentabilidade ganhou espaço nas ações da gestão através da comissão permanente do CEP Sustentável. Essa ação tem expressão na conservação da memória histórica, na recuperação do acervo da história do Colégio Estadual do Paraná, bem como em ações pedagógicas e estruturais de contenção do desperdício e reaproveitamento do material pedagógico. O CEP sustentável trouxe palestras, conferências, ações concretas de reaproveitamento dos resíduos sólidos.

No ano de **2016** foram retomadas as discussões sobre o sistema de avaliação do Colégio Estadual do Paraná. Em diversos momentos durante o ano letivo a comunidade escolar pôde refletir e propor avanços na avaliação do Colégio Estadual do Paraná. Tal debate acarretou alterações no Regimento Escolar, aprimorando o processo de avaliação e reforçando a função principal da avaliação - de diagnóstico e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem por todos os envolvidos.

Ainda em 2016, teve início o projeto de Aulas de Assistência ofertado aos estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Ensino Médio Integrado que prevê o

atendimento aos estudantes, no contra turno escolar, por professores das disciplinas fundamentais. É mais uma possibilidade para o estudante esclarecer dúvidas e aprofundar os conhecimentos.

Também em **2016**, foi criado o PROCEP (Projetos do Colégio Estadual do Paraná), na Divisão Educacional, que tem por objetivo principal viabilizar projetos pedagógicos, palestras e ações preventivas junto aos estudantes, professores e funcionários, em acordo com as necessidades da escola numa ação articulada com os diversos setores/segmentos que compõem o espaço escolar.

A partir de **2016**, também, iniciou-se um forte movimento de integração dos estudantes do período noturno às atividades ofertadas pelo colégio, criando-se condições e oportunidades de frequência às mesmas em horários compatíveis com a realidade do estudante já inserido no mundo do trabalho.



Em **2016**, nas comemorações do aniversário de fundação do colégio, foi lançado o Brasão Comemorativo dos 170 anos, e a redesignação do mesmo aos padrões e cores originais.

No ano de **2017**, foi definido um calendário escolar único para todo o colégio, de modo a estabelecer-se a unidade necessária ao funcionamento da instituição, respeitando-se as particularidades de cada

um dos cursos e turnos.

Nesse mesmo ano, a Brigada Escolar foi reativada e foram garantidas as condições necessárias de segurança, como a aquisição de equipamentos e adequações físicas do ambiente escolar.

Ainda em **2017**, a Escolinha de Arte completou 60 anos de atividades e, para isso, foram realizadas diversas comemorações e homenagens.

Durante o ano de **2017** a equipe pedagógica, junto aos coordenadores de disciplinas, coordenadores de cursos técnicos e aos docentes, com apoio da equipe de gestão, está desenvolvendo um trabalho de aprimoramento do planejamento pedagógico de modo a garantir aos estudantes uma aprendizagem significativa, traduzida no diálogo necessário entre os conteúdos das diferentes disciplinas.

Em **2018**, a Galeria de Diretores teve sua ampliação com o registro dos últimos diretores do colégio, os quais atuaram na Direção Geral a partir do ano de 2003.

No mesmo ano, foi realizada a avaliação das obras de arte que compõem a Pinacoteca do Colégio Estadual do Paraná e a incorporação dessas obras ao patrimônio do Colégio.

Em **2018** também, houve o lançamento da primeira Revista em Quadrinhos do

Colégio Estadual do Paraná, produzida por estudantes, contando a história do Colégio na perspectiva de um estudante que viaja no tempo e na própria história do Colégio.

Em **2018**, o Ginásio de Esportes do Colégio, iniciou a obra de Reforma e Restauro, visando a melhor adequação do espaço às práticas de Educação Física e Treinamento Desportivo Especializado, dentre as melhorias, destaca-se o projeto de acessibilidade e recuperação da estrutura física do espaço.

Nesse mesmo ano de **2018**, passou por obras de reforma o Observatório Astronômico do Colégio, localizado na cidade de Campo Magro.

A partir de dezembro de **2018** o prédio principal do Colégio também inicia uma grande Obra de Reforma e Restauro de toda sua estrutura física, elétrica, hidráulica, de rede lógica, acessibilidade, paisagismo e segurança. A obra tem sua realização com recursos do Estado do Paraná e gerenciada pelo Instituto Fundepar.

Entre os anos de **2018 e 2019**, foram adquiridos veículos para uso do Colégio, os quais compõem a frota de veículos oficiais da instituição, sendo duas Vans, um Furgão e um carro popular, com recursos do orçamento do Colégio, além de um Micro-ônibus encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação.

No ano de **2019**, passa a fazer parte dos símbolos oficiais do colégio, a Canção do Estudante. Em cerimônia na sede do Colégio Estadual do Paraná, os estudantes autores da letra e música do hino, cederam formalmente os direitos autorais da obra ao Colégio Estadual do Paraná.

Também em **2019**, houve uma organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e o Colégio Estadual do Paraná foi mantido com autonomia relativa, através da Lei 19.848 de 03 de maio de 2019, como Órgão de Regime Especial vinculado à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

No ano de **2020**, no contexto da pandemia COVID-19, que assolou a humanidade, e a escola distribuída em outras 07 unidades da rede estadual de ensino, devido a desocupação do prédio para a realização da Obra de Reforma e Restauro, implantou-se, pela Secretaria de Estado da Educação, o ensino remoto. Foi utilizada a Plataforma Google Classroom e a ferramenta Google Meet para a articulação do processo de ensino aprendizagem.

No ano de **2021**, ocorreu a nova escolha de Diretores, sendo eleita a professora Laureci Schmitz para um mandato de 04 anos.

Em **2021**, no segundo semestre, começa o retorno presencial gradativo e escalonado dos estudantes para a sede da escola, na fase final do restauro. Pouco a pouco, a escola vai retomando a organização no espaço restaurado.

Em **2022** houve a implantação gradativa do Novo Ensino Médio e Novo Ensino Médio Profissional a partir das séries iniciais desse nível de ensino.

Desde a inauguração da sede atual, compõem a **Galeria de Diretores** do Colégio Estadual do Paraná:

- Adriano Gustavo Carlos Robine (1946/1951)
- Francisco José Gomes Ribeiro (1939/1946 - 1951/1956)
- Ulisses de Mello e Silva (1956/1961)
- Eurico Back (1961/1962)
- Eros Nascimento Gradowski(1962/1966)
- Ernani Costa Straube (1966/1969)
- Osny Antonio Dacol (1969/1983)
- Eraldo Mário Graeml (1983/1986)
- Diva Vidal (1986/1987)
- Ayrton Gonçalves Celestino(1987/1990)
- Paulo Osni Wendt (1990/1991)
- Adelia Dias Castelã Ribeiro (1991/2002)
- Wilson Roberto de Paula Souza (janeiro 2003 / agosto 2003)
- Elza Camargo Rocha (2003 / 2007)
- Maria Madselva Ferreira Feiges (2007 / 2010)
- Tania Maria Acco (2010 / 2011)
- Laureci Schmitz Rauth (2012 / 2015)
- Tania Maria Acco (2016 / 2020)
- Laureci Schmitz (2024 ...)

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO COLÉGIO

O Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional – está localizado na Avenida João Gualberto, 250, no Bairro Alto da Glória, no Município de Curitiba, no Estado Paraná, sob o CEP: 80030000. Seu CNPJ é 77162337/0001-20. O endereço na Internet é o *site*: www.cep.pr.gov.br e o endereço eletrônico é o *e-mail* cep@cep.pr.gov.br e ctaparana@escola.pr.gov.br. A Entidade Mantenedora é o Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED).

O Colégio foi criado pela lei nº 33, de 13 de março de 1846, transformado em Órgão de Regime Especial pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987 e da Lei 19.848 de 03 de maio de 2019, constitui órgão de utilidade pública, com relativa autonomia administrativa e financeira.

O Colégio Estadual do Paraná tem por finalidade, atendendo ao disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Decreto Estadual n. 1396/2007, ministrar o Ensino Fundamental, Médio Regular, Educação Profissional, nas formas Integrada e Subsequente de nível médio, atividades artístico-culturais e esportivas, observadas, em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

É uma escola urbana que atende estudantes dos mais variados bairros de Curitiba, e de várias cidades que compõem a Região Metropolitana de Curitiba, além de outras.

Os horários de funcionamento do Colégio Estadual do Paraná, em seus três turnos de oferta de aulas regulares são:

MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
07h10min às 12h30min	13h às 18h20min	18h35min às 22h55min

Tabela 1: Horários de Funcionamento do CEP

1.2. SÍMBOLOS OFICIAIS

a) Bandeira



Figura 2: Bandeira do CEP

A bandeira é constituída de um retângulo da cor branca, tendo ao centro o distintivo do Estabelecimento, que é circundado por dois ramos de pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), na coloração natural, cruzados na base e unidos por um laço. Abaixo, está inscrito: “Colégio Estadual do Paraná” e o ano “1846”.

Foi apresentado pela primeira vez para a comunidade escolar em 15 de setembro de 1939, por ocasião das comemorações do Cinquentenário da Proclamação da República, momento em que também entoou-se pela primeira vez o hino do Colégio.

A expressão em latim “**LONGE LATEQVE**” (“*Para a frente e para o alto – em todas as direções*”) remete-nos à ideia de latitude e longitude e lembra-nos a função do Estabelecimento de promover a formação integral dos seus estudantes.

Em 21 de novembro de **2008**, ocorreu a primeira cerimônia de Inumação das Cinzas das Bandeiras Nacionais, fora de solo militar, incineradas no Quartel General da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército, no dia 19 de novembro daquele mesmo ano, na presença de autoridades militares e civis, membros do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, demais convidados, Direção Geral, Equipe Pedagógica, Professores, Funcionários e Estudantes do Ensino Fundamental do Colégio Estadual do Paraná.

b) Cores Oficiais

São cores oficiais do Colégio Estadual do Paraná o branco e o azul.

c) Distintivo



Figura 3: Distintivo do CEP

O distintivo do Colégio Estadual do Paraná foi introduzido na gestão do Diretor Ernani Costa Straube, em 1966. É constituído de uma esfera armilar em ouro, em campo azul, cortada em banda de prata e circundada por círculo concêntrico na cor branca com bordas azuis, tendo no interior, em ouro, a inscrição “Colégio Estadual do Paraná” e o ano de fundação “1846”.

A Descrição heráldica a seguir foi escrita pelo Professor Ernani Costa Straube:

A esfera armilar representa o universo; o céu, indicando eternidade e ciência, lembra os grandes descobrimentos portugueses.

O ouro representa nobreza, riqueza, esplendor, glória, poder, força, vida longa, eternidade, constância, soberania e pureza.

A banda representa o cinturão do cavaleiro medieval e é a segunda peça honrosa de primeira ordem.

A prata, segundo metal, representa a humildade, inocência, verdade, eloquência, integridade, amizade, equidade, justiça e pureza.

Assim como na bandeira, a expressão em latim “**LONGE LATEQVE**” (“Para a frente e para o alto - em todas as direções”) remete-nos à ideia de latitude e longitude e lembra-nos a função do Estabelecimento de promover a formação integral dos seus estudantes.

d) Hino do Colégio Estadual do Paraná

Letra: BARROS CASSAL
Música: BENTO MOSSURUNGA

I

Mocidade da terra querida,
Onde a luz do Cruzeiro
fulgura, No fastígio da força e
da vida, Para a glória da vida
futura!

É na escola que a Pátria se expande,
É de ti que o Brasil mais alcança
Pelos fastos de História tão grande,
Pelo áureo pendão da esperança.

ESTRIBILHO

Do teu Colégio
Estadual
Do Paraná
Faz teu
ideal. No teu
viver,
Colegial
Seja o teu saber
O teu fanal;
O teu dever,
O teu missal.

II

Mocidade da terra querida,
Onde a luz do Cruzeiro
fulgura, No fastígio da força e
da vida, Para a glória da vida
futura!

No teu ser desabroche a virtude,
E a moral seja enfim o teu pão;
No teu corpo demore a saúde,
Perfumando teu bom coração.

E) Canção do Estudante do Colégio Estadual do Paraná: *Eu passei por aqui*

Letra e Música: ANDRÉ LINO GRECA E KATIUSCIA LOPES DE ALMEIDA PEREIRA
(GECEP - 1997)

Eu me lembro de tantos caminhos
Colegas e amigos que fiz
Na memória guardei as lembranças
Dos anos vividos aqui

ESTADUAL, ESTADUAL

Eu me lembro, eu passei por aqui, não tem nada igual
Ideais, trajetórias e sonhos
Muitos mostraram pra mim
Os valores que aqui
aprendi Estarão comigo até
o fim

ESTADUAL, ESTADUAL

Eu me lembro, eu passei por aqui, não tem nada igual
Com certeza deixei aqui dentro
Um pedaço, uma parte de mim
Me emociona, me toca o
coração Quando canto essa
canção

ESTADUAL, ESTADUAL

Eu me lembro, eu passei por aqui, não tem nada igual
Enquanto o tempo permitir
E a vida continuar
Lembrarei
Passei por aqui

1.3. CARACTERIZAÇÃO

O Colégio Estadual do Paraná é tombado pela Inscrição Tombo 118 – II, Processo Número 03/93, data da inscrição: 10 de março de 1994, Livro Tombo Histórico.

O prédio principal é formado de quatro pavimentos, ocupando área de aproximadamente 20.000 m², consoante o projeto original, desenvolvido sobre planta em “U”, dispendo, de salas de aula, de laboratórios destinados ao ensino de disciplinas específicas e laboratórios dos cursos da Educação Profissional, Escolinha de Arte, salas destinadas às atividades administrativas, Auditório, Salão Nobre, Biblioteca, além de espaços outros relacionados às atividades docentes e discentes. Além do prédio principal há a Casa de Máquinas, que abriga os motores de filtro das piscinas e o prédio que abriga os equipamentos de Educação Física, com 190,40m², e onde existe garagem para os carros oficiais.

Composto de três blocos, os dois laterais erguidos sobre pilares – o que permite o aproveitamento dos espaços livres para fins pedagógicos diversos. O prédio principal tem relevante importância arquitetônica para o Estado.

De acordo com o Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida - o colégio adequou sua infraestrutura com rampas e 04 banheiros adaptados, além de já contar com 2 elevadores para facilitar o acesso dos estudantes.

O Colégio Estadual do Paraná conta com uma área total de 40.000 m² e uma área construída de 20.000 m². A edificação principal comporta 47 salas de aula com 54 metros quadrados cada, atendendo às especificações da Resolução n° 0318/2002 – SESA, sendo as mesmas utilizadas em três turnos. Conta com 4 Laboratórios de Informática, Laboratório de Prótese Dentária, Laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática e Línguas, salas especiais para a Escolinha de Arte e para o CELEM, Auditório, Salão Nobre, salas ambiente para projeções, Sala de Professores, sala para funcionários, almoxarifado, cantina, refeitório, pátios cobertos, banheiros, além da ala administrativa. Os banheiros são sete femininos e sete masculinos. No complexo poliesportivo, o colégio dispõe de dois banheiros masculinos e três femininos com as mesmas especificações. Em anexo ao complexo esportivo há ginásio coberto, salas de musculação e ginástica rítmica, vestiários, piscinas, campo de futebol, quadras poliesportivas e pista de atletismo. Também compõem a estrutura do colégio o planetário, museu, estacionamento e amplo

jardim.

Também fazem parte do Colégio Estadual do Paraná o Canteiro de Obras, localizado no Bairro de Santa Felicidade, à Rua Angela Dall Ostro, nº 201, com 7.928 m², utilizado nas aulas práticas do curso de Edificações e o Observatório Astronômico no Município de Campo Magro.

O Colégio dispõe de diversos espaços para a realização e desenvolvimento das atividades pedagógicas. São eles:

A **Sala dos Professores** é um ambiente destinado à interação entre os profissionais do colégio, ao estudo e ao trabalho docente, no que se refere à organização e planejamento da prática educativa. Para garantir condições de trabalho docente, o Colégio Estadual do Paraná conta, ainda, em sua estrutura física, com **salas destinadas à hora-atividade** dos professores, equipadas com mesas, cadeiras, estantes e microcomputadores com acesso à internet que auxiliam no planejamento do trabalho docente. Além disso, há salas destinadas à guarda de materiais específicos das disciplinas, todas equipadas com cadeiras, mesas, poltronas, armários, murais, quadro de recados, estante, escaninho, telefone, microcomputador e impressora.

Os Laboratórios são utilizados constantemente e fazem parte da prática de ensino e aprendizagem das disciplinas que compõem a matriz curricular. Nas aulas de laboratório são aplicadas atividades práticas que compõem os indicadores de rendimento escolar.

Os laboratórios de Ciências, Química, Física, Biologia, Língua Portuguesa e Matemática são espaços pedagógicos para uso dos docentes e estudantes, com regulamentos próprios. O profissional responsável pelos Laboratórios têm suas atribuições especificadas em regulamentos próprios.

Os cursos técnicos de formação profissional, integrados e subsequentes de Prótese Dentária; Teatro; Técnico em Edificações; Saúde Bucal; Informática; Produção Áudio e Vídeo e Administração, possuem laboratórios específicos. Os Laboratórios dos Cursos Técnicos têm por objetivo desenvolver a capacidade de articular conhecimentos teóricos e práticos, indispensáveis a uma inserção qualificada no mundo do trabalho.

As **Salas do CURCEP** são espaços diferenciados, de uso direcionado ao Curso Preparatório do ENEM e Vestibular – CURCEP e Reforço Escolar, possui grande

potencialidade pedagógica com capacidade para oitenta pessoas cada, equipadas com datashow, amplificador e caixas de som e microcomputador.

O **Salão Nobre**, com 309,60m², equipado com conjunto de mesa de honra, sistema de som, bandeiras históricas, obras de arte (quadros) e um piano de cauda Essenfelder.

O **Auditório**, com 847,54m² e 850 lugares, dois complexos higiênico-sanitários, masculino e feminino, dois púlpitos, um piano de cauda Essenfelder, mesa de iluminação, iluminação cênica com vinte canhões de luz, sistema de som com mesa de dez canais, cd player, quatro microfones, tela de projeção, quatro bandeiras (Brasil, Paraná, Curitiba e do colégio), dois camarins e depósito de materiais. No Salão Nobre e no Auditório Bento Mossurunga acontecem palestras, apresentações artísticas, aulas diferenciadas e reuniões que complementam o currículo escolar. Esses espaços também são utilizados por outros segmentos da comunidade, os quais solicitam ou alugam os espaços para eventos e atividades externas ao colégio, sem comprometer a rotina escolar.

A **Sala de Acolhimento** está localizada no andar térreo do prédio central (ala administrativa), próxima à recepção ímpar, tem por objetivo prestar o primeiro atendimento ao estudante e oferecer conforto e segurança em momentos de indisposição. O atendimento prevê o acompanhamento do estudante e comunicação à família, prioritariamente. Em casos mais graves, é solicitado atendimento médico de emergência, através do SAMU ou SIATE (em casos de trauma) e, informado o procedimento aos pais. A Sala de Cuidados presta atendimento primário também aos professores e demais funcionários do Colégio Estadual do Paraná.

A **Biblioteca**, com 390,72m², é equipada com armários, cadeiras, fichários, mesas, poltronas, proporcionando ambiente adequado para estudos e atividades pedagógicas.

O Colégio Estadual do Paraná conta ainda com o **Refeitório**, onde é servida a merenda escolar nos períodos da manhã, tarde e noite, além de reforço de merenda, para os estudantes que participam de atividades escolares em turnos diferentes dos quais estão matriculados. Os estudantes atletas, que participam das atividades desportivas, também utilizam esse tipo de serviço. Ainda como espaço de alimentação há a **Cantina Comercial**, que é administrada pela APMF do colégio.

O Colégio Estadual do Paraná possui um patrimônio cultural adquirido e acumulado ao longo de toda a sua trajetória, destacando-se uma **Pinacoteca**. Essa coleção é um patrimônio público de grande valor histórico e de qualidade estética. Atualmente, é composta de vinte e oito obras de dezoito artistas, sendo muitos paranaenses, como o premiado Theodoro De Bona (1904-1983), Guido Viaro (1897-1971), Miguel Bakun (1905-1963), Poty Lazzarotto (1924-1998), entre outros. Grande parte desse acervo é composto por trabalhos de ex-estudantes, ex-professores, e até de artistas que tiveram vínculos distintos com o colégio, como Luis Carlos Andrade Lima (1933-1998) e Jarbas Schünemann (1951-1992). A distribuição dessa pinacoteca se concentra em três ambientes específicos no Colégio Estadual do Paraná: no **Salão Nobre**, na Direção Geral e na Escolinha de Arte. Embora não se tenha o registro exato do início dessa coleção, a obra mais antiga data de 1887, “Nossa Senhora e o Menino Jesus”, do artista Joseph Weiss (1861-1952) e, por se tratar de uma coleção aberta, ainda recebe novas obras, como os recentes óleos sobre tela (2005), da artista Dulcirene Montanha Moletta (1941), doados em 2008.

A **Seção de Documentação** Histórica do Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná abriga todos os documentos considerados de relevância para pesquisa informal ou científica, bem como para a preservação da memória da Instituição e da Educação. Cabe a essa seção a conservação preventiva do acervo e a promoção de ações de divulgação e disponibilização do acervo documental. Os documentos do Colégio Estadual do Paraná, encaminhados ao Centro de Memória, são aqueles que estão fora de uso corrente na instituição ou em temporalidade de guarda legal. Os documentos que legalmente são considerados como da vida escolar do estudante permanecerão no âmbito da Secretaria e Arquivo Geral.

A **Seção de Proteção do Patrimônio Histórico** do Colégio Estadual do Paraná é responsável pelo assessoramento das ações relativas à preservação da estrutura física da instituição. Tal seção visa a preservação de todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor, são considerados de interesse relevante para a conservação da identidade e da cultura de um povo. No Colégio Estadual do Paraná há um conjunto de atividades e relações que formam coletividades, as quais criam um sentimento de pertencimento ao colégio.

1.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com a Resolução n. 3138/1992-SEED/PR, art. 4º, e com os devidos ajustes, em função da expansão pedagógica ocorrida desde então, a estrutura organizacional do Colégio compreende:

I – Equipe de Direção

- Direção Geral
- Assessoria Técnica: Assessoria de Gabinete e Assessoria Jurídica
- Direções Auxiliares de turno: Direção Auxiliar – matutino; Direção Auxiliar – vespertino e Direção Auxiliar – noturno
- Secretaria Geral

II - Nível de Assessoramento (Grupos Auxiliares)

- Grupo Auxiliar Administrativo – GAA
- Grupo Auxiliar de Recursos Humanos – GARH
- Grupo Auxiliar Financeiro – GAF
- Grupo Auxiliar de Planejamento – GAP
- Setor de Comunicação
- Agente de Controle Interno
- Agente de Integridade e Compliance
- Agente de Informação e Transparência
- Agente de Ouvidoria

III - Divisão Educacional

- Equipe Pedagógica
- Sala de Recursos Multifuncionais
- Coordenações de Disciplina
- Coordenações dos Cursos da Educação Profissional
- Suporte Técnico
- Coordenação e Supervisão de Estágio
- Corpo Docente
- Conselho de Classe
- Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM
- Escolinha de Arte

- Atividades Desportivas Especializadas
- Observatório Astronômico e Planetário
- Centro de Memória
- Biblioteca
- Laboratórios
- Equipe Multidisciplinar
- PROCEP
- CURCEP
- Reforço Escolar e Aprofundamento de Estudos
- Setor de Informática – INFOCEP
- Setor de Estágio
- Setor de Intercâmbio
- Brigada Escolar
- Comissão de Biossegurança

IV – Instâncias Colegiadas

- Conselho Escolar
- Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF
- Grêmio Estudantil – GECEP

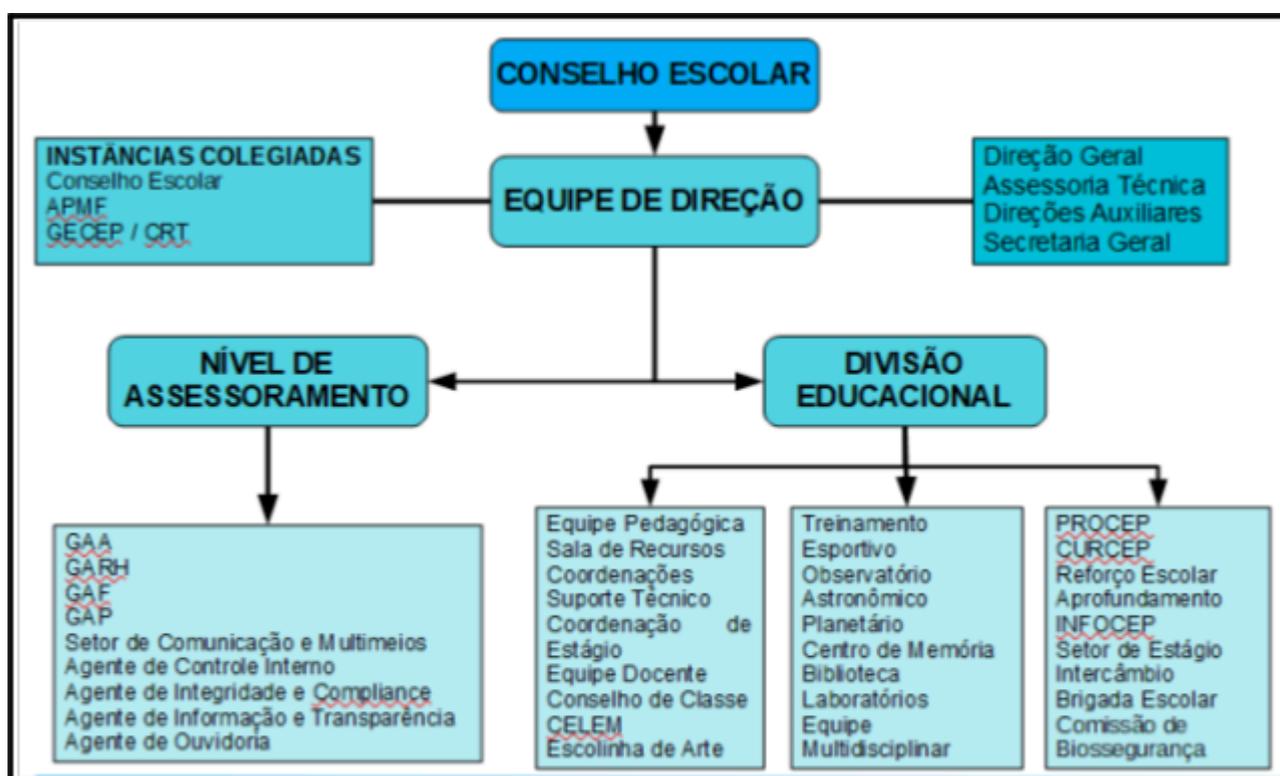


Figura 4: Estrutura Organizacional do CEP

A **Equipe de Direção** é o segmento que representa a gestão dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do Estabelecimento de Ensino, definidos no Projeto Político Pedagógico. A diretoria tem como órgão máximo a Equipe de Direção, composta pela Direção Geral, Direções Auxiliares, Assessoria Técnica (Assessoria de Gabinete e Assessoria Jurídica) e pela Secretaria Geral, reconhecidos mediante ato do Governador do Estado do Paraná.

A **Direção** do Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional será exercida pelo Diretor Geral, que responderá pela gestão dos serviços escolares, o trabalho dos professores, as atividades dos estudantes, as relações com a comunidade escolar e com a vida exterior, velando para que, regularmente, cumpra-se, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente. Nas faltas ou impedimentos, o Diretor Geral será substituído pela Assessoria de Gabinete ou por outro Diretor Auxiliar.

A **Assessoria de Gabinete** responde pelo assessoramento da Direção Geral do Colégio Estadual do Paraná, bem como aos Grupos Auxiliares, sob forma de estudos, pesquisas, avaliações, exposições de motivos e soluções ligadas ao Estabelecimento de Ensino. O cargo de Assessor de Gabinete é exercido por profissional devidamente qualificado para o exercício dessa função, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designado em ato específico.

A **Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos** abrange o assessoramento à Direção Geral e aos diversos Departamentos do Estabelecimento de Ensino, visando a correta aplicação da Legislação vigente. O Cargo de Assessor relacionado às demandas jurídicas é exercido por profissional devidamente qualificado para o exercício dessa função, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designado em ato específico.

A **Direção Auxiliar** assessora o diretor geral em todas as suas atribuições e o substitui na sua falta ou por algum impedimento. Dentre tantas outras atribuições, compete aos diretores auxiliares: zelar pelo bom andamento da rotina escolar, controlar a assiduidade, pontualidade, frequência dos professores e funcionários; proceder os registros em ata relativos a situações de excesso de faltas injustificadas de docentes; organizar e assegurar o bom desempenho das funções dos professores e inspetores de

estudantes; participar do Conselho de Classe, para acompanhar e analisar, junto com o Corpo Docente e Equipe Pedagógica, os problemas levantados, traçando estratégias de ação conjunta; cumprir e fazer cumprir, no seu âmbito de ação, disposições definidas no Regimento Escolar e na legislação de ensino e promover e participar, periodicamente, de reuniões com a Equipe Pedagógica, para conhecimento e debate de problemas.

A **Secretaria Geral** é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência do Estabelecimento de Ensino, com referência aos interesses e documentação escolar dos estudantes, bem como é o setor responsável pela conferência, organização, guarda e conservação dos documentos escolares. Também é o setor responsável pelos registros escolares, planejamentos que envolvam turmas e matrículas, emissão e validação de documentação que comprove a escolarização de estudantes matriculados e egressos de cursos ofertados no Colégio, em consonância com a gestão administrativa e pedagógica do estabelecimento de ensino. A Secretaria executa seu trabalho de forma integrada com a Direção Geral e Equipe Pedagógica, e participa da tarefa de articulação entre família, escola e comunidade. Os cargos de Secretário Geral e seus Auxiliares são exercidos por profissionais devidamente qualificados para o exercício da função, indicados pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designadas em atos específicos.

Cabe à **Equipe de Nível de Assessoramento** promover o suporte estratégico e logístico para o completo funcionamento dos demais setores do Estabelecimento de Ensino. São setores que têm por finalidade prestar apoio administrativo e operacional referentes às diversas áreas de atuação, através da manutenção de contatos e atendimento direto às orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

O **Grupo Auxiliar Administrativo – GAA** é responsável pela Estrutura e Manutenção; Gestão de contratos; Patrimônio dos Bens Móveis e Imóveis; Almoxarifado; Recepção; Reprografia; Agentes Educacionais I Zeladoria, Merenda, Inspeção de estudantes e Manutenção; Vigilância e Controle de acesso; Frota; Telefonia, Água/Esgoto e Energia Elétrica; Estacionamento Interno do Colégio; Locações e cessões de espaços e Múltiplos (restrito à disponibilização e montagem de equipamentos). O Cargo de Chefia do Grupo Auxiliar Administrativo – GAA é exercido por profissional devidamente qualificado para o exercício dessa função, indicado pela Direção Geral do

Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designado em ato específico.

O **Grupo Auxiliar de Recursos Humanos – GARH** é responsável, dentre outras atribuições, por distribuir funções específicas, efetuar o controle diário da frequência do pessoal em exercício, lavrar Termo de Exercício a todo pessoal docente, administrativo e de serviços gerais e elaborar propostas de contratação, remoção, remanejamento ou demissão de professores e funcionários. O cargo de Chefia do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos – GARH - é exercido por profissional devidamente qualificado, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designado em ato específico.

O **Grupo Auxiliar Financeiro – GAF** é responsável pela execução orçamentária-financeira da despesa, a partir do estágio de liquidação, com finalização no estágio de pagamento; registro contábil e prestação de contas ao TCE/PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná). É responsável, também, pela gestão financeira de recursos provenientes do Fundo Rotativo e Programa Dinheiro Direto na Escola. O cargo de Chefia do Grupo Auxiliar Financeiro – GAF – é exercido por profissional devidamente qualificado para o exercício dessa função, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designado em ato específico.

O **Grupo Auxiliar de Planejamento – GAP** é responsável por coordenar a elaboração dos planos de trabalho e da proposta orçamentária da Instituição de Ensino; levar a efeito programas de reforma administrativa e planejamento institucional; acompanhar a execução do orçamento e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento; manter estreita articulação com as unidades especializadas da Secretaria da Fazenda, para execução de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito do Instituição de ensino; promover a consolidação e divulgação sistemática de informações de interesse da Instituição de Ensino, para o processo decisório de seus titulares; promover a consolidação e divulgação sistemática de informações de interesse da Instituição de Ensino, para o processo decisório de seus titulares e elaborar organogramas, gráficos, estatísticas, relatórios e outros elementos destinados a fundamentar e instruir o seu trabalho. O cargo de Chefia do Grupo Auxiliar de Planejamento – GAP – é exercido por profissional devidamente qualificado para o

exercício dessa função, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designado em ato específico.

O **Setor de Comunicação**, vinculado à Direção Geral, tem a função de divulgar à Comunidade Escolar informações de caráter educativo, cultural e social de interesse do Colégio Estadual do Paraná, assim como a manutenção das informações no site e redes sociais oficiais do Colégio e a articulação dos eventos e atividades pedagógicas.

O **Agente de Controle Interno** deverá atender às demandas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Também, deverá atender às demandas da Controladoria Geral do Estado nos assuntos pertinentes à avaliação, fluxo de trabalho e prazos, utilizando o Sistema Integrado de Avaliação e Controle - SIAC - concomitantemente ao Sistema e-CGE. A função de Controlador Interno não pode acumular função, e é exercido por profissional devidamente qualificado, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Controladoria Geral do Estado, designado em ato específico.

O **Agente de Integridade e Compliance** tem a função, dentro do Programa de Compliance, de aumentar a transparência pública e o combate à corrupção. Fiscaliza o cumprimento das normas legais e regulamentares, assim como as políticas e as diretrizes estabelecidas pela Instituição. A função de Agente de Integridade e *Compliance* não pode acumular função, e é exercida por profissional devidamente qualificado, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Controladoria Geral do Estado, designado em ato específico.

O **Agente de Informação e Transparência** tem a função de assegurar o cumprimento do acesso à informação de forma eficiente e adequada à legislação vigente na Instituição de Ensino. A função de Agente de Informação e Transparência é exercida por profissional devidamente qualificado, podendo acumular função, e é indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Controladoria Geral do Estado, designado em ato específico.

O **Agente de Ouvidoria** tem a função vinculada à Controladoria Geral do Estado. O principal objetivo da Ouvidoria é promover a interlocução entre o cidadão e o

Estabelecimento de Ensino, quanto às manifestações (reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações). A função de Agente de Ouvidoria é exercida por profissional devidamente qualificado, podendo acumular função, e é indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Controladoria Geral do Estado, designado em ato específico.

A **Divisão Educacional** é responsável pela coordenação e implementação do Projeto Político Pedagógico, no Estabelecimento de Ensino, em consonância com as políticas educacionais e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação. O cargo de Chefia da Divisão Educacional é exercido por profissional devidamente qualificado para o exercício dessa função, indicado pela Direção Geral do Estabelecimento de Ensino, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, designado em ato específico.

A **Equipe Pedagógica** é composta, exclusivamente, por Pedagogos devidamente habilitados. Compete aos pedagogos, dentre outras funções, coordenar e orientar a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico, da Proposta Pedagógica Curricular e do Regimento Escolar; orientar o Plano de Trabalho Docente e o livro de registro de classe; organizar e coordenar os Conselhos de Classe e a hora-atividade; proceder análise dos dados do aproveitamento escolar; organizar registros de acompanhamento da vida escolar do estudante; acompanhar a frequência escolar dos estudantes; participar de cursos, seminários, reuniões, encontros, grupo de estudos e outros eventos pertinentes à organização do trabalho pedagógico; participar da elaboração e execução do Plano de Ação da Equipe Pedagógica; assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra qualquer tratamento discriminatório; participar do Conselho Escolar e proceder aos atendimentos de pais / responsáveis.

A **Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)** tem o objetivo de atender aos estudantes com qualquer necessidade especial, tanto para as áreas da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos, como também para as altas habilidades/superdotação. O Colégio Estadual do Paraná atenderá a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do Tipo 1 para Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos e para Altas Habilidades / Superdotação.

A **Coordenação de Disciplina** é prerrogativa dos professores do Quadro Próprio do Magistério, lotados no colégio ou com Ordem de Serviço/Prestação de Serviço, supridos no padrão de concurso no Colégio Estadual do Paraná. A Coordenação de Disciplina deverá ser assumida por professor com formação acadêmica de licenciatura na disciplina de concurso à qual pretende se candidatar, com experiência de, no mínimo um ano, na função docente no Colégio Estadual do Paraná, nos últimos dez (10) anos de magistério e ser escolhido entre seus pares. Deverá, também, estar apto e em condições de assumir todas as responsabilidades que a função exige, principalmente no que se refere à boa qualidade nas relações humanas e no que tange à assiduidade e pontualidade. O mandato do Coordenador é de 01 (um) ano, sendo possível a sua recondução por meio de eleições pelos seus pares. Os coordenadores atuam dando suporte aos professores da disciplina e articulando o trabalho pedagógico, o que inclui substituir o professor no atendimento aos estudantes em sua ausência.

A **Coordenação dos Cursos da Educação Profissional** é prerrogativa dos professores do Quadro Próprio do Magistério ou profissional com formação específica autorizado pelo DET/SEED, conforme Orientação de Distribuição de aulas vigente. Cabe aos coordenadores conhecer e se apropriar dos fundamentos da Proposta Curricular do Curso da Educação Profissional e o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná, assim como orientar e acompanhar, juntamente com a equipe pedagógica, o processo de elaboração e implementação do Plano de Trabalho Docente, atuando como elemento articulador entre o Corpo Docente, a Divisão Educacional e a Direção Geral.

O **Suporte Técnico** é articulado por profissional responsável pelos laboratórios específicos dos Cursos da Educação Profissional nas formas Integrada e Subsequente. Cabe a ele a elaboração e cumprimento do regulamento e normas aplicadas aos laboratórios, assim como atualização dos arquivos relacionados aos materiais e equipamentos dos laboratórios e articulação e apoio nas atividades de ensino, de acordo com a programação dos conteúdos.

A **Coordenação e Supervisão de Estágio** orienta e acompanha o Estágio Obrigatório, fazendo cumprir a legislação que trata da matéria de estágio supervisionado. Os profissionais, devidamente habilitados, orientam e acompanham a execução do Plano de Estágio.

A **Equipe Docente** do Colégio Estadual do Paraná é composta de professores lotados, com Ordem de Serviço ou prestando serviço, devidamente habilitados nas diversas disciplinas específicas, em conformidade com a legislação em vigor. Ressalta-se que, entre as atribuições profissionais, é papel fundamental o compromisso e responsabilidade com a aprendizagem, assim como o cumprimento do PPP, tendo real importância os registros oficiais, como manter em dia o Livro Registro de Classe.

O **Conselho de Classe** é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, tendo por objetivo analisar e avaliar o processo ensino-aprendizagem e decidir os procedimentos adequados a cada caso. A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados, é a de intervir no processo de ensino-aprendizagem, oportunizando ao estudante formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos. É da responsabilidade da Equipe Pedagógica organizar as informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe. Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico educativa estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político Pedagógico da Instituição de ensino.

O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações necessárias à resolução das dificuldades apontadas no processo de ensino-aprendizagem. O Conselho de Classe é constituído pelo(a) Diretor(a) e/ou Diretor(a) Auxiliar, Secretário(a), pela Equipe Pedagógica, por todos os Docentes e os Estudantes Representantes de Turma, por meio de: **Pré-Conselho** que é etapa de diagnóstico acerca do processo de ensino- aprendizagem, que conta com a participação de docentes e estudantes e permite analisar tanto aspectos positivos, quanto identificar problemas e suas possíveis causas e posterior efetivação das alterações; **Conselho de Classe** que é a etapa realizada em reunião com todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para, de forma colegiada, se posicionarem frente ao diagnóstico levantado no Pré-Conselho, discutindo os dados, avanços, problemas e proposições para a tomada de decisões, com vistas à superação de dificuldades, por meio de encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem e efetivação do currículo e **Pós-Conselho** que é a etapa de implementação das decisões tomadas no Conselho de Classe com ações da Equipe Diretiva e Pedagógica e dos docentes, como orientação aos estudantes, aos pais ou

responsáveis, subsídios aos docentes para a retomada dos planejamentos, entre outras.

O **Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM)**, criado em 15 de agosto de 1986, através da Resolução nº3546/1986, é definido como um espaço exclusivamente pedagógico, plurilinguista, intercultural e democrático para a promoção do ensino e da aprendizagem de diferentes Línguas Estrangeiras Modernas (LEM), partindo do Discurso como prática social e explorando elementos linguístico-discursivos, interculturais, bem como as práticas da leitura, oralidade e escrita no que se refere às capacidades de linguagem que os estudantes devem mobilizar e às operações de linguagem que devem realizar em LEM.

Os cursos do CELEM/CEP são legislados por documentos oficiais, como Resolução e Instrução Normativa expedidas pela SEED-PR, os quais regulamentam a oferta e estabelecem critérios para implantação e funcionamento dos cursos de LEM no contexto de um Centro de Línguas, neste caso, do CELEM, definindo, por exemplo, quais são os documentos norteadores para esses cursos, os procedimentos de matrícula, sua organização curricular, a duração e carga horária dos cursos, a formação de turmas, os descritores mínimos de conhecimento para os cursos, seu processo de ensino e avaliação de aprendizagem, a certificação, bem como quais são as atribuições da SEED-PR, do NRE, dos estabelecimentos de ensino e dos professores do CELEM.

Ainda, os cursos são destinados aos estudantes da Rede Pública Estadual da Educação Básica, regularmente matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), no Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa oferta também é destinada aos professores, pedagogos e funcionários que estejam no efetivo exercício de suas funções, bem como são estendidos às comunidades escolar e local, cabendo ao Governo do Estado do Paraná, “promover a implementação de Políticas Públicas e Linguísticas para o processo de Ensino de Língua Estrangeira Moderna” (PARANÁ, 2015, p. 66).

A **Escolinha de Arte** é composta por espaços, recursos humanos e materiais, assim como por equipamentos necessários para desenvolver o trabalho pedagógico nas quatro áreas: Artes Visuais, Teatro, Música e Dança. O ensino de Arte no Colégio Estadual do Paraná tem tradição que remonta aos anos finais da década de 50. Ao longo desse período, o ensino passou a ser ministrado nas aulas curriculares de Arte, para o Ensino Fundamental, Médio e Profissional, e nos programas ofertados nos cursos modulados, em contraturno. Esses, seguem propostas pedagógicas e metodologias

diferenciadas, sendo necessária a formação específica dos professores para atender cada proposta. Por isso, afirma-se que a Escolinha de Arte apresenta peculiaridades no que diz respeito ao corpo docente, respaldada por sua proposta pedagógica. Nela, são providas aulas curriculares em salas ambiente, adaptadas à linguagem artística, assim como são ofertados programas de formação artística nos cursos modulados, os quais assumem essa nomenclatura na década de 1990, em função de mudanças administrativas e metodológicas ocorridas na época.

No ano de 1957, momento inicial da Escolinha de Arte, as atividades de desenho, pintura, modelagem, entre outras, eram ministradas como atividades livres. Qualquer estudante do Colégio Estadual do Paraná poderia participar das atividades, sem inscrição prévia e com horários livres. Naquela época, A Banda, o Coral e o Grupo de Teatro Amador do Colégio Estadual do Paraná eram grupos independentes da Escolinha, tanto no que diz respeito aos encaminhamentos pedagógicos como administrativos. Na década de 90, após se compreender a tônica de aprimoramento artístico, todos os grupos artísticos passaram a integrar a Escolinha de Arte. Naquele momento, surgiram os cursos modulados, com características diferentes das antigas atividades livres. Os cursos se especializaram e foram abertos à participação da comunidade. Abriram-se os cursos de piano, violão, coral, banda, teatro, e, atualmente, diversos modulados estão ligados ao programa de estudo e desenvolvimento artístico que compõem a Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná nas áreas de Visuais, Dança, Teatro e Música. O programa de desenvolvimento e aprimoramento artístico da Escolinha de Arte do CEP é composto pelos seguintes modulados: Modulados de Artes Visuais

MODULADO	DESCRIÇÃO
Acervo	Catálogo, higienização, digitalização, pequenos restauros, arquivamento, divulgação de produção artística e documentos oficiais produzidos pelos professores e estudantes da Escolinha de Arte.
Decalque em Cerâmica e Porcelana	Atividade artística desenvolvida sobre o suporte cerâmico ou porcelana, objetivando o aprimoramento técnico do decalque, assim como o estudo da composição artística.
Desenho Artístico	Desenvolvimento da representação e da capacidade de apreensão do universo visual através do registro gráfico manual. O desenho como modo de pensar o espaço e a matéria, visando desenvolver a capacidade de expressar e representar por meio de materiais e de técnicas.

Desenho para Prévias	Desenho de observação, estudo dos elementos da linguagem visual, expressão da linha, perspectiva de interior, estruturação, composição.
Desenho Mangá	O modulado de Desenho Mangá tem como objetivo o estudo e prática do desenho artístico, com influência do desenho mangá moderno. Durante o modulado, são abordados os conteúdos dos cânones (medidas de proporção) da figura humana, do desenho oriental e técnicas de desenho e pintura com diferentes suportes (papel e tela) e materiais como lápis de cor, aquarela, nanquim, grafite e bico de pena. Destinado aos estudantes do Colégio Estadual do Paraná (contraturno) e comunidade (vagas remanescentes) para estudantes a partir de 11 anos com oferta de aula, uma vez por semana.
Desenho e Pintura	História do desenho e pintura mundial. Contextualização do desenho e pintura em diferentes povos, culturas e períodos históricos. O desenho e a pintura como produção artística e industrial. Gêneros de pintura. Produção de desenho e pintura. Elaboração de croquis ou estudos. Composição com elementos formais (ponto, linha, textura, cor, luz e sombra e volume) e intelectuais (harmonia, equilíbrio, ritmo e movimento). Representação de sólidos redondos e angulares. Representação de formas geométricas e orgânicas. Representação de planos e perspectivas. Técnicas de desenho. Utilização de materiais e suportes adequados de desenho. Técnicas de pintura. Utilização de materiais e suportes próprios para pintura.

MODULADO	DESCRIÇÃO
Figurino	Estudo da importância da indumentária enquanto ferramenta de apoio à caracterização do ator. Noções de croqui e desenho da figura humana. Classificação de figurino. Composição, cor e textura de tecidos. Coleta de medidas, moldes básicos, corte e costura de peças. Apoio aos grupos artísticos da Escolinha de Arte.

**Figurino-
Acervo**

O projeto tem por objetivo ampliar e catalogar o conjunto de indumentárias e adereços, revitalizando o acervo de figurino para melhor atender a demanda do Colégio Estadual do Paraná. Idealiza-se também a implantação de um sistema de controle responsável dos empréstimos e devoluções aos regentes e docentes envolvidos com a prática teatral e artística. A ideia surgiu da necessidade de armazenamento dos materiais citados já existentes no Colégio Estadual do Paraná, outros vindos de doações e outros confeccionados para peças e provas públicas. O acervo atende as turmas dos cursos Integrados e Subsequentes, os Grupos de Teatro Amador do Colégio Estadual do Paraná (GRUTAS), Gruta Musical, Modulado de Pesquisa Teatral, curso de Produção Áudio e Vídeo (PAV), os cursos Modulados de Figurino, Fotografia e outras práticas que usem caracterização como o Recital de Piano da professora Sueli, por exemplo.

Fotografia

Abordagem histórica dos diferentes suportes e processos fotográficos. Conhecimento e aplicação das técnicas e equipamentos fotográficos. Uso de filtros, lentes e composição.

Maquetaria

Qualidade dimensional e geométrica, na construção de modelos. Modelação por adição e subtração de volumes, acabamento em modelos, construção e acabamento de modelos em acabamentos diversos.

**Modelage
m em
Argila**

História da cerâmica mundial. Contextualização da cerâmica artística e utilitária em diferentes períodos históricos, povos e culturas. Elaboração de projeto. Utilização de ferramentas específicas, técnicas de escultura pelo processo esquemático ou analítico. Técnica de elevação de peça pelo método de rolinho e placa. Construção de sólidos maciços e ocos. Técnica de baixo-relevo, tesselas, acabamento com alisamento, textura e polimento. Montagem de forno e queima.

MODULADO	DESCRIÇÃO
Mosaico	Fundamentos básicos do mosaico, história e evolução, processos e técnicas, execução de mosaicos sobre diferentes superfícies e utilizando matérias variáveis.
Origami	História do Origami, contextualização do origami em diferentes períodos históricos, povos e culturas. Principais origamistas. Corte de papéis, leitura e produção de diagramas, formas básicas, produção de origamis simples e modulares. Tingimento de papéis, uso de diferentes suportes. Pesquisa e criação. Composição bidimensional e tridimensional. Uso do volume como matriz para gravuras.
Pintura em Cerâmica	História da pintura em cerâmica mundial, contextualização da pintura cerâmica artística e utilitária em diferentes períodos históricos, povos e culturas. A pintura em cerâmica hoje: artística, decorativa, utilitária, industrial e artesanal. Elaboração de projeto com previsão de cores e materiais. Técnica de pintura fria e pátinas. Técnica de pintura com queima de baixa temperatura. Emprego de técnicas de acabamento, montagem básica de forno e queima.
Pintura em Tela	Exercícios de criação e de recriação na linguagem da pintura; aspectos artísticos e estéticos; pesquisa plástica temática; estudo de pequenas e grandes composições, técnicas e materiais contemporâneos; construção poética na pintura artística; aspectos metodológicos da pintura artística.
Técnicas Mistas	A atividade tem como objetivo principal desenvolver o potencial prático, temático e criativo de pessoas interessadas em diversas técnicas. Para tanto, disponibiliza-se conhecimento técnico e prático das ferramentas pictóricas, desde o lápis grafite, lápis de cor, pastel seco e óleo, aquarela, guache, entre outros.

Tabela 2: Modulados de Artes Visuais

Modulados de Dança

MODULADO	DESCRIÇÃO
Dança de Salão	A Dança de Salão visa desvelar aos participantes toda a gama de possibilidades da dança tanto como manifestação cultural como expressão artística; proporcionar a socialização através dos ritmos propostos; valorizar, divulgar e apreciar a cultura latino-americana; criar uma plateia de dança de salão; capacitar e aprimorar ritmos da dança de salão como salsa, samba, forró, tango, bolero; desenvolver a coordenação motora e rítmica; saber reconhecer os diversos estilos de dança de salão, seus bailarinos e coreografias; saber distinguir a diferença entre a dança social (de baile) e a dança artística (de palco).
DANCEP (Grupo de Dança Contemporânea do CEP)	Com metodologia específica baseada na cooperação e compartilhamento interativo, o grupo desenvolve aulas de dança contemporânea; jazz; balé; videodança; alongamento, fortalecimento e consciência corporal; produção em dança e improvisação (projeto incubadora criativa) para os estudantes do Colégio Estadual do Paraná e da comunidade. Para produção de suas obras coreográficas e seus projetos interativos, os estudantes são envolvidos em todo o processo de criação, produção e apresentação, fazendo com que sejam responsáveis pela criação e confecção de seus figurinos, pesquisa e criação sonora, produção visual, produção e agendamento dos espetáculos, além de composição coreográfica e pesquisa de movimento, para que se apropriem, pedagogicamente dos conhecimentos que envolvem a arte do movimento.

Tabela 3: Modulados de Dança

Modulados de Música

MODULADO	DESCRIÇÃO
Orquestra	A Orquestra Sinfônica Bento Mossurunga, além da teoria musical, prática instrumental e ensaios gerais, traz apresentações que fazem parte integral na formação musical dos estudantes. A corporação apresenta-se nas diversas atividades do Colégio Estadual do Paraná e atende convites em Curitiba e Região Metropolitana. Desfila tradicionalmente no Centro Cívico, todo ano, em comemoração ao dia Sete de Setembro, abrindo o desfile das Escolas da Rede Pública de Ensino. Sua participação nos concursos e campeonatos é outra forma de incentivo e avaliação do desenvolvimento musical dos jovens músicos.

MODULADO	DESCRIÇÃO
Coro do CEP	<p>Prática de música coral visando o aprimoramento musical e artístico, explorando o potencial vocal como instrumento de expressão artística. Desenvolvimento e aprimoramento do senso estético, a partir da prática vocal, com repertório de períodos históricos e lugares diversos. Fortalecimento do trabalho em equipe, valorizando as diferenças individuais, harmonizando-as, numa visão de conjunto ampla. Fortalecimento do espírito de equipe e a colaboração entre os integrantes, assim como o estímulo à consciência da importância individual e de responsabilidade face ao trabalho coletivo, no qual todos desempenham um papel importante para a realização do Todo.</p>
Piano	<p>Utilização do Piano como meio para aprimorar a musicalidade, desenvolvendo o conhecimento teórico musical e o estudo da técnica pianística. Prática deste trabalho técnico no estudo do repertório. Contextualização do repertório dentro dos períodos históricos. Estudo de obras específicas para o instrumento.</p>
Viola	<p>Utilização da Viola como meio para desenvolver a musicalidade, desenvolvendo o conhecimento teórico musical e o estudo técnico da viola e utilização deste no estudo do repertório. Contextualização do repertório dentro dos períodos históricos. Estudo de repertório específico para o instrumento. Apreciação musical.</p>
Violão	<p>Utilização do violão como meio para desenvolver a musicalidade, desenvolvendo o conhecimento teórico musical e o estudo de técnica de violão e utilização desta no estudo do repertório. Contextualização do repertório dentro dos períodos históricos, enfocando a Música Popular Brasileira. Estudo de repertório específico para o instrumento e criação musical. Apreciação musical.</p>
Violino	<p>A prática do violino objetiva o ensino e aprendizado deste instrumento por meio do método Suzuki. As aulas visam desenvolver o aprendizado das melodias, teoria musical, adquirir noções de afinação e prática musical das escolas do instrumento. Objetiva a apresentação musical como forma de avaliação e desempenho artístico.</p>

MODULADO	DESCRIÇÃO
Pandeiro	Utilização do Pandeiro como meio para desenvolver a musicalidade, desenvolvendo o conhecimento teórico musical e o estudo da técnica de pandeiro e utilização desta no estudo do repertório. Contextualização do repertório dentro dos períodos históricos. Estudo de repertório específico para o instrumento, prática de conjunto.
Voz e Expressão	Estudo e prática de Técnica vocal. Exploração de recursos técnicos que possibilitem uma emissão correta e expressiva. Noções básicas de fisiologia e saúde vocal. Estudo da Expressividade vocal com base na prática e exploração de ressonâncias diferenciadas no corpo, utilização de arcos expressivos, estudo do som no espaço. Utilização dessas ferramentas e conhecimento na prática vocal falada e na interpretação no canto. Formação de repertório e prática artística.
Grupo Musical Cordas e Compassos	Prática de conjunto incentivando a experimentação de instrumentos, canto, estudo de conjuntos musicais visando a criação de repertório, roteiros artísticos e propostas para apresentações musicais em espaços artísticos diversos. Amadurecimento artístico, desenvolvendo critérios estéticos para uma performance mais aprimorada.

Tabela 4: Modulados de Música

Modulados de Teatro

MODULADO	DESCRIÇÃO
GRUTA (Grupo de Teatro Amador)	O Modulado visa a prática teatral com montagem de espetáculo experimental, clássico ou contemporâneo. Tem como abordagem de desenvolvimento os elementos do teatro: jogos teatrais; expressão corporal; vocal e sonora; interpretação a partir de textos teatrais, montagem e apresentação a comunidade.
GRUTINHA	O modulado Grutinha tem a finalidade de proporcionar a vivência teatral para crianças de adolescentes de 10 a 14 anos. O processo se dá a partir de jogos teatrais executados durante as aulas duas vezes por semana com duração de 4 horas/aula e produção teatral realizada anualmente com apresentações no decorrer do ano.

MODULADO	DESCRIÇÃO
<p>MPT (Modulado de Pesquisa Teatral)</p>	<p>O MPT oferece, além das montagens, cursos de teatro, dança e voz, para iniciantes e avançados. Em seu trabalho busca aprimorar a Percepção, a organização, a leitura, a memorização (vocal, corporal e gestual); Execução e contracenação; ferramentas e técnicas de expressão individual e coletiva e de manipulação de repertórios; execução aplicada à performance coletiva; conhecimentos de estilos, formas, gêneros, história, psicologia, sociologia; métodos e técnicas de percepção e sensibilização; caracterização de personagens; métodos e técnicas de organização, normas e de montagem de texto dramático; fundamentos da Direção Teatral. planejamento e execução da concepção de uma cena; a expressão artística por meio de espetáculos; a escolha de linguagem e estética de encenação; crítica teatral; montagem cênica.</p>
<p>Musical CEP</p>	<p>O Modulado de Teatro Musical visa a união de Teatro, Dança e Canto para estudantes com alguma iniciação nestas áreas. Os elementos: Jazz, expressão corporal, expressão vocal, jogos teatrais, canto, música, história dos musicais, montagem e apresentação à comunidade.</p>

Tabela 5: Modulados de Teatro

A Escolinha de Arte comporta os seguintes ambientes:

- Quatro salas de Música;
- Uma sala de Teatro;
- Uma sala de Dança;
- Uma sala de Gravura;
- Uma sala de Maquetaria;
- Quatro salas de Desenho e Pintura;
- Uma sala Multiuso com equipamento de áudio e vídeo;
- Sala de Modelagem;
- Sala do Forno;
- Sala de Coordenação.

As aulas curriculares e cursos modulados são ministrados em ambientes adaptados à linguagem artística em questão. As salas, apesar de preparadas para atender às necessidades específicas do trabalho pedagógico em Arte, comportam no máximo 20 estudantes. Cada turma é atendida por dois professores de áreas diferentes. Os professores trabalham na sua área de formação com a finalidade de manter a

proposta da Escolinha: trabalhar os conteúdos de forma mais aprofundada e criar maior proximidade com o estudante e sua produção, podendo estar atento ao processo criativo e ao seu desenvolvimento em um ambiente saudável e seguro.

As **Atividades Desportivas Especializadas** estão sob a responsabilidade do Departamento de Educação Física e Esportes do Colégio Estadual do Paraná. Esse departamento é responsável pelo desenvolvimento, além das aulas de Educação Física da grade curricular, do Programa de Treinamento Esportivo no contra turno escolar, que conta com a participação de aproximadamente, 900 estudantes atletas, e tem como principal objetivo oportunizar ao estudante vislumbrar novos horizontes, melhorar sua qualidade de vida, melhorar sua autoestima, seu autoconhecimento e autocontrole emocional, enfim, promover a formação esportiva e cidadã integral.

Os treinamentos das várias modalidades esportivas: atletismo, badminton, basquetebol, canoagem, futebol, futsal, ginástica funcional, ginástica laboral, ginástica rítmica, handebol, musculação, natação, pilates, voleibol, tênis de mesa e xadrez, são desenvolvidos de segunda a sexta-feira, sempre em contra turno escolar.

Os atletas dessas modalidades esportivas participam de jogos e competições também aos sábados, domingos e feriados. Para tal, conta-se com parceiros que disponibilizam seus espaços físicos de forma gratuita: Centro de Esportes e Lazer Avelino Vieira, Ginásio de Esportes do Rio Verde/Colombo, UFPR, Praça Oswaldo Cruz, FUNCEL, Igreja dos Mórmons, Velódromo (Jardim Botânico), Salão da Igreja Perpétuo Socorro, Casa do Estudante, Passeio Público e Secretaria de Esporte.

A participação nos Campeonatos e Torneios, em diversas modalidades, tornam nossa Instituição conhecida e respeitada, fato muito importante para a autoestima dos estudantes pertencentes ao projeto do esporte escolar do Colégio Estadual do Paraná. Aqueles que fazem parte dos treinamentos, desenvolvidos em contra turno, permanecem praticamente o dia todo no Colégio, que oferece reforço de merenda, em todos os dias dos seus treinos. Todos, são isentos de taxas para inscrição e prática das modalidades. As modalidades esportivas ofertadas são as seguintes:

ESPORTE	DESCRIÇÃO
Atletismo	<p>O atletismo é um conjunto de atividades esportivas (corrida, saltos, lançamentos e arremessos). Os benefícios desse esporte dividem-se em 3 grandes esferas: físico, mental e social, desenvolvendo senso de cooperação, trabalho em equipe e superação.</p>
Badminton	<p>O badminton é um desporto individual ou de duplas, semelhante ao tênis e ao vôlei de praia, praticado com raquete e um volante ou pena que deve passar por cima de uma rede, os benefícios: esporte acessível, ajuda a condicionar o físico, desenvolve habilidades como atenção, concentração, reflexo, inteligência, produtividade e noção de espaço, colabora com o bem estar.</p>
Basquetebol	<p>Ao praticar basquete, você consegue exercitar diversas partes do seu corpo e, ao mesmo tempo, ajuda também sua saúde mental, no trabalho em grupo, colaborando para a melhora do equilíbrio corporal, precisão, disciplina e autoconfiança.</p>
Canoagem	<p>A canoagem é um desporto náutico, praticado com uma canoa ou um caiaque, sendo uma modalidade olímpica desde 1936. Como o movimento dos braços é intenso, a cada remada o corpo gasta energia suficiente para queimar calorias de toda a região superior do corpo, incluindo as indesejadas gordurinhas da barriga. Os músculos tornam-se mais tonificados, o estudante desenvolve maior capacidade de trabalho em grupo, além de melhorar a postura corporal.</p>
Ciclismo	<p>Pedalar é um exercício aeróbico, mas também ajuda no fortalecimento de músculos. Praticando o ciclismo, você movimenta as pernas, glúteos e coxas, tonificando toda essa região e evitando, assim, lesões em outras atividades físicas.</p>
Ginástica Funcional	<p>O treinamento funcional é um método completo e dinâmico que traz benefícios para o corpo e todo o organismo. Fortalece os músculos, melhora a postura e reduz as dores lombares.</p>

ESPORTE	DESCRIÇÃO
Futebol	Os estudantes que praticam essa modalidade têm o objetivo de desenvolver suas potencialidades e sua formação como cidadãos com valores éticos, por meio dos treinamentos em período de contraturno escolar, e através de atividades competitivas.
Futsal	Os estudantes atletas que praticam essa modalidade têm o objetivo de desenvolver suas potencialidades e sua formação como cidadãos com valores éticos, por meio dos treinamentos em período de contraturno escolar, e através de atividades competitivas.
Ginástica Rítmica	A prática desse esporte desenvolve o equilíbrio e a flexibilidade. Por conta do conjunto de música, coreografia e manuseio de acessórios, esse esporte também incentiva a capacidade psicomotora das crianças, raciocínio, agilidade e reflexos.
Handebol	Benéfico para o funcionamento de todo o corpo, o handebol é um esporte em que duas equipes, cada uma com sete jogadores, trocam passes apenas com as mãos com o objetivo de fazer um gol no time adversário. A prática desse esporte melhora o condicionamento físico, ajuda no aprendizado para trabalhar em equipe, auxilia a tomar decisões rápidas e desenvolve a coordenação motora.
Musculação	A sua prática melhora a postura corporal, diminui a quantidade de gordura, tonifica os músculos, auxilia no combate a problemas emocionais, aumenta a densidade óssea, diminui o risco de diabetes, melhora o condicionamento cardiorrespiratório.
Natação	A natação é um dos esportes mais recomendados e completos que existem. Uma das grandes vantagens de fazer aula de natação é que essa é uma modalidade sem impacto, ou seja, não coloca em risco os ossos e articulações, e pode ser feita por praticamente todas as pessoas, desde bebês e grávidas até idosos. Além de auxiliar na perda de calorias, a natação também ajuda a fortalecer os músculos e ampliar a capacidade respiratória.

ESPORTE	DESCRIÇÃO
Pilates	As aulas de pilates podem proporcionar aos seus praticantes aumento da resistência física e mental, aumento da flexibilidade, o auxílio na correção de problemas posturais, aumento da concentração, tonificação da musculatura, melhoria da coordenação motora. O pilates promove menor atrito nas articulações e alivia dores musculares.
Tênis De Mesa	Podendo ser disputado individualmente ou em duplas, é um esporte competitivo e com muita ação. Na verdade, quando jogado em um ritmo intenso, pode ser uma ótima maneira de queimar calorias e ficar em forma. Ao praticar, você melhora a coordenação “mão-olho”, e estimula o estado de alerta mental, concentração e estratégia tática. Isso torna o jogo perfeito para os jovens aguçarem seus reflexos, e para as pessoas mais velhas refinarem sua capacidade tática.
Voleibol	A prática dessa modalidade faz o corpo trabalhar como um todo, melhora as capacidades físicas funcionais, cardiorrespiratórias e de fortalecimento, o que é extremamente benéfico à saúde. Esse esporte ajuda nas atividades cotidianas, melhorando a coordenação motora, flexibilidade, força e resistência aeróbica e anaeróbica, além de despertar habilidades para trabalho em grupo.
Xadrez	A prática do xadrez desenvolve o raciocínio matemático e o pensamento crítico, além de melhorar a imaginação, criatividade, comunicação e concentração. Também é um bom apoio ao desenvolvimento na escola, desenvolve a criatividade, melhora a memória e a aprendizagem.

Tabela 2: Modalidades Esportivas

O **Complexo Poliesportivo** constitui-se de ginásio de esportes, pista de atletismo oficial, piscina olímpica oficial com plataforma de saltos e piscina de aprendizagem, campo de futebol, quadras de voleibol, basquetebol, futsal, handebol, salas de musculação, de ginástica rítmica e xadrez.

CEP em Movimento: Conjunto de atividades recreativas e esportivas realizadas durante os intervalos das aulas curriculares (INTERVALO RECREATIVO) que tem como objetivo a socialização dos estudantes, envolvendo competições entre todas as turmas

oportunizando um conagraçamento entre os estudantes. Essas práticas esportivas educacionais, estimulam a integração efetiva e contribui para o seu desenvolvimento dos valores sociais.

O **Observatório Astronômico** Professor Doutor Leonel Moro e o **Planetário** Professor José Gomes Ribeiro, do Colégio Estadual do Paraná, são ambientes dedicados à Divulgação, Ensino e Pesquisa da Astronomia. O Planetário, além de atender aos estudantes do Colégio Estadual do Paraná, atende gratuitamente quaisquer escolas ou instituições públicas dos âmbitos Estadual, Municipal ou Federal durante todo o ano letivo, bem como a comunidade em geral. Também atende instituições privadas, mediante agendamento prévio e pagamento de taxa. Desenvolve, ainda, trabalhos voltados para toda a comunidade em geral, com sessões abertas ao público em determinados finais de semana. As atividades são desenvolvidas em duas sedes: o Planetário, localizado junto ao prédio central do colégio, em Curitiba, e o Observatório, localizado na região rural do município de Campo Magro.

O Planetário, local onde são organizadas sessões de caráter didático pedagógico especiais, para estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional, possui capacidade de atendimento para 62 (sessenta e duas) pessoas por sessão. Além das atividades pedagógicas agendadas, o Planetário realiza Sessões Públicas para toda a comunidade. No Observatório Astronômico, onde se faz a observação do céu com telescópios e a identificação de constelações, as atividades acontecem sob o monitoramento dos professores responsáveis. Quando as condições atmosféricas se apresentam muito adversas à observação astronômica, a programação é enriquecida com uma palestra pautada pelo uso de softwares livres sobre Astronomia. Ambos os espaços caracterizam-se como ambientes não formais de Ensino.

A casa destinada ao **Centro de Memória** tem 354m² e abriga o acervo histórico do colégio. É o espaço onde ocorre a catalogação e organização de documentos, mobiliário, fotos e as mais diversas formas de registro da história da instituição. Em 2006 teve início no Colégio Estadual do Paraná o projeto de pesquisa, cujo objetivo era analisar o tratamento dado, na trajetória histórica do Colégio Estadual do Paraná, ao arquivo escolar e ao Museu Guido Straube, quanto à relevância, conservação e uso. Com esse projeto, verificou-se a necessidade de uma reorganização do acervo documental do Colégio Estadual do Paraná. Assim, foi composta uma comissão gestora com membros do colégio e a participação da SUDE/SEED, através do projeto Museu da Escola e da Linha de

Pesquisa em História e Historiografia da Educação da UFPR. No ano de 2008 foi estabelecido, através de ato administrativo, o espaço físico para a administração do Centro de Memória, bem como espaço de exposição do Museu Professor Guido Straube e Sala de Arquivo Histórico.

Em 2009, mudou-se o foco do projeto para a criação do Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná, que abrange o entendimento de todo o Colégio como espaço de memória. A partir dessas discussões, criou-se um documento para normatizar seu funcionamento, sendo este apresentado e discutido pelo Conselho Escolar em abril de 2010, tendo então sua aprovação. O Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP) conta com pessoal técnico-pedagógico e administrativo próprio, que objetiva preservar e divulgar a memória e a história do Colégio Estadual do Paraná. Ainda em processo de organização, se constitui de acervos relacionados à memória e história do colégio, promovendo sua restauração, organização, conservação e divulgação. Além de subsidiar estudos e pesquisas voltados à memória e história do Colégio Estadual do Paraná, ou outros relacionados à História em geral, por meio da disponibilização para consulta local de seu acervo, através da constituição de banco de dados, também organiza atividades com finalidades pedagógicas e culturais, difundindo a importância da preservação dos acervos escolares, da memória e do patrimônio histórico escolar, aproximando o Colégio Estadual do Paraná da comunidade interna e externa.

O **Museu Professor Guido Straube** pelo Diretor Geral, Professor Osny Antonio Dacol, criou oficialmente e pela Ordem de Serviço nº 4/1979, de 8 de maio de 1979, cujo nome é homenagem ao mestre que o iniciou (STRAUBE, 1992). No dia 2 de agosto de 1979, houve a inauguração do museu pela então Secretária da Educação, Gilda Polli Rocha Loures, em nome do Governador José Richa, dando cunho oficial para esse empreendimento. Em 1985, o Diretor Geral, Professor Eraldo Graeml, resolveu estender o Museu ao Salão Nobre, abrigando também a Pinacoteca e o setor Histórico do Estabelecimento centenário, designando a professora Carmem Lucia Rigoni para a coleta e recuperação do acervo e posterior instalação.

O Museu tem por finalidade preservar a memória do Colégio Estadual do Paraná, através da coleta de informações e elementos materiais sobre a Educação, no Estado, e, também, oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos seus objetivos. O Museu segue um Plano Museológico e Regimento Interno próprios, que atende às diretrizes gerais estabelecidas pelo Colégio Estadual do Paraná. O Museu está hoje incluído no Catálogo de Museus do Estado do Paraná. Em seu acervo, possui

material didático-pedagógico, mobiliários, símbolos, uniformes, troféus, medalhas, documentos, fotografias, taxidermia, entomologia, paleontologia e ictiologia. Existem, ainda, livros, documentos e objetos de uso pessoal do professor Guido Straube. O acervo do Museu já possui um prévio registro e catalogação, uma vez que ele existe desde 1979.

A **Biblioteca** é um espaço pedagógico democrático com acervo bibliográfico à disposição de toda a comunidade escolar. A relação de acervo bibliográfico deve ser atualizada e adequada para o atendimento dos objetivos de todas as etapas e modalidades ofertadas pela instituição de ensino. A Biblioteca estará a cargo de um(a) Bibliotecário(a), profissional qualificado(a) e habilitado(a), de acordo com a legislação em vigor, sob a coordenação da Divisão Educacional. A Biblioteca Escolar – cujo acervo é mantido com recursos do próprio Estabelecimento de Ensino, pela Secretaria de Estado da Educação, pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários e/ou doações de terceiros – constitui espaço pedagógico próprio para o estudo, a pesquisa, a leitura sistemática e a reflexão, favorecendo o desenvolvimento dos trabalhos e atuando como espaço alternativo à sala de aula.

Os **Laboratórios** de Ciências, Química, Física, Biologia, Língua Portuguesa e Matemática são espaços pedagógicos para uso dos docentes e estudantes, com regulamentos próprios. Os cursos técnicos de formação profissional, integrados e subsequentes de Prótese Dentária, Desenvolvimento de Sistemas, Teatro, Edificações, Saúde Bucal, Informática, Produção Áudio e Vídeo e Administração, possuem laboratórios específicos. Os Laboratórios dos Cursos Técnicos têm por objetivo desenvolver a capacidade de articular conhecimentos teóricos e práticos, indispensáveis a uma inserção qualificada no mundo do trabalho.

A **Equipe Multidisciplinar** é uma instância de organização do trabalho escolar legitimada pelo Artigo 26A da LDB (Lei n.º 9394/96), pela Deliberação n.º 04/06 CEE/PR, pela Instrução n.º 017/06 SUED/SEED, pela Resolução n.º 3399/10 SUED/SEED e a Instrução n.º 010/10 SUED/SEED. O objetivo central da Equipe é o desenvolvimento de ações que efetivem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena com o intuito de promover a convivência democrática no ambiente escolar reconhecendo a pluralidade das pessoas e que não há uma cultura superior à outra.

O Colégio Estadual do Paraná historicamente tem contribuído com a educação paranaense com práticas educativas comprometidas com a formação dos estudantes, atendendo à diversidade cultural na busca de uma efetiva educação laica, democrática e de qualidade. A proposta de trabalho da Equipe Multidisciplinar está relacionada a uma concepção de educação voltada para a formação do pensamento, da sensibilidade, da reflexão, base para que exista o respeito ao outro. A concepção da Equipe pressupõe a instauração de um espaço privilegiado de reflexão e debate acerca das relações étnico-raciais, diversidade sexual, social e cultural.

O **PROCEP** é um setor vinculado à Divisão Educacional e tem por finalidade articular e dar suporte aos projetos que se fazem necessários ao desenvolvimento intelectual e humano dos múltiplos atores que compõem a comunidade escolar do Colégio. Sua atuação se concentra em duas frentes: Projetos de formação de professores e funcionários, com a oferta de eventos e cursos que garantam a valorização dos profissionais, o reconhecimento do seu papel e a busca de aprimoramento da sua formação e prática profissional.

O **CURCEP** (Curso Preparatório para o Vestibular do CEP) tem por objetivo reforçar os conteúdos vistos em sala de aula, durante todo o Ensino Médio e familiarizar os estudantes com os estilos de questões cobradas em provas do ENEM e em vestibulares de anos anteriores. Tendo em vista a preocupação em que os estudantes do Colégio Estadual do Paraná deem continuidade aos seus estudos no nível superior, a partir de 2012 reativou-se o CURCEP que havia sido encerrado em 2002. Para o funcionamento do curso foram criadas duas salas com ambientes equipados com lousa interativa e professores capacitados. As duas salas destinadas para o funcionamento do curso (113 e 213), foram equipadas com tela multimídia, ventiladores de teto e readequação do quadro-negro para o formato oval, a fim de propiciar um ângulo maior de visualização, também foram dispostas novas carteiras e cadeiras. A demanda de atendimento tem sido de aproximadamente 240 estudantes, contando com aqueles que fazem o reforço preparatório para a prova do ENEM ofertado aos sábados no período da manhã. Outra preocupação e cuidado se refere ao perfil do professor para trabalhar com um número grande de estudantes e conteúdos de todo o Ensino Médio. As metodologias precisam ser diversificadas, a fim de tornar as aulas mais dinâmicas, para que os estudantes que tiveram aula, durante todo o período da manhã, à tarde ainda, possam manter o estímulo e interesse para assistirem as aulas ministradas com grande quantidade de conteúdos.

As aulas de **Reforço Escolar** constituem-se como atividade pedagógica direcionada, preferencialmente, aos estudantes que apresentam baixo rendimento escolar ou desempenho insuficiente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, do Ensino Fundamental; e Biologia, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química, do Ensino Médio Regular e Integrado. A atividade de Reforço Escolar consiste na oferta de aulas semanais, no contraturno escolar, organizada por grupos, contemplando os estudantes dos turnos da manhã, tarde e noite. Os conteúdos ministrados nas aulas de Reforço Escolar baseiam-se no Plano de Trabalho Docente do ano/série do estudante, tendo como objetivo auxiliá-lo a assimilar, tirar dúvidas e sanar dificuldades. A participação do estudante está consignada a uma convocação, observando-se sua frequência nas aulas. As aulas de **Aprofundamento de Estudos** serão ofertadas aos estudantes dos turnos da tarde e noite, em contraturno, dentro das dependências do Colégio Estadual do Paraná, por Professores das disciplinas de Biologia, Física, Matemática, Língua Portuguesa e Química. A finalidade é atender o estudante em suas necessidades de aprendizado com foco nas disciplinas de interesse, reflexionando os conteúdos de forma intensa e conduzindo à percepção autônoma de interdisciplinaridade e interação cotidiana.

O **Setor da Informática – INFOCEP** é responsável pelos assuntos da informática pedagógica e administrativa do Colégio Estadual do Paraná. Quanto à Informática Administrativa, compete ao INFOCEP desenvolver atividades relacionadas ao planejamento estratégico para a utilização de recursos de informática no Colégio, na administração da rede e no suporte técnico. Quanto à Informática Pedagógica, compete ao INFOCEP, orientar grupo de estudos e promover cursos de capacitação para professores, visando a utilização de softwares e outros recursos de tecnologia da informação e comunicação em sua prática pedagógica. A Coordenação do INFOCEP é exercida por professor e funcionário administrativo com qualificação para o exercício da função, designado pela Direção Geral.

O **Setor de Estágio** do Colégio Estadual do Paraná conta com profissionais qualificados que, em consonância com a equipe pedagógica, acompanham o estágio obrigatório e não-obrigatório, ambos de caráter educativo. O estágio configura-se como uma prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo pelo Colégio Estadual do Paraná, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos no Plano de Curso, previstos no Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica e descritos no Plano de Estágio.

O **Intercâmbio** é programa do Colégio Estadual do Paraná que visa promover a inclusão do estudante Intercambista no espaço educativo, a troca intercultural entre eles e entre os demais estudantes, bem como, desenvolver ações que possibilitem a interação entre os diferentes jovens, diferentes idiomas, etnias, religiões e culturas. Ocorre o acompanhamento do rendimento, da frequência, bem como o desenvolvimento de projetos de inclusão, reuniões e trocas interculturais. O setor visa promover a inclusão do jovem Intercambista no espaço educativo, a troca intercultural entre eles e os estudantes do Colégio Estadual do Paraná, bem como, procura desenvolver ações que possibilitem a interação entre os diferentes jovens, diferentes idiomas, etnias, religiões e culturas.

A **Brigada Escolar** é um programa da Defesa Civil na Escola em parceria da Secretaria de Estado da Educação e da Casa Militar da Governadoria – Divisão de Defesa Civil, que visa promover a conscientização e a capacitação da Comunidade Escolar do Estado do Paraná, para ações de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou antropogênicos, bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas. Aos componentes indicados para compor o grupo da Brigada Escolar compete acompanhar o trabalho de identificação de riscos nas edificações do colégio; garantir a execução do exercício do Plano de Abandono Escolar; verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina, em busca de situações que ofereçam riscos à comunidade escolar, comunicando-as imediatamente à direção escolar e observar em caso de sinistro e/ou simulações, o organograma elaborado pela instituição de ensino.

A **Comissão de Biossegurança** foi instituída no ano de 2024, no contexto da pandemia COVID-19, por meio da Resolução SESA Nº 98 de 03/02/2024. É uma comissão constituída, por meio de processo interno, para elaboração, implantação e monitoramento do Protocolo de Biossegurança. A composição é feita por representantes da própria comunidade escolar (professores, pedagogos, agentes educacionais, pais ou responsáveis legais) e, quando possível, profissional da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser dimensionado conforme a realidade de cada local. Cabe à comissão a elaboração do Protocolo de Biossegurança, a avaliação preliminar de todo contexto escolar, de forma a identificar os fatores que influenciam nas medidas de contingenciamento para COVID-19, tais como: dimensionamento dos espaços físicos, número de estudantes por faixa etária, fluxos de acesso à escola, dimensões físicas das salas de aula e demais espaços para atender as especificações em relação à manutenção do distanciamento físico, entre outros; também repensar formas alternativas

para reorganização do ambiente escolar, se necessário. O Protocolo de Biossegurança deve ser disponibilizado na página eletrônica da Instituição de Ensino e amplamente divulgado a todos os trabalhadores, pais e estudantes por meio de recursos disponíveis. O **Comitê de Saúde** do Colégio Estadual do Paraná é responsável pelo acompanhamento dos casos suspeitos ou confirmados da COVID-19 e apoio na definição das condutas que serão adotadas em cada situação. Os servidores que fazem parte deste comitê atuam como pontos focais para estudantes e demais trabalhadores/as comunicarem o aparecimento de sinais e sintomas de Síndrome Gripal (SG) sugestivos da COVID-19.

O **Conselho Escolar** é a instância colegiada de natureza consultiva, deliberativa, mobilizadora, avaliativa e fiscalizadora, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem lucrativo, e seus dirigentes e/ou conselheiros não são remunerados. Seu objetivo é de acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, no que se refere a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a Comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as orientações e políticas educacionais traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

A **Associação de Pais, Mestres e Funcionários** (APMF), como Instância Colegiada, objetiva aproximação entre pais, professores e funcionários, a fim de garantir a democratização da gestão escolar e tem sua constituição, funcionamento e objetivos definidos em estatuto próprio, aprovado em Assembleia Geral.

O **Grêmio Estudantil** do Colégio Estadual do Paraná (GECEP) é instância de gestão colegiada de representação do Corpo Discente. Tem sua constituição, funcionamento e objetivos definidos em estatuto próprio. Cabe às Direções Auxiliares e à Equipe Pedagógica acompanhar as atividades do Grêmio Estudantil, como suporte para seu bom funcionamento, respeitando a autonomia e o Estatuto Próprio. O Plano de Ação do GECEP deve estar em consonância com o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná.

1.5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Colégio Estadual do Paraná oferta as seguintes etapas e modalidades da Educação Básica:

- Ensino Fundamental – Anos Finais (do 6º ao 9º ano);
- Ensino Médio Regular e Novo Ensino Médio;
- Educação Profissional nas formas Integrada e Subsequente ao Ensino Médio.

O **Ensino Fundamental** é o nível de ensino destinado a estudantes do 6º ao 9º ano. O curso teve reinício no ano de 2008, depois de 13 anos de cessação. A forma de ingresso para estudantes novos é feita por meio de análise curricular e ocorre seguindo critérios especificados em edital próprio e normatização da Secretaria de Estado da Educação. Conta com matriz curricular de 30 horas semanais. A organização da avaliação é trimestral.

O **Ensino Médio Regular** é oferecido nos períodos diurno e noturno, possui duração de três anos. A forma de ingresso para estudantes novos segue os padrões especificados em edital próprio com critérios de análise curricular e normatização da Secretaria de Estado da Educação. No período diurno o Ensino Médio conta com Matriz Curricular de 30 horas semanais e no Ensino Médio Noturno a Matriz é de 25 horas semanais. A organização da avaliação é trimestral.

A **Educação Profissional na forma Integrada de Nível Médio** tem duração de três anos e se caracteriza por apresentar a composição curricular formada por disciplinas da Base Nacional Comum, da parte diversificada e de formação específica, onde constam as disciplinas técnicas inerentes de cada curso. São oferecidos nas áreas de Desenvolvimento de Sistemas, Edificações, Prótese Dentária e Teatro. Conta com matriz curricular de 30 horas semanais. A organização da avaliação é trimestral.

Curso	Perfil do Egresso
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	O Técnico em Desenvolvimento de Sistemas estará apto a planejar, modelar, implementar e desenvolver sistemas informáticos e aplicativos multiplataforma com alta usabilidade, confiabilidade,

Técnico em Edificações

robustez e eficácia, em conformidade com as normas e técnicas de qualidade de software, com visão ética, interdisciplinar e empreendedora, considerando a diversidade, necessidades e dinâmica do campo de atuação.

O Técnico em Edificações detém conhecimentos científicos e tecnológicos que lhe permitem atuar de forma consciente na sociedade e no mundo do trabalho. Desenvolve e executa projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica. Planeja a execução e elabora orçamento de obras. Presta assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações. Orienta e coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações. Orienta na assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.

Técnico em Prótese Dentária

O Técnico em Prótese Dentária confecciona dispositivos e aparelhos protéticos e ortodônticos, por solicitação do cirurgião dentista. Presta suporte técnico ao cirurgião-dentista na fase laboratorial da confecção das próteses dentárias. Gerencia estabelecimentos laboratoriais de produção de peças protéticas, controlando estoques e a comercialização de produtos e serviços. Opera e zela pelo bom uso e manutenção do maquinário tecnológico relacionado a confecção das próteses e aparelhos ortodônticos. Em sua atuação é requerida a observância à impossibilidade de prestação de assistência direta a clientes.

Técnico em Teatro

O Técnico em Teatro interpreta, representa, dá corpo e voz a personagens, textos, cenas, máscaras, ideias, formas e objetos. Improvisar cenas, canta, performatiza, imagina, exprime, dá forma e volume, cria e transforma. Faz uso de variadas técnicas de criação artística, expressão vocal e corporal. Escrever textos. Realiza atividades de produção, fomento, formação, pesquisa e memória em teatro, cinema, TV, rádio e vídeo. Projeta figurino, adereços, cenários, maquiagem e iluminação cênica.

Tabela 6: Cursos da Educação Profissional – Forma Integrada

A **Educação Profissional na Forma Subsequente de Nível Médio** têm seus cursos compostos por disciplinas de formação específica da área técnica. A oferta ocorre no turno noturno e a organização é semestral, com a duração variando entre dois e quatro semestres, conforme o curso. A organização da avaliação é bimestral. Atualmente são oferecidos cursos nas áreas de Administração, Teatro, Edificações, Informática, Produção de Áudio e Vídeo e Saúde Bucal.

Curso	Perfil do Egresso
Técnico em Administração	<p>O Técnico em Administração será um profissional crítico e consciente, capaz de intervir de maneira responsável na sociedade em que vive. Articula conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais, estabelecendo uma abordagem integrada. Observa a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental. Participa e promove transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.</p>
Técnico em Edificações	<p>O Técnico em Edificações domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual e moral para acompanhar as mudanças, de forma a intervir no mundo do trabalho, orientado por valores éticos que dão suporte à convivência democrática. Detém conhecimentos científicos e tecnológicos que lhe permitem atuar de forma consciente na sociedade e no mundo do trabalho. O Técnico em Edificações desenvolve e executa projetos de edificações. Planeja a execução e a elaboração de orçamento de obras. Desenvolve projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações. Coordenação e execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações.</p>
Técnico em Informática	<p>O Técnico em Informática será um sujeito crítico e consciente, capaz de intervir de maneira responsável na sociedade em que vive, de forma ética como sujeito histórico; capaz de implementar ações que contribuam para solução dos desafios da convivência homem/natureza de forma a atender as necessidades sociais de forma equilibrada e sustentável; capaz de instalar sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores com acesso à web e a banco de</p>

**Técnico em
Produção de
Áudio e Vídeo**

dados; realizar manutenção de computadores de uso geral e, instalação e configuração de redes de computadores locais de pequeno porte.

O Técnico em Produção de Áudio e Vídeo capta imagens e sons. Realiza ambientação e operação de equipamentos por intermédio de recursos e linguagens. Investiga a utilização de tecnologias de tratamento acústico, de imagem, luminosidade e animação. Preparar material audiovisual. Elabora fichas técnicas, mapas de programação, distribuição, veiculação de produtos e serviços de comunicação.

**Técnico em
Saúde
Bucal**

O Técnico em Saúde Bucal atua em equipes multidisciplinares orientando a saúde bucal. Realiza serviços administrativos de agendamento, organização de arquivos tradicional e eletrônico, e controle do movimento financeiro. Atua no suporte ao atendimento do paciente. O Técnico em Saúde Bucal promove a prevenção e o controle de doenças bucais. Desenvolve programas educativos e de saúde bucal. Realiza estudos epidemiológicos em saúde bucal. Desenvolve atividades clínicas voltadas para o restabelecimento da saúde, estética e função mastigatória do indivíduo. Realiza, sob supervisão do Cirurgião-Dentista, tomadas radiográficas de uso odontológico. Processar filme radiográfico. Controla estoques. Supervisiona a manutenção dos equipamentos. Instrumentar o cirurgião-dentista.

**Técnico
em
Teatro**

O Técnico em Teatro domina o conhecimento científico e tecnológico construídos historicamente que garante sua inserção no mundo social e do trabalho de forma crítica, com autonomia intelectual e moral; e, conhecimentos e domínios técnicos que lhe permite desenvolver a atividade de interpretação na linguagem teatral e métodos de trabalho corporal, vocal, improvisacional, bem como de interpretação e criação, com conhecimento de: construção cênica, iluminação, sonoplastia, caracterização teatral e produção. É um profissional preparado para exercer a função de ator/atriz reconhecendo, refletindo e agindo sobre a comunidade em que vive.

Tabela 7: Cursos da Educação Profissional – Forma Subsequente

1.5.1. Prática Pedagógica no Período da Pandemia - COVID-19

A partir do mês de março de 2020, com a Pandemia COVID-19, implantou-se, pela Secretaria de Estado da Educação, o ensino remoto. Estudantes e professores desenvolveram suas atividades em casa, conectados pelas Plataformas *Google Classroom* e *Google Meet*, também via *e-mail* institucional com domínio @escola e rede social *WhatsApp*.

Em relação às metodologias, foram utilizadas as atividades *on-line*, atendimento dos estudantes com materiais impressos (aqueles sem equipamentos), atendimento no contraturno com uso de laboratórios, acompanhamento dos estudantes com atendimento educacional especializado, acompanhamento da equipe de direção, dos pedagogos e dos docentes, avaliação e recuperação de estudos.

Houve o acompanhamento e monitoramento do trabalho demandado e executado pelos agentes educacionais I e II no período de aulas remotas, a articulação e participação com a comunidade escolar.

Os recursos tecnológicos utilizados nesse período foram: computador, notebook, celular, televisão, tablet, plataformas digitais, impressora, papel sulfite para os kits de atividades impressos. As ferramentas tecnológicas também foram utilizadas para a validação da frequência e participação dos estudantes nas atividades escolares.

Observou-se que houve um aumento, no decorrer do ano letivo, no número de estudantes que utilizavam os kits de atividades impressas, terminando o ano com 106 estudantes participando dessa forma de atividade. As atividades do kits impressos eram entregues e recebidas aos estudantes quinzenalmente, digitalizadas para os professores corrigirem e validarem as frequências.

Durante o ano letivo, a equipe de direção, a equipe pedagógica e a equipe docente utilizaram os sistemas Power BI, Aula Paraná e Power BI Escola Total para acompanhar a participação e frequência dos estudantes e tomar as medidas necessárias.

As reuniões de trabalho, de mediação, de orientação e de conselhos de classe foram realizadas durante o ano, via *Google Meet*, com a Equipe Pedagógica, Coordenadores de Disciplinas, Coordenadores de Cursos e Responsáveis pelos projetos do Colégio Estadual do Paraná. Além destas reuniões internas, também foram realizadas reuniões com NRE e SEED, bem como reuniões virtuais para resolução de situações problema, acompanhamento do trabalho pedagógico e discussões com a Tutoria Pedagógica, etc.

Ressalta-se que, todo o encaminhamento foi sendo aprimorado e os problemas



foram sendo corrigidos ao longo de 2020, sendo que em 2021 a dinâmica de trabalho remoto permaneceu.

No 2º semestre de 2021, iniciou-se o retorno gradativo e escalonado dos estudantes para o prédio principal do Colégio, tendo em vista a entrega dos espaços escolares já reestruturados pela Obra de Reforma e Restauro do prédio escolar e a retomada do ensino presencial. Dessa forma, toda a equipe escolar articulou-se para realizar da forma mais adequada e pontual possível.

1.6. FORMAS DE INGRESSO PARA ESTUDANTES NOVOS NO COLÉGIO

Para ingresso em turmas iniciais, nos cursos ofertados pelo Colégio, é realizado Processo Classificatório, por meio de análise curricular da documentação escolar dos candidatos às vagas disponíveis. Tais processos são regulamentados por meio de edital específico para cada nível e modalidade de ensino e em conformidade com dispositivos da Instrução de Matrícula da mantenedora.

O processo classificatório para o **Ensino Fundamental** compreende a análise curricular, efetuada por Comissão Examinadora, realizada por meio da verificação do rendimento escolar, expresso pelas notas ou pareceres emitidos pela escola de origem, sendo consideradas para tanto, a somatória das médias finais do 1º, 2º, 3º e 4º ano com a média parcial apurada do 5º ano do Ensino Fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Para análise da documentação apresentada com conceitos não numéricos ou pareceres descritivos, a Comissão Examinadora faz a equivalência em notas de 0,0(zero) a 10,0(dez) para a classificação final do(a) candidato(a). Também é analisada e considerada a adequação da idade à série e, em caso de empate, servirá como critério de desempate a maior somatória de médias finais apurada na disciplina de Língua Portuguesa. Persistindo o empate, será considerada a maior somatória de médias finais apurada na disciplina de Matemática. Na sequência, ainda persistindo o empate, será considerada a moradia mais próxima do colégio, de acordo com o comprovante de residência apresentado no momento da inscrição.

O processo classificatório para o **Ensino Médio Regular** compreende a análise curricular, por meio do rendimento escolar, expresso pelas notas emitidas na documentação emitida pela escola de origem, sendo consideradas para tanto, a somatória das médias finais do 6º, 7º e 8º anos com a média parcial apurada do 9º ano do Ensino Fundamental nas disciplinas de Arte, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática. Também é analisada e considerada a adequação da idade à série e, em caso de empate na pontuação final, servirá como critério de desempate a maior somatória de médias finais apurada na disciplina de Língua Portuguesa. Persistindo o empate, será considerada a maior somatória de médias finais apurada na disciplina de Matemática. Na sequência, ainda persistindo o empate, será considerada a moradia mais próxima do colégio, de acordo com o comprovante de residência apresentado no momento da inscrição.

O processo classificatório para a **Educação Profissional na forma Integrada de Nível Médio** compreende: **1ª Fase:** Inscrições, mediante a entrega dos documentos elencados em edital. A entrega deverá ser realizada pelo(a) candidato(a) ou seu(sua) representante legal. **2ª Fase:** Análise da documentação entregue pelo(a) candidato(a) referente a inclusão em programas federais de transferência de renda, escolaridade e renda média familiar, registrando-se as informações em Ficha de Pontuação. Utilização do critério de cálculo da média aritmética das notas referentes ao 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental ou equivalente, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Em caso de empate, servirá como critério de desempate a maior média apurada na disciplina de Língua Portuguesa. Persistindo o empate, será considerada a maior média apurada na disciplina de Matemática. Na sequência, ainda persistindo o empate, será considerada a moradia mais próxima do colégio, de acordo com o comprovante de residência apresentado no momento da inscrição. Destaca-se que são seguidos, também, os encaminhamentos definidos pela mantenedora quanto aos critérios para concessão de vagas para estudantes da Educação Profissional.

O processo classificatório para a **Educação Profissional na forma Subsequente de Nível Médio** compreende: **1ª Fase:** Inscrição mediante a entrega dos documentos elencados em edital. A entrega deverá ser realizada pelo(a) candidato(a) ou seu(sua) representante legal. **2ª Fase:** Análise da documentação entregue pelo(a) candidato(a) referente a inclusão em programas federais de transferência de renda, escolaridade e renda média familiar, entrevista direcionada às especificidades de cada curso, registrando-se as informações em Ficha de Pontuação. A utilização do critério de cálculo da média aritmética das séries que compreendem o Ensino Médio ou equivalente, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Para o caso de estudantes que estejam cursando a última série do Ensino Médio, no momento do processo classificatório, serão utilizadas as notas das séries concluídas e a média parcial apurada da série em curso para realizar o cálculo da média. Em caso de empate, servirá como critério de desempate a maior média apurada na disciplina de Língua Portuguesa. Persistindo o empate, será considerada a maior média apurada na disciplina de Matemática. Na sequência, ainda persistindo o empate, será considerada a moradia mais próxima do colégio, de acordo com o comprovante de residência apresentado no momento da inscrição. Destaca-se que são seguidos, também, os encaminhamentos definidos pela mantenedora quanto aos critérios para concessão de vagas para estudantes da Educação Profissional.

No processo de classificação para os Cursos de Nível 1 (1ºano) do **Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM)**, os candidatos inscritos, via internet, por meio do site do colégio, são classificados eletronicamente, em rigorosa ordem de inscrição. As vagas são, em acordo com Instrução Normativa da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a qual estabelece critérios para implantação e funcionamento dos Cursos destinadas a estudantes regularmente matriculados na Rede Pública Estadual de Educação Básica e cursando no ano letivo de ingresso, os Anos Finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º), Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA), a professores, pedagogos e funcionários que estejam no efetivo exercício de suas funções na Rede Pública Estadual de Educação Básica e à Comunidade.

No que se refere aos Cursos de Nível 2 (2ºano) e Nível 3 (3ºano), segundo Instrução, há previsão de realização de rematrícula, bem como para estudantes de outras instituições de ensino, há possibilidade de solicitação de vaga, via protocolo do colégio, desde que comprovada a conclusão dos Níveis anteriores ao pretendido, que pretendam matricular-se nesses outros dois Níveis do CELEM/CEP.

1.7. REVALIDAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE ESTUDOS

Em relação à **Revalidação de Estudos Realizados no Estrangeiro**, de acordo com a Deliberação nº 01/03 – CEE/PR foram credenciados oito colégios no Município de Curitiba, conforme Anexo I desta Deliberação, para realização de equivalência e revalidação de estudos realizados no exterior, dentre eles, o Colégio Estadual do Paraná.

Trata-se de um processo realizado para estudantes brasileiros ou estrangeiros que concluíram seus estudos do Ensino Fundamental ou Ensino Médio, no exterior. A inscrição, no processo, é efetivada mediante a apresentação de toda a documentação necessária, exigida pelas Deliberações nº 09/01 e nº 01/03 – CEE. O candidato deve prestar exames das disciplinas que são da Matriz Curricular Brasileira, as quais não cursou no país de estudos. Após a aprovação nos exames, a Secretaria do Colégio Estadual do Paraná têm até 30 dias para emitir e entregar o Certificado de Conclusão.

Para isso, é exigida a seguinte documentação para candidatos brasileiros e estrangeiros:

- Preenchimento de Requerimento pelo interessado ou por seu responsável, se menor de idade, à Direção do Colégio, solicitando equivalência e revalidação de estudos, no ato da inscrição.
- Originais e fotocópias da Cédula de Identidade e da Certidão de Nascimento, para candidatos brasileiros.
- Original e fotocópia da Cédula de Identidade (permanente ou temporário) para candidatos estrangeiros.
- Original e fotocópia do Histórico Escolar da série/ano ou séries/anos do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio cursados no Brasil e da Ficha Individual da 3ª Série (se for o caso).
- Original e fotocópia dos documentos escolares oficiais estrangeiros, com registro das séries cursadas, ano letivo, disciplinas, avaliações e resultados finais; nome(s) e assinatura(s) da(s) autoridade(s) escolar(es) e a devida legalização realizada no país onde foram feitos os estudos. Essa legalização ocorre através da Apostila de Haia ou da chancela do Consulado Brasileiro. A Apostila de Haia é feita em documentos escolares provenientes de países signatários da Convenção de Haia. Documentos escolares provenientes de países que não fazem parte da Convenção de Haia devem conter a chancela do Consulado Brasileiro. Não necessitam da legalização os documentos escolares expedidos por países parte do MERCOSUL

(Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela), instituições de ensino da França e os encaminhados por via diplomática.

- Original e fotocópia da tradução dos documentos escolares estrangeiros, por tradutor público juramentado, exceto dos documentos escolares originais da Língua Espanhola.
- Original e fotocópia do comprovante de endereço, obrigatoriamente, a fatura de energia elétrica da COPEL.

A **Classificação** é o procedimento para posicionar o estudante na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais ou informais, e também para a admissão do estudante sem o comprovante de escolarização anterior.

Tem caráter pedagógico, centrado na aprendizagem, e o estudante deverá submeter-se a avaliação dos conteúdos das disciplinas da base nacional comum que compõem na matriz curricular do Colégio Estadual do Paraná, a série ou o ano imediatamente anterior à pretendida ou período que pretende alcançar.

A classificação pode ser realizada por promoção, para estudantes que cursaram com aproveitamento, ano, série ou semestre anterior no próprio Colégio Estadual do Paraná; por transferência, para estudantes procedentes de outras instituições de ensino do país ou do exterior, considerando a classificação na própria instituição de ensino de origem; independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o estudante no ano/série compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência.

O processo exige a organização de comissão formada por docentes (coordenadores de disciplina), pedagogos e direção do Colégio Estadual do Paraná para efetivar o processo; aplicação da avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica; comunicado ao estudante ou responsável para obter consentimento; arquivamento de atas e avaliações; registro dos resultados no Histórico Escolar do estudante.

As avaliações serão submetidas a uma Comissão constituída por Docentes (coordenadores das disciplinas) da Base Nacional Comum e Equipe Pedagógica.

As atas e avaliações serão encaminhadas para a Secretaria do Colégio Estadual do Paraná que procederá o registro do resultado no Histórico Escolar e arquivará estes documentos na pasta individual do estudante.

A **Reclassificação** é um processo pedagógico que se concretiza por meio da avaliação do estudante matriculado e com frequência no ano/série/semestre sob a responsabilidade do Colégio Estadual do Paraná que, considerando as normas curriculares, encaminha o estudante à etapa de estudos/carga horária da(s) disciplina(s) compatíveis com a experiência e desempenho escolar demonstrados, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

A reclassificação poderá ser realizada como verificação da possibilidade de avanço em qualquer ano/série/ da Educação Básica, quando devidamente demonstrado o desempenho escolar do estudante, sendo vedada a reclassificação para conclusão do Ensino Médio.

A comissão constituída por docentes (coordenadores das disciplinas) e equipe pedagógica do Colégio Estadual do Paraná, quando constatar a possibilidade de avanço de aprendizagem apresentado pelo estudante, comunicará ao NRE para que este proceda orientação e acompanhamento do processo de reclassificação, quanto aos preceitos legais, éticos e das normas que o fundamentam.

O estudante reclassificado será acompanhado pela equipe pedagógica, quanto aos seus resultados da aprendizagem e o resultado do processo de reclassificação será registrado em ata e integrará a Pasta Individual do estudante, sendo que o resultado final do processo será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à SEED.

A **Adaptação de Estudos** será exigida toda vez que ocorrer diferenças de Currículo Escolar. É o conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o estudante possa seguir o novo currículo.

A adaptação de estudos será realizada durante o período letivo e aplicada em relação à Base Nacional Comum, sendo que as disciplinas específicas dos cursos da Educação Profissional Técnica de nível médio deverão ser cursadas integralmente.

A efetivação do processo de adaptação é de responsabilidade da equipe pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o estudante está sujeito, elaborando um plano próprio, flexível e adequado ao estudante. Na conclusão do curso, o estudante deverá ter cursado, pelo menos, uma Língua Estrangeira Moderna. Ao final do processo de adaptação, será elaborada a ata de resultados, os quais serão registrados no Histórico Escolar do estudante e no Relatório Final.

1.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Em 2010 teve início o projeto **CEP Sustentável** cujo objetivo é o de transformar o Colégio Estadual do Paraná no primeiro colégio totalmente sustentável em seu sentido mais amplo: pedagógico, histórico, acessibilidade, alimentação orgânica, energética, saneamento, conservação do patrimônio material e imaterial etc.

Os eixos do Projeto CEP Sustentável são compostos de uma série de programas que deverão ser desenvolvidos e implementados de forma articulada uns com os outros a fim de que não se perca o objetivo final da sustentabilidade, bem como não se transformem em ações independentes e até contraditórias entre si.

- Programa Didático Pedagógico
- Programa de Gerenciamento sustentável de Resíduos Sólidos
- Programa de gerenciamento energético sustentável
- Programa de Redução de desperdício
- Programa de uso sustentável da água
- Programa de Proteção Patrimonial
- Programa de Restauro das instalações e Manutenção permanente:
- Programa de acessibilidade
- Programa de Alimentação orgânica
- Programa de captação de recursos

A proposta de transformar o Colégio Estadual do Paraná do século XXII no primeiro estabelecimento de ensino totalmente sustentável se justifica, entre outros, pelos seguintes motivos:

- O Colégio Estadual do Paraná é o maior colégio público do Estado;
- É patrimônio histórico tombado;
- Tem sua história marcada pela formação de lideranças públicas e privadas no Estado;
- Está estrategicamente localizado;
- Possui relativa autonomia financeira, com orçamento próprio;
- Por sua importância deverá servir de exemplo a outras iniciativas semelhantes;
- A grandiosidade, ousadia e importância da proposta tem facilitado o estabelecimento de parcerias, algumas das quais já em andamento;
- A sustentabilidade é uma exigência da sociedade;
- Há necessidade de redução de energia e desperdício;
- Os estudantes a serem formados nesse novo paradigma serão os futuros

dirigentes que utilizarão o conhecimento e a vivência em um colégio sustentável, em sua vida profissional futura.

A **Oficina de Robótica Educacional** contribui para a formação de nossos jovens de forma a reduzir desigualdades sociais e fazer o estudante valorizar o espaço da escola ao vivenciar uma aprendizagem significativa.

Implantar a tecnologia nas escolas é um desafio a ser vencido. Com esta visão o Colégio Estadual do Paraná, por meio da área de matemática, já utilizava tecnologia dentro da disciplina, como o uso do Geogebra, lousa interativa, etc no Laboratório de Matemática. Em 2012 implantação de uma Oficina de Robótica, que inicialmente deveria atender 20 estudantes no contraturno, com utilização de kit de robótica, onde seriam trabalhados além da programação, as relações com as disciplinas curriculares de matemática, física, química, inglês, etc.

Desenvolve-se o trabalho com três níveis: nível 3 - com estudantes do sexto e sétimo ano; nível 4 – com estudantes do oitavo e nono ano e nível 5 – com estudantes do Ensino Médio e Integrado. O foco é discutir a tecnologia com um todo, dando ênfase importante a programação, conceitos geométricos de construção, conceitos físicos e eletrônicos, etc e tem os seguintes objetivos:

- Implantar um laboratório de Robótica Educacional em sala especialmente preparada.
- Articular teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais.
- Trabalhar com projetos capazes de instigar os estudantes a serem criativos e desenvolverem técnicas que resolvam os desafios de montagem e programação dos robôs.
- Trabalhar com conteúdos de diversas disciplinas, não fragmentados e associados a situações reais da vida moderna.
- Explicitar conteúdos de Matemática contidos nas situações cotidianas e nos elementos tecnológicos utilizados na realização dos projetos.
- Reduzir a desigualdade educacional e aumentar a permanência dos estudantes nos ambientes escolares.

As oficinas são realizadas no contraturno e as atividades trabalhadas em grupos de 3 ou 4 participantes. A carga horária inicial será de 1h40min semanal, durante todo o ano letivo, obedecendo ao Calendário Escolar vigente.

O Colégio Estadual do Paraná promove, também, um projeto de grande destaque, intitulado **Sedução da Linguagem Poética**, que envolve a escrita, a arte plástica e, principalmente, a oralidade. No contexto da oralidade, o trabalho com a poesia envolve o estudante na questão da memorização, dicção, entonação frasal, expressão corporal e interpretação, culminando com um concurso de declamação de poesias. No contexto da escrita, ocorre a publicação de um livro com os melhores poemas produzidos pelos estudantes. O trabalho do professor de Língua Portuguesa ganha realce em face dessa situação, visto que o estudante precisa adaptar-se criticamente à língua, desenvolvendo a capacidade de maior compreensão dessas formas de comunicação e evitando ser um receptor passivo. Para proporcionar ao estudante essa interatividade, com oralidade, arte plástica e escrita, o Laboratório de Línguas presta suporte e consolida o trabalho de sala de aula.

As aulas do **Laboratório de Línguas**, em relação à Língua Portuguesa, estão atreladas ao processo de interação entre o estudante e o professor laboratorista, e envolvem a questão visual, com plataforma digital. Portanto, as aulas do laboratório estão vinculadas ao planejamento da disciplina, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio e Educação Profissional, no sentido de auxiliar e aprofundar os conteúdos a serem trabalhados durante o ano letivo. Por exemplo, no projeto “Sedução da Linguagem Poética”, toda a preparação do projeto é realizada no laboratório, fazendo uso de ferramentas, como vídeos com declamações de poemas, imagens, slides, iconografia, dentre outros recursos. Além disso, as aulas do laboratório estão voltadas para a Literatura, produção textual e metodologia científica. No que diz respeito à Literatura, o professor laboratorista prioriza a análise mais aprofundada de textos literários, e, na produção textual, a prioridade é a coesão, coerência e argumentação, ou seja, dar suporte ao estudante para uma melhor análise e produção textual, e a metodologia científica objetiva preparar o estudante para elaboração de trabalhos acadêmicos. Dessa forma, o aprimoramento da competência linguística e o caráter dinâmico dos gêneros discursivos possibilita ao estudante transitar por diversas esferas de comunicação.

A revista **Paideia** (ISSN 2595-265X) nasceu em 2015, a partir de uma proposta das Coordenações de Filosofia e de Sociologia. A proposta, entre outros objetivos, centra-se, desde sua primeira edição, em disponibilizar uma ferramenta digital, de uso pedagógico, a todos os (as) professores(as) e estudantes do Colégio Estadual do Paraná. É uma revista aberta à colaboração de todos os segmentos que compõem o Colégio, bem como publica conteúdos enviados por colaboradores/as externos. Os textos publicados na

Paideia são plurais e prezam pelo caráter formador e humanista das abordagens. Assim sendo, sem abdicar de critérios qualitativos, os espaços da revista são abertos à diversidade de posicionamentos artísticos, literários, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e científicos. Os conteúdos publicados têm fundamentação nos conteúdos, autores e obras que são objeto de estudo nas mais variadas áreas do conhecimento. O nome “Paideia” foi inspirado nos ideais de educação no mundo helênico. Segundo tais ideais, somente a formação integral, isto é nas diversas especificidades do conhecimento humano, garantiria uma educação de qualidade nas dimensões científica, artística e humanística. A organização e a gestão da Paideia são realizadas pelas Coordenações de Sociologia e Filosofia, contando com a participação dos corpos docentes dessas disciplinas, assim como das demais Humanidades. A Revista está organizada em seções, nas quais se dividem os artigos de demanda contínua e, também, as entrevistas; as resenhas; os trabalhos discentes e os relatos de experiências. Os artigos e demais conteúdos são enviados aos organizadores e submetidos ao Conselho Editorial, que estabelece e divulga previamente a pauta das edições.

1.9. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR

A seguir, dados que compõem o público que frequenta a Escola e da Comunidade em que está inserida.

Em 2025, o Colégio Estadual do Paraná conta, com aproximadamente, 3.600 estudantes frequentando as aulas regulares no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Médio Integrado, Cursos Profissionais Técnicos Subsequentes, CELEM e Sala de Recursos Multifuncionais. Além desses, diversos outros estudantes e pessoas da comunidade escolar interna e externa participam de atividades extracurriculares como, por exemplo, os Modulados da Escolinha de Arte e Modalidades dos Treinamentos Esportivos.

Em relação aos profissionais que atuam no Colégio, em 2025, há aproximadamente 23 Agentes Educacionais I, 44 Agentes Educacionais II, 38 Pedagogos e 317 professores.

ENSINO	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE MATRÍCULAS
Ensino Fundamental	16	472
Ensino Médio	63	1908
Ensino Médio Integrado	13	320
Ensino Médio Subsequente	17	339
CELEM	24	480
Sala de Recursos Multifuncionais	04	59
Total Geral	137	3.578

Tabela 8: Número de Turmas e Matrículas – Abril 2025.

Ressaltamos que, a partir de 2019, em função da Obra de Reforma e Restauro, a maior parte dos estudantes do Colégio Estadual do Paraná foi distribuída em unidades escolares, tendo em vista a necessidade de desocupação do prédio escolar.

A estrutura mobiliária foi alocada em barracões cedidos pela SEED. Os colégios em que o Colégio Estadual do Paraná instalou-se foram denominados Unidades Provisórias do Colégio Estadual do Paraná. Esse movimento foi um trabalho complexo de organização e articulação administrativa e pedagógica, dada a quantidade de pessoas envolvidas.

No ano letivo de 2020, nenhuma turma funcionou na sede do Colégio Estadual do Paraná, ficando disponível completamente para a obra.

Em 2025, o Colégio Estadual do Paraná atende a **50 turmas no turno da manhã** (Ensino Médio, Ensino Médio Integrado, Sala de Recursos e CELEM), **52 turmas no**

turno da tarde (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Médio Integrado, Sala de Recursos e CELEM), **31 turmas no turno da noite** (Ensino Médio, Ensino Médio Subsequente e CELEM).

PLATAFORMA DE TURMAS – 2025

	MANHÃ		TARDE		NOITE		TOTAL	
	T	M	T	M	T	M	T	M
CELEM								
7017 – ALEMÃO	-	-	2	36	2	39	4	75
7018 – ESPANHOL	3	65	2	51	3	50	8	166
7019 – FRANCÊS	2	40	2	62	4	69	8	171
7022 – JAPONÊS	2	38	2	30	-	-	4	68
TOTAL CELEM	7	143	8	179	9	158	24	480
4039 - ENSINO FUND.6/9 ANO	-	-	16	472	-	-	16	472
TOTAL ENSINO FUNDAMENTAL	-	-	16	472	-	-	16	472
6417 - SALA R.MULTIFUNCIONAIS-S.FI.EM	1	18	1	10	-	-	2	28
6420 - SALA REC MUL S.F ALT HAB SUPER	1	18	1	13	-	-	2	31
TOTAL SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	2	36	2	13	0	0	4	59
ENSINO MÉDIO								
0009 - ENSINO MÉDIO	34	1.121	20	651	5	136	59	1.908
TOTAL ENSINO MÉDIO	34	1.121	20	651	5	136	59	1.908
ENSINO MÉDIO INTEGRADO								
0948/1603 - TEC.EM EDIFICAÇÕES-INT ET INF	2	49	2	49	-	-	4	98
1423/1614 - TEC.EM PRO DENTÁRIA-INT ET AS	3	70	1	24	-	-	4	94
1433/1618 - TEC.EM TEATRO-INT ET PCD	2	40	2	62	-	-	4	102
1623 – TEC.EM DESE SIST-ET IC	-	-	1	26	-	-	1	26
TOTAL ENSINO MÉDIO INTEGRADO	7	159	6	161	-	-	13	320
ENSINO SUBSEQUENTE (1º SEMESTRE)								
0921 - TEC.EM EDIFICAÇÕES-SUBS ET INF	-	-	-	-	3	60	3	60
0900 - TEC.EM PROD.ÁUDIO VÍDEO-SUB ET	-	-	-	-	2	47	2	47
1227 - TEC.EM SAÚDE BUCAL-SUB ET AS	-	-	-	-	3	57	3	57
1259 - TEC.EM TEATRO-SUBS ET PCD	-	-	-	-	3	76	3	76
TOTAL ENSINO SUBSEQUENTE	-	-	-	-	11	240	11	240
TOTAL (Excluindo CELEM).	43	1.316	44	1.297	22	475	109	3.098
TOTAL GERAL (Incluindo CELEM).	50	1.459	52	1.476	31	633	133	3.578

T=Turmas M=Matrículas

Atualizado em: 06/04/2025

Tabela 9: Turmas e Matrículas 2025

Analisando o quadro de matrículas, observa-se o contingente grandioso de pessoas que circulam diariamente no Colégio Estadual do Paraná.

Particularmente sobre a composição dessa imensa comunidade escolar, destaca-se a questão da localização de moradia dos estudantes: estes residem nos mais variados bairros que compõem o município de Curitiba, além de um percentual significativo proveniente da Região Metropolitana.

O Colégio Estadual do Paraná não faz parte do Georreferenciamento, e portanto, é composto por quem o escolhe para estudar. Essa é uma das características importantes da identidade do Colégio. Ao passarem por um processo seletivo de ingresso, os estudantes buscam na escola uma formação sólida e mais oportunidades de atividades extracurriculares.

1.10. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS

A partir de 2024 a quantidade de estudantes que possui laudo de atendimento especial foi ainda maior em função da cessação da oferta de vagas em muitas escolas do estado, além das normativas do Ministério Público quanto à obrigatoriedade de vagas de estudantes deficientes no sistema público.

Temos matriculados efetivamente estudantes diagnosticados com **Transtorno do Espectro Autista**, laudo de **Distúrbios de aprendizagem, Deficiência intelectual, Altas habilidades**, além de casos de surdez já acompanhados por intérpretes em Língua Brasileira de Sinais.

Em considerando que, neste momento, os estudantes com diagnóstico de TEA - Transtorno do Espectro Autista - não serão ainda acompanhados por professores especializados em atendimento em educação especial - PAEE - a prioridade do atendimento em Sala de Recursos Multifuncional será para estes, além dos casos de deficiência intelectual e Deficiência físico-motora.

No ano letivo de 2025, iniciou-se, após deferimento do processo de autorização, a oferta do atendimento pela Sala de Recursos Multifuncional.

Esta oferta destina-se a duas formas diferentes de atendimento

1 - atendimento a Altas habilidades, o qual não necessita sala específica (apenas profissional suprido para acompanhamento em espaços diversos, os quais o Colégio Estadual do Paraná dispõe).

2 - atendimento dos estudantes com os laudos de TEA, deficiência intelectual e algumas situações de TDAH.

Todos estes estudantes estão devidamente acompanhados pela equipe pedagógica com suporte às famílias dos estudantes através da Divisão Educacional. Os contatos com cada familiar foram realizados desde o início de 2024 em reunião via *Google Meet* para realização de anamnese e avaliação em contexto, além de providenciar todos os documentos completos, atualizando-os no SERE.

1.11. INDICADORES EDUCACIONAIS

A seguir, apresentamos os dados observados nas Avaliações Externas. O resultado no SAEB reflete o processo de ensino-aprendizagem aqui desenvolvido e que vem sendo alvo de muitas análises, críticas e reflexões.

Os resultados a seguir, se referem às avaliações realizadas no ano de 2017 e 2018, onde tivemos o IDEB de **6,64** no Ensino Fundamental e não obtivemos resultados no Ensino Médio, devido a baixa participação dos estudantes na prova realizada.

Percebe-se uma evolução nos resultados do IDEB com aumento de 3 pontos percentuais, no ano de 2017. Em 2019, foram realizadas novamente as avaliações do SAEB, com a meta do IDEB de 7,4. Infelizmente a meta não foi alcançada e há algumas medidas pedagógicas em relação a isso.

ENSINO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Ensino Fundamental - Anos Finais	-	-	6,3	6,1	6,4	6,3	6,6	6,3

Tabela 10: Evolução do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Em 2024 ocorreu a aplicação da Prova SAEB para os estudantes dos 9º Anos do Ensino Fundamental, das 3ª séries do Ensino Médio Regular e das 3ª e 4ª séries do Ensino Médio Integrado. Observou-se, em todos os segmentos, a participação de mais de 90% dos estudantes registrados no Censo Escolar.

1.12. RENDIMENTO ESCOLAR E FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES

Em relação ao corpo discente, foram matriculados 3148 estudantes em 2024.

Sobre o rendimento escolar do Ensino Médio, na base de dados do Censo Escolar, podemos observar os seguintes dados.

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Aprovação													
Ensino Médio	93,1%	86,2%	94,5%	93,2%	88,4%	88,5%	88,8%	88,7%	93,5%	93,2%	93,2%	95,7%	96,4%
Reprovação													
Ensino Médio	6,7%	12,1%	3,9%	5,8%	9,7%	9,1%	7,9%	9,4%	6,5%	6,0%	5,7%	4,1%	2,8%
Abandono													
Ensino Médio	0,2%	1,7%	1,6%	1,0%	1,9%	2,4%	3,3%	1,9%	0,0%	0,8%	1,1%	0,2%	0,8%

Tabela 11: Resultados de Aproveitamento Escolar Ensino Médio 2007 a 2019 – Censo Escolar

Em relação ao ano letivo de 2020, podemos observar os seguintes resultados:

Ensino/Série	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
	Total de Aprovados	Aprovados por Conselho de Classes		
Ensino Fundamental 9 anos				
6º Ano	100%	0%	0%	0%
7º Ano	96,75%	0%	3,25%	0%
8º Ano	100%	10,39%	0%	0%
9º Ano	99,08%	4,63%	0,92%	0%
Total do Ensino	98,79%	3,18%	1,21%	0%
Ensino Médio Regular				
1ª Série	94,92%	7,56%	1,4%	3,68%
2ª Série	93,65%	11,3%	3,75%	2,61%
3ª Série	96,05%	8,06%	2,12%	1,82%
Total do Ensino	94,9%	8,97%	2,44%	2,66%
Ensino Médio Integrado				
1ª Série	95,06%	23,38%	4,94%	0%
2ª Série	90,41%	12,12%	8,22%	1,37%
3ª Série	40%	41,67%	58,89%	1,11%
4ª Série	69,35%	9,3%	30,65%	0%

Ensino/Série	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
	Total de Aprovados	Aprovados por Conselho de Classes		
Total do Ensino	72,55%	20,27%	26,8%	0,65%
Educação Profissional - Nível Técnico				
1ª Série	38,81%	21,54%	1,19%	60%
2ª Série	52,26%	23,62%	2,47%	45,27%
3ª Série	61,87%	17,44%	2,88%	35,25%
4ª Série	70%	0%	17,5%	12,5%
Total do Ensino	49,01%	19,68%	2,77%	48,22%

Tabela 12: Rendimento Escolar 2020. Fonte: SERE / ABC

O número de desistentes é de aproximadamente 10% e a maior concentração está nos cursos técnicos subsequentes, principalmente no 1º e 2º semestres.

Um dado que merece destaque refere-se às reprovações. O número de estudantes retidos na mesma série teve queda significativa nos últimos anos. Isso indica que é preciso melhorar cada vez mais os índices de aprovação, aliado à melhoria dos níveis de aprendizagem.

As análises sobre esses dados e índices quantitativos da avaliação, contribuem para melhorar o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, pautando contínuos estudos e debates, com vistas ao aprimoramento da prática pedagógica.



II. ELEMENTOS CONCEITUAIS



2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS, POLÍTICOS E METODOLÓGICOS

Este documento expressa a dinâmica do processo de construção coletiva por meio da qual foram oportunizados debates acerca da função social da escola pública.

Este não é um texto de autoria e, também não é um texto acadêmico na concepção do termo, mas representa a síntese possível das falas, representações e posicionamentos de todos os envolvidos.

Democracia como liberdade de expressão, não significa consenso. O processo de produção de um documento que envolve mais de 400 profissionais da educação, dentre professores e demais servidores, além de todos os outros segmentos da comunidade escolar não pode pressupor uma unidade consensuada de concepções e teorias. Mas é inegável que o processo de discussão para a construção deste documento, bem como sobre o papel formativo da educação, oportunizou um movimento dialético de produção e sistematização do próprio conhecimento pedagógico.

Esse conhecimento pedagógico, construído e reelaborado, pauta-se, sobretudo, nos Artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988 nos quais se garante a educação como um Direito, instrumento imprescindível para reconhecer a si próprio como sujeito ativo na transformação de seu grupo e do seu meio social.

Nessa perspectiva¹, assegura-se o acesso à educação como o Direito Humano universal, social inalienável, que possui relação com outros direitos, especialmente os direitos civis e políticos e de caráter subjetivo, sobre os quais a educação é decisiva, uma vez que possibilita o acesso a outros direitos, dentre esses, destacamos o direito ao Meio Ambiente saudável, considerado como um dos direitos fundamentais do ser humano.

2.1. A SOCIEDADE E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Atualmente, o mundo vive uma mudança de paradigma, a qual se faz nítida nos aspectos políticos, culturais, econômicos, sociais, ambientais e ideológicos. É uma mudança que contempla todas as dimensões da pessoa: intelectual, emocional, afetiva, institucional e ético-moral moral - estas fundamentadas no enfrentamento de toda e qualquer forma de preconceito e exclusão. Concepções e/ou noções de espaço, tempo, linguagem, trabalho, conhecimento e educação são questionadas. A história tem mostrado que a possibilidade

¹ Essa perspectiva é apontada no Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, 2019.

O desenvolvimento do conhecimento é mais abrangente do que apenas ler, escrever e calcular.

As transformações vão acontecendo em todos os setores da sociedade: na globalização econômica, na mundialização das relações sociais e culturais, no acesso às informações globais pela via do desenvolvimento tecnológico e nas descobertas científicas, numa perspectiva de permanências e continuidades. Por contradição, aumenta o nível de desemprego, cresce a violência, o consumo de drogas, o crime e o medo, a crise de valores, surtos de doenças (físicas, mentais, sociais). Diante dessas transformações e em meio a tantos desafios do mundo atual, toda a comunidade escolar tenta encontrar os meios para desenvolver sua proposta e atingir os objetivos, muitas vezes não tendo a autonomia e os recursos pedagógicos, tecnológicos e financeiros para tal.

Na ótica político-econômica, prevalece o modelo brasileiro de Estado capitalista contemporâneo, no qual o mercado passa a ser o agente regulador das condições “de compra e venda”, do bem-estar pessoal e coletivo, desacelerando gradualmente seu nível de participação e grau de responsabilidade na execução das coisas públicas para dar espaço a um mercado que assume, num processo de terceirização econômica, em parcerias ou privativamente a prestação de serviços. É um modelo em que os princípios da meritocracia baseados na competitividade e na livre concorrência afloram como os eixos norteadores desse mercado. Vivemos sob a ideologia neoliberal, cujo ideário prioriza os princípios de liberdade para competir e do individualismo, tendo sempre em vista o mercado, com a maximização da eficiência e do lucro. Consequentemente, estamos numa crescente exclusão.

É flagrante a exclusão social, marcada pela institucionalização da violência e pela exploração do potencial humano, acarretando contextos sociais corruptíveis, isentos de sanções, de modo a fragilizar o estado democrático de direito. Vivemos numa sociedade excludente, com dificuldade de acesso ao conhecimento histórico e científico tanto na educação não formal, como formal em todos os seus níveis.

Diante desse quadro, a participação social, conceituada como cidadania, passa por um eventual arrefecimento, minimizando a importância e a necessidade do desenvolvimento de ideias de participação, compromisso, responsabilidade e envolvimento. É uma sociedade de flagrantes injustiças sociais que prioriza o Ter em detrimento do Ser, que não prima pelo exercício dos princípios democráticos da liberdade, que desestimula atitudes de respeito à condição humana pela ausência do respeito aos princípios constitucionais.

Por contradição, novas perspectivas emergem no seio das identidades e na necessidade de reconhecimento dos referenciais identitários como possibilidade e resistência: associações, movimentos sociais, grupos de cultura, arte e consciência ambiental. Cabe destaque à sensibilidade pela questão ecológica, à indignação frente às desigualdades sociais, ao preconceito e à exclusão, suscitando debates sobre as questões sociais, de gênero, étnicas, bem como sobre a necessidade de acolhimento dos migrantes e refugiados.

Em nome de uma tradição religiosa são gerados conflitos armados em vários países. A intolerância e o fundamentalismo dificultam a pluralidade cultural e religiosa devido a dogmas absolutos ou atitudes intransigentes.

No espectro destas relações sociais globais o Brasil vem passando por mais um processo de reforma educacional, inspirado em outros modelos, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da nação. Infelizmente, sabemos que muitas vezes no decorrer da história, essas iniciativas visam corresponder às exigências de investidores internacionais reafirmando as políticas de financiamento baseadas em parcerias público-privadas. Essa educação como “moeda de mercado” pode se repetir na realidade escolar brasileira se a finalidade da aprendizagem ficar reduzida a um passaporte para uma carreira profissional.

Nesse contexto geral, que continua desafiador, situamos, de modo amplo e genérico, o município onde encontra-se o Colégio Estadual do Paraná: Curitiba. A capital do Paraná é um dos pólos econômicos do Estado. Em parte, isso se deve à população de três milhões de habitantes, considerando a macro-região. Além disso, a cidade concentra a maior porção da estrutura governamental e de serviços públicos do estado e sedia importantes empresas nos setores de comércio, serviços e financeiro.

Há muitos desafios a serem superados no Colégio Estadual do Paraná no sentido do enfrentamento ao preconceito religioso, étnico, de gênero, social, vislumbrando a formação humana e ambiental. Ter direito à liberdade, à justiça e à dignidade é condição indispensável para a construção de uma nova organização social. Nesta perspectiva professores e estudantes tornam-se agentes do processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo histórico e social, a transformação de sua realidade concreta.

Nesse contexto, a educação escolar, embora não seja a solução para as mazelas sociais, é um espaço fundamental para a formação de seres humanos plenos, conscientes, críticos e atuantes. Mobilizar-se nessa direção significa condenar toda e qualquer ação que repercuta em exploração do ser humano, discriminação e preconceito, e atuar para o processo de humanização.

2.1.1. O Contexto da Pandemia COVID-19

Importante destacar que a pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, a partir de 2020, produziu e vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias.

A quantidade de infectados e mortos impactou os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros.

Além disso, as ações para contenção da mobilidade social como isolamento e quarentena, bem como a velocidade e urgência de testagem de medicamentos e vacinas trouxeram implicações éticas e de direitos humanos.

Entendendo que as enfermidades são fenômenos a um só tempo biológicos e sociais, construídos historicamente mediante complexos processos de negociação, disputas e produção de consensos, situamos a atividade escolar num contexto complexo e, ao mesmo tempo, desafiador. Afinal, as medidas de isolamento social tiveram um impacto não apenas nas questões financeiras, mas também na saúde física e emocional. Como consequência disso pode-se destacar, como exemplo, pessoas que acabaram ganhando mais peso por falta dos exercícios físicos, uma alimentação desequilibrada e ansiedade, quadros de depressão e estresse, motivados, por vezes, pela dupla ou tripla jornada de trabalho, podendo até mesmo evoluir para ataques de pânico.

O isolamento e o distanciamento de amigos e parentes geram angústia e sentimento de impotência. O medo da perda de um ente querido gerou quadros de crises e ataques de pânico, e isso impactou diretamente na aprendizagem escolar de crianças, adolescentes e adultos.

Observou-se que a restrição ao trabalho e de convívio entre as famílias fez com que aumentassem os sentimentos de ansiedade, medo, tédio e solidão. Lidar com algo invisível, o vírus, trouxe danos humanos, econômicos e sociais que fizeram crescer os sentimentos de desamparo, tristeza e impotência. A mudança foi brutal na vida da população com a perda de liberdade e as preocupações com as perdas econômicas, e

isso impactou na conduta das pessoas quando adotam sentimentos protetivos de negação da realidade.

Após o retorno presencial dos estudantes às aulas, tem sido um desafio para toda a escola lidar com as situações de orientações quanto às novas maneiras de convívio social e articular aprendizagem diante das fragilidades psicológicas e cognitivas oriundas da pandemia.

O estudante que hoje frequenta a escola, no modo presencial, e ainda há aqueles que estudam que também frequentam de forma híbrida (casos legalmente amparados), apresenta fragilidades oriundas desse contexto e experiência de pandemia. Mais um grande desafio se instala: entender o “novo” estudante, compreender e problematizar as relações pedagógicas, exigindo novas formas e novos jeitos de fazer pedagogia na escola.

2.2. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Não apenas a concepção de educação escolar, de currículo e de ensino aprendizagem, fruto das discussões conceituais, constam nesse documento. As contribuições e reflexões dos profissionais da educação trouxeram um elemento importante a ser discutido ante à organização do trabalho pedagógico: a concepção de democracia como método e gestão e o papel das instâncias colegiadas neste contexto.

Segundo Ferreira (2002) Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania. É um compromisso de quem toma decisões – a gestão, de quem tem consciência do coletivo – democrática - de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação.

Os mecanismos de gestão escolar se expressam a partir de uma clara compreensão do que é democracia, concebendo-a como concepção e método. É democrático na escola: uma educação com qualidade, a socialização do saber construído coletiva e historicamente pela humanidade, a participação ativa dos cidadãos na vida pública, o exercício da cidadania, a participação dos profissionais e da comunidade escolar, a autonomia administrativa e pedagógica, a mobilização dos segmentos de gestão a partir de suas várias instâncias: conselho escolar, grêmios estudantis, associação de pais e professores, enfim, a construção coletiva do projeto político-pedagógico real e não

formalista. Parte-se do pressuposto que a democracia também se efetiva na formação de coletivos das mais variadas matizes políticas (no sentido de participação e construção cidadã) e pedagógicas compostos por todas as instâncias escolares.

É democrática a consolidação de um projeto comum de educação que não se perfaça pelos interesses subjetivos e pessoais. Isto significa que na escola pública a democracia se efetiva na participação de todos os envolvidos com a prática pedagógica nos mecanismos de gestão, dentre eles o **Conselho Escolar**. Este, portanto, expressa a representatividade dos seus segmentos representativos de toda a comunidade escolar. Discutir a pauta, propor nas reuniões e dar o retorno necessário aos pares dos segmentos implica no movimento para o processo decisório democrático. A concepção de gestão passa, nesta perspectiva, pela formação continuada dos conselheiros e dos demais mecanismos de gestão.

Segundo CURY (2006), o termo conselho baseado em *consus* se refaz no latim – *consilium* – que vem de consumo ou conselho, que significa:

ouvir alguém, submeter algo a deliberação após ponderação refletida, prudente e de bom senso. Este conceito se consubstancia na ideia de *dia-logo*. Para os gregos *logos* é a dimensão humana que, pela razão e bom senso, evita as guerras e se dissemina pela cidadania. O *logos* encontra sua expressão máxima no diálogo público.

Portanto, “diálogo” pressupõe sementeira das ideias e a solução democrática dos conflitos encontra-se no *logos* como elemento fundante da vida coletiva.

Logos pressupõe convencimento – convencer significa vencer com o outro numa atitude não violenta e sim acolhedora para que no bom senso e diálogo público se plantem as ideias.

O diálogo, contudo, não está para a harmonização ou consenso. Ele se faz e refaz em argumentos, concepções, leis, práticas, enfim, na base pedagógica, filosófica, política que condiciona a prática escolar. Chegar a uma decisão, portanto, implica num processo muito mais dialético que dialógico.

É com base na dialética que podemos conceber a necessidade de que as discussões em torno da escola, estabelecidas no Conselho Escolar, possam suscitar o movimento e o avanço. É com essa visão que as decisões no interior da escola devem ser tomadas de forma coletiva e não de portas fechadas sob os desígnios de um gestor centralizador. É com esta concepção que o Conselho Escolar – órgão máximo de gestão no interior da escola – encontra sua legitimidade. No entanto, ele não pode ser tomado apenas como forma de legitimar as decisões já tomadas.

Portanto, o Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade

Escolar, organizado para promover a democracia no interior da escola e exercer a cidadania a partir do controle social.

Há que se conceber a diferença entre cidadania e solidariedade. Contribuir com as tarefas do dia a dia é condição para que o trabalho ocorra, não é uma prática solidária. A formação para a cidadania pressupõe direitos consubstanciados e amparados pelas leis. Neste pressuposto a indispensável solidariedade diz respeito à relação interpessoal, enquanto a cidadania está amparada judicialmente. A solidariedade se baseia mais nas relações sociais; no entanto, direitos e deveres não são compartilhados, são conquistados como direito. Exercer cidadania implica em ser engajado, participar, formar opinião.

Embora não justapostas, estas duas dimensões: formação para a cidadania e prática diária são inerentes à formação humana, na perspectiva do princípio da igualdade.

Embora na escola não se trabalhe no âmbito do assistencialismo e sim tomando a educação como um direito subjetivo e inalienável, vale ressaltar que em alguma medida a solidariedade coexiste com o direito.

Outra instância colegiada importante no Colégio Estadual do Paraná é o **Grêmio Estudantil**, que é fruto da organização política dos estudantes, incentivado pela equipe gestora e pedagógica da escola. A atuação do Grêmio se dá tanto nas frentes de reivindicações e defesa dos interesses imediatos dos estudantes quanto na participação em discussões e decisões que envolvem as dimensões pedagógicas mais amplas. Faz-se necessário destacar a autonomia legal conquistada historicamente pelos movimentos estudantis que se objetiva na organização autônoma e não tutelada do Grêmio Estudantil

Já a **Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF)** é uma instância que tem por objetivo aprimorar a educação por meio da integração família-escola-comunidade. Busca garantir que os pais, professores, pedagogos e funcionários participem e compreendam seu papel na escola. Além disso, possui papel importante na destinação dos recursos financeiros recebidos e aplicados na escola.

São essas instâncias colegiadas, compostas por diversas representações, que organizam a tomada de decisões coletivas e colaboram para as práticas pedagógicas do Colégio Estadual do Paraná.

O Colégio Estadual do Paraná vem sendo identificado pela sua concepção efetivamente inclusiva e democrática. É inclusiva quando adere a uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, pressupondo a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das

práticas e das políticas vigentes na escola, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. É democrática quando concebe na prática o fortalecimento do Conselho Escolar como órgão máximo de gestão da escola de modo a não centralizar as decisões no âmbito do gabinete da direção geral. Neste sentido, a gestão será construída com e para os estudantes, pais, funcionários, professores, equipe pedagógica em seus órgãos de representatividade como Conselho de Representantes de Turma (CRT), Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Paraná (GECEP), Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Divisão Educacional e Equipe Diretiva. É democrática também quando concebe a universalização do acesso à escola pública.

O projeto de um Colégio Estadual do Paraná para a elite marcou um dado momento histórico, há mais de 50 anos, quando a escola pública era destinada apenas aos filhos da burguesia - a classe que tinha maior força sobre o Estado - isto quando não representava a própria elite dirigente do estado liberal. Entende-se que o Colégio Estadual do Paraná deve representar um projeto de inclusão e emancipação daqueles que veem na escola um espaço privilegiado de acesso e aquisição de conhecimentos.

O projeto de escola fundamenta-se nos princípios emancipador, democrático e inclusivo que, pela excelência em educação, ciência, cultura e ensino, possibilita o acesso aos conhecimentos universais, disciplinares e interdisciplinares de modo dinâmico. Concebe, ainda, o trabalho como princípio educativo. Isto possibilita que, se tomadas decisões em conjunto, pelo coletivo da escola, novos projetos possam surgir durante o processo pedagógico abrindo espaço para ideias e sugestões vindas de estudantes, professores, equipe pedagógica e outras gestadas durante o ano letivo de modo a ir ao encontro do planejamento pedagógico.

Ainda na perspectiva de assegurar unidade no interior do colégio, concebe-se que não podem existir “escolas” divididas em turnos. O Colégio Estadual do Paraná é uma escola que visa construir a integração na forma de concepção e ação em seus projetos e rotina. A concepção de um projeto – do projeto político pedagógico do Colégio Estadual do Paraná, além da unicidade de ação, deve garantir essa integração.

Tal concepção também se expressa no trato igualitário entre todos os que trabalham no Colégio Estadual do Paraná. Assim como não deve ocorrer hierarquização no processo pedagógico, a relação entre todos os professores, funcionários, equipe pedagógica e diretiva, também não se concebe a hierarquia no trato entre esses profissionais; todos de maneira igualitária têm direito à formação continuada, à participação no processo de tomadas de decisões. Significa a proposta mais avançada em termos de coletividade sem perder o elemento da subjetividade que torna as pessoas

individuais sem serem individualistas.

Uma escola se constrói e se reconstrói todos os dias com ações pedagógicas e políticas transparentes, onde todos são respeitados em seus direitos, em suas opções político-pedagógicas, que possibilita a participação dos estudantes, que os escuta que cria canais para que essas vozes individuais e coletivas se transformem em ações concretas de mudanças, de paradigmas, de saberes, de uma nova educação para um novo cidadão, para uma nova sociedade, país e Estado.

No Colégio Estadual do Paraná a gestão deve estar pautada em ações na esfera administrativa que tem por princípios a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência², além disso, a transparência no uso do dinheiro público, atrelada ao fim pedagógico pela sua natureza educacional. A democracia vai se efetivando numa escola que se constrói com um projeto pedagógico emancipador com uma gestão comprometida com os avanços democráticos.

O Referencial Curricular do Paraná (2019) traz contribuição apontando que a “Gestão Democrática pressupõe a participação coletiva na construção do trabalho pedagógico” e isso cria a necessidade de estar fundamentada no diálogo, na transparência e na coerência. A formação do cidadão na democracia inclui a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, dentre outros aspectos que abordam variadas ideias e concepções pedagógicas.

2.3. A EDUCAÇÃO E A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O caráter formativo da educação pública deve apresentar como principais fundamentos: a reflexão, a racionalidade, a emancipação e autonomia intelectual do estudante, o desenvolvimento da capacidade de pensar sobre o conhecimento, para então pensar sobre o mundo e a realidade.

Os elementos da Organização do Trabalho Pedagógico não dispensam análise e contextualização legal. Ainda que a representação e definição de concepções estejam fundamentadas na função histórica da escola pública no Brasil e, dessa forma, nas contradições de um Estado capitalista contemporâneo, há de se contextualizar algumas demandas legais que condicionam o papel da educação.

Mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, após a abertura democrática no Brasil, demandaram à sociedade e, por consequência, à educação, o atendimento a uma concepção social e pedagógica inclusiva. Esta demanda consubstancia-se na total

² Os cinco princípios básicos da Administração Pública estão presentes no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e condicionam o padrão das organizações administrativas.

inclusão de todas as formas de manifestação, expressão, crenças, no pleno respeito à condição etária, de gênero, de etnia e de culturas. No contexto das demandas expressas e advindas da legislação vigente, as bases legais pautam-se em perspectivas multiculturalistas.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 1º, incisos I e II, elegeu como Fundamentos da República “a cidadania e a dignidade da pessoa humana fundamentais à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (...), consolidando assim, as características multiculturais e pluri étnicas do povo brasileiro”. Demandas em torno do currículo, portanto, não somente ampliaram como, sobretudo, acirraram conceber o currículo escolar como uma “arena” de luta e disputa de interesses, necessidades e demandas, as quais deveriam ser expressadas na condição de saberes escolares.

Segundo Lopes (2005), muito mais que listagem de conteúdos, o currículo expressa um processo constituído por um encontro cultural, de saberes e de conhecimentos escolares. Diversos grupos que se sentiam contemplados em ver reconhecido o seu referencial identitário a partir da Constituição de 1988, tomaram o currículo como a possibilidade de fazer um movimento contrário a uma visão hegemônica e conservadora da sociedade e, portanto, da própria educação escolar. Ainda que esta discussão tenha trazido um embate ideológico entre as teorias de currículo, de certa forma, estava-se legitimando uma concepção de escola pública.

Em outros termos, a Constituição Federal, absolutamente inclusiva, traz ao debate diferentes grupos étnicos, raciais, religiosos, etários, movimentos sociais, culturais, de gênero, pessoas com limitações no processo de aprendizagem e desenvolvimento, enfim todos os sujeitos para pensar numa escola que os insira nos processos de construção social, cultural e escolar. Quando a educação escolar vai ao encontro das necessidades dos que, no decurso da construção da história brasileira, tiveram suas vozes, culturas e peculiaridades caladas ou negadas no processo de “civilização”, bem como, quando o papel da escola vai ao encontro das necessidades daqueles que dependem da escola pública como espaço de acesso ao conhecimento, então, efetivamente, estamos falando em democracia e, portanto, da função social da escola pública.

No entanto, não podemos imaginar que essa função esteja naturalizada. Se o currículo, efetivamente, expressa um campo de diferentes intenções e concepções, no decurso deste debate curricular encontram-se interesses opostos sobre o papel da escola. Há os que veem na educação pública uma possibilidade de promover o desenvolvimento econômico do Brasil. Historicamente a escola pública foi vista como

espaço para formar a mão de obra necessária para ocupar os postos de trabalho e, com isto, formar o trabalhador mecânica, pragmática e tecnicamente. Por outro lado, há os que imaginam uma educação para além dos aspectos mercadológicos – uma educação para a emancipação humana por meio dos conhecimentos universais. Em outra perspectiva, há os que buscam nela possibilidades de ver reconhecido seu referencial identitário: de cultura, de gênero, étnico-racial, religioso ou etário³.

Uma análise, fundamentada em Przeworski (1995), nos permite conceber que, ao dar voz, conciliar e mediar os diferentes segmentos e relações sociais configuradas pelo modo de produção capitalista, o Estado concilia concepções e representações distintas.

O Estado é uma unidade conflituosa de alianças de poder e está num equilíbrio instável e permanente (POULANTZAS, 1985, p.145). O conflito (antagonismo capital *versus* trabalho) está na base da sociedade capitalista, mas o Estado visa, através de mecanismos de representação, criar a sensação de que existe neutralidade criando “consensos entre certas classes e parcelas dominadas em relação com o poder público” (POULANTZAS, 1985, p. 33).

O Estado capitalista, adverte Poulantzas (1985), possui uma “autonomia relativa” em relação às classes/frações de classe em conflito e disputa, mas enquanto Estado capitalista, tem como objetivo assegurar “a organização do interesse geral da burguesia sob hegemonia de uma de suas frações” (p. 147).

Essa concepção de Estado de Poulantzas auxilia a compreensão do papel do Estado no contexto da disputa das políticas educacionais (aprovação de leis e efetivação de políticas). É no espaço da disputa política que as legislações educacionais são aprovadas e que a política educacional se concretiza.

Na esteira das contradições do papel do Estado, o Paraná elabora, em regime de colaboração entre estado e municípios, o referencial curricular único, cujo objetivo é “estabelecer direitos de aprendizagens a todos os estudantes do estado em uma perspectiva de equidade, ou seja, de garantir as condições necessárias para que essas aprendizagens se efetivem. Esse compromisso foi assumido pelo estado e por municípios paranaenses, assim como também deverá ser por todos os profissionais da educação” (PARANÁ, 2019).

³ Neste contexto, a LDB 9394/96 também legitima a perspectiva inclusiva com o ensino ministrado em princípios, tais como: I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e aos direitos; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e normas dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extraescolar.

Nota-se também que, nos últimos anos, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que cumprem o prescrito na LDBEN no sentido de orientar os currículos, porém, não tratam especificamente dos conteúdos mínimos conforme especificado no Artigo 9º, mas de expectativas de aprendizagens.

Também é importante salientar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina os direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes durante cada etapa da educação básica, e, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), deve orientar os currículos dos sistemas e redes de ensino das unidades federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

O caráter normativo da BNCC torna obrigatória a elaboração ou reelaboração dos currículos das redes de ensino ao estabelecer uma base de direitos e objetivos de aprendizagens comuns para todo o país. Assim, considerando a trajetória de cada estado, provoca-se um movimento de reflexão e avanços quanto às práticas pedagógicas. Contudo, vale ressaltar que a BNCC, como o próprio documento preliminar destaca, não é o currículo escolar, ela propõe-se a ser referencial “para que a escola construa seu próprio currículo valendo-se da autonomia garantida pela LDB”. Por outro lado, conforme adverte Ribeiro (2015), ela também expressa o cenário das disputas ideológicas.

De certa forma, os documentos orientadores expressam um hibridismo de concepções. Não nos propomos a defini-los ou a explicitarmos, mas apenas justificar que toda e qualquer tentativa de analisar uma concepção de educação pública não pode furtar-se de conceber que a sistematização de um documento orientador expressa a representação dos educadores e profissionais da educação em torno desse híbrido contexto político, social, cultural, pedagógico e ideológico.

O hibridismo curricular não apenas está expresso nos documentos curriculares oficiais; ele revela as próprias contradições do estado capitalista contemporâneo. Nessa perspectiva, faz-se mister contextualizar a relação entre o estado republicano, de direitos, as suas formas de legitimidade e sua imbricada relação com o modo de produção como contexto, bem como conteúdo, pelo qual torna-se possível formar para a democracia, participação e controle social.

Não se pretende realizar a análise curricular de uma ou outra diretriz seja estadual ou nacional. Vislumbra-se, de antemão, situar que o processo de construção e a continuidade da sistematização do PPP do CEP não está alheio a estas políticas

curriculares. Ao contrário, buscou-se nestes referenciais sistematizar a representação dos nossos professores e aprofundar algumas análises necessárias para aproximar uma concepção que marcasse o documento orientador. O objetivo aqui é destacar o posicionamento dos educadores do CEP acerca da importância de se conceber o conhecimento disciplinar a partir da epistemologia de sua ciência de referência e, nesse sentido, disciplinarmente e interdisciplinarmente. Na esteira desse entendimento e dos referenciais curriculares, indicados pela BNCC, depreende-se que ela é um ponto de partida para a organização curricular e, portanto, a organização curricular por disciplina não fere a BNCC.

Portanto, não obstante a este conjunto de significados, conceitos e definições que se misturam nesta batalha curricular, a continuidade das discussões do PPP partiu também das representações dos educadores deste estabelecimento de ensino. Isto significa que a análise aqui sistematizada não ignora o hibridismo curricular configurado pelas políticas curriculares em questão, mas busca tornar comum, minimamente, uma concepção de trabalho na escola pública.

Este trabalho pedagógico, portanto, é planejado e intencional. Parte-se do pressuposto que, para além das diferentes teorias e visões de currículo, o estudante da escola pública deve ter seu direito à educação garantido. Educação escolar significa o acesso e produção do conhecimento de forma humanizadora e emancipadora. A escola não é espaço de senso comum e sim do saber sistematizado e científico. É a partir do conhecimento que a humanidade produziu, há dezenas de milhares de anos, pelas relações de trabalho, o conhecimento científico, popular e cultural. Foi a partir do trabalho que o homem humanizou-se e humaniza-se.

Este conhecimento não pode ficar privatizado. Conhecimento científico, transformado em saber escolar, deve ser socializado a fim de que novos conhecimentos sejam produzidos. A partir do conhecimento o estudante tem condições de compreender e analisar a realidade social, econômica, histórica, política e cultural em suas contradições, de modo a dar-lhe possibilidades de transformar a prática social. Aprender, neste sentido, pressupõe, sobretudo, a atividade intencionalmente humana por parte do estudante também. Aprender com a atividade intencional, planejada, consciente, produto e produtora de conhecimentos - assim como o homem o fez historicamente - significa conceber o trabalho como princípio educativo.

Importante destacar a análise em torno do “currículo oculto”, que é aquele constituído por todos os saberes que não estão prescritos nas diretrizes e orientações curriculares, mas que acabam por afetar, positiva ou negativamente, o processo de

aprendizagem dos conhecimentos escolares. São os conhecimentos adquiridos fora da escola, com a família, os amigos; ou, ainda, no espaço escolar, nas brincadeiras dos corredores, na forma de dispor as carteiras, na maneira de se comportar diante de professores(as) e colegas etc.

2.3.1. O Trabalho como Princípio Educativo

Conceber o trabalho como princípio educativo não significa falar somente da formação técnica, profissional, ou mesmo propriamente do Ensino Médio. Segundo Engels (1876),

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. [...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza.

Portanto, segundo Engels (1846), o que difere os homens dos animais é a sua capacidade de transformar a natureza com o fim de suprir suas necessidades vitais a partir das relações de trabalho, humanizando-a e humanizando-se.

Conceber trabalho como princípio educativo significa, portanto, que se aprende especialmente em atividade. Trabalho é a atividade humana intencional destinada a um fim. O processo de ensinar e aprender é trabalho pedagógico que “põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.”(MARX, 2001, p.211).

O trabalho é a categoria central de análise na compreensão das relações sociais. É a forma, por meio da qual, o homem produz suas condições de existência, sua história e o mundo humano. Na mesma perspectiva, educação é, também, entendida como atividade humana e histórica, construída na prática social. Trabalho consiste, então, no eixo para a compreensão das relações sociais e práticas educativas por meio da qual se concebe a formação humana em sua integralidade.

A respeito das formas de produção essencialmente humanas, é preciso considerar que, ao passo em que o homem age sobre a natureza, através do trabalho, cria significados e significantes, cria simbologias, desenvolve a linguagem, socializa-se, desenvolve a memória e a capacidade de abstração, bem como transmite valores, crenças e ideais. Nessa perspectiva, a partir das relações humanas estabelecidas em torno do trabalho, o homem desenvolve a cultura, reproduzida, reconstruída e

representada por meio das gerações. Portanto, na medida em que ele age sobre a natureza, modificando-a e adaptando-a às suas necessidades de sobrevivência, ele se educa, assim como educa suas próximas gerações, em um processo mediado pelas relações sociais e históricas. O trabalho tem, portanto, segundo Lukács (1976-81), uma dimensão ontológica, ou seja, em sua natureza, expressa uma condição essencialmente humana.

Essa ação não é espontânea, tampouco neutra ou tomada ao acaso; ela é pensada, transformada, recriada e recontada a partir da memória histórica do que nossos antepassados criaram. Isso expressa a intencionalidade da ação humana, sobre a qual se espraia o ato de educar a partir dos eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Quando analisamos que o homem no seu processo de humanização e desenvolvimento lançou-se sobre a natureza usando braços, pernas e cabeça não de forma fragmentada e sim integrada, estamos pressupondo que o processo pedagógico concebe a educação integral; portanto não há uma fragmentação ou hierarquização entre corpo e mente.

A formação na totalidade em Marx e Engels (2004) se define em formação omnilateral. Implica a formação humana em sua integralidade tendo no horizonte a totalidade intelectual, física, corpórea e sensível com a finalidade da emancipação humana.

Quando concebemos a inseparabilidade entre o pensar e o fazer, o cuidar e o educar, o planejar e o executar, a teoria e a prática na formação omnilateral, ou seja, de todas as dimensões humanas: intelectual, emocional, física, cognitiva, política, social, cultural e histórica, mais uma vez podemos falar dos processos de humanização e democratização na escola pública.

Em determinado momento histórico as relações de trabalho, no contexto do capitalismo em ascensão, consubstanciado pelo Taylorismo, dualizou e mecanizou o próprio trabalhador. Com o objetivo de democratizar o acesso aos bens produzidos pelo capitalismo, a produção passou a ser em massa, padronizada, repetitiva e mecânica, dividindo o trabalhador entre corpo e mente e alienando-o da condição de pensar.

No modo de produção capitalista, o trabalhador é colocado em situações exploratórias e expropriadoras da condição humana. A separação entre o produto e o processo, entre quem pensa e quem faz, entre quem é o dono do modo de produção e quem domina apenas a força de trabalho, entre o controle do tempo, dos processos e da produtividade, em detrimento da condição humana, caracteriza algumas das relações duais do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, o trabalhador fica à margem do processo, não domina todas as relações do trabalho, não apreende a totalidade da produção e, tampouco, pode usufruir dos bens que ele mesmo produziu. Logo, nessa visão, o trabalhador torna-se incapaz de educar-se pelo trabalho.

Portanto, embora, do ponto de partida, o trabalho seja humanizador, no modo de produção capitalista acaba se configurando enquanto trabalho alienador: o bem produzido pelo trabalhador não pertence a ele; ou seja, o trabalhador não usufrui o bem, tampouco, esse bem é pensado por ele.

Por outro lado, a década de 1990 trouxe ao Brasil uma forte representação do setor produtivo interessado em, a partir da escola, formar a mão de obra competente para trabalhar nas empresas multinacionais, marcadamente na reestruturação produtiva. Concepções como o desenvolvimento de competências e habilidades - a partir da escola - demandaram uma reorganização nos currículos, nos documentos escolares e no processo avaliativo.

Segundo as reflexões de Kuenzer (2000), não é a partir da escola que ocorre o desenvolvimento de competências e habilidades para a vida produtiva. Segundo ela, “proclamar a escola como responsável pelo desenvolvimento de competências é uma forma sutil de afirmar a exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia possuem outros espaços para a relação com o conhecimento científico”.

A dualidade estrutural do Ensino Médio está configurada pela própria dualização e hierarquização social que dicotomizou historicamente quem planeja e quem executa, quem pensa e quem operacionaliza, quem ordena e quem obedece. Esta dualização, por sua vez, acabou configurando para o Ensino Médio brasileiro duas concepções diferentes, segundo Kuenzer (2002) - educação técnica para pobres e o conhecimento universal para os ricos - inerente a isto a dualização entre quem pensa (planeja) e quem faz (executa).

Nesta perspectiva os cursos do Ensino Médio Integrado e Subsequentes ofertados no CEP repudiam o tecnicismo pragmático que descola a formação humana da especificidade do conhecimento necessário para o trabalho profissional. Nesses cursos, a formação profissional é concebida como formação do trabalhador, do homem em sua dimensão omnilateral, entendendo enquanto sujeito do processo.

Assim, tomar como ponto de partida a visão mais ampla de educação, implica adotar o trabalho como princípio educativo e como categoria orientadora das políticas, projetos e práticas de Educação Profissional.

2.4. O CURRÍCULO E A QUESTÃO DO CONHECIMENTO

Concebe-se a educação na perspectiva do trabalho como princípio educativo, portanto, como forma de enfrentar a dualidade social fundada no modo de produção capitalista. Esta abordagem tem bases na psicologia histórico-cultural desenvolvida pela “escola de Vygotsky”. A educação é entendida como o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global.

Isto pressupõe o enfrentamento: da mercantilização das relações humanas e da própria educação na medida em que ela é colocada aos desígnios do mercado de trabalho entendido na lógica capitalista de produção; da separação entre o fazer e o pensar nas relações de trabalho que historicamente foram se colocando na mecanização dos processos pedagógicos; da lógica da reprodução a partir da escola tomando a realidade de forma ingênua, abstrata e linear; da divisão do trabalho que enfraquece a capacidade de cada homem e empobrece a atividade individual, a fragmentação e alienação humana e da visão pragmática e utilitarista do conhecimento que esvazia o ensino e a capacidade humana de captar a totalidade, compreender o conhecimento, de inserir-se no mundo do trabalho de forma mais reflexiva, autônoma e integrada.

Com base na análise realizada, é possível destacar que a escola pública tem por função precípua a socialização do conhecimento científico, histórico, cultural, político, econômico, artístico, filosófico e ambiental. A produção e expressão do conhecimento ocorre por meio da ciência, da arte, do teatro, da plástica, da música, da dança, da literatura, da poesia, entre outras formas de linguagem sistematizadas pela escola.

Nesta perspectiva, há de se considerar o movimento histórico, social, político, econômico e cultural engendrado pelas lutas e conquistas de diferentes grupos e forças sociais. Movimento este que se expressa na própria forma como se produz e se difunde o conhecimento produzido.

Não se pode relativizar o conteúdo, bem como o papel da escola e do professor, ficando suscetível às disputas entre tantas e diferentes concepções. Se não há um conhecimento único, pronto e acabado a ser ensinado, é porque se pressupõe a ruptura com a visão positivista.

O conhecimento a ser socializado e produzido expressa um conjunto de construções de diferentes grupos historicamente. Na medida em que os grupos apropriam-se dos saberes e produzem conhecimento, têm possibilidades históricas de

enfrentar as contradições que excluem parte das camadas sociais das possibilidades de usufruir os bens culturais produzidos pela humanidade.

Contudo, não se pode negar o fato de que existem conhecimentos gerados no âmbito das lutas e conquistas históricas da humanidade. Quando, na história das civilizações, se produziu e se produz a ciência, a tecnologia, a arte, a filosofia e a cultura, quando se apreende, se compara, se abstrai e generaliza este conhecimento produzindo outros, constroem-se signos linguísticos que marcam uma determinada produção histórica e cultural, a qual, inevitavelmente, se socializa pela linguagem.

Nestas contradições vivemos a dialética entre um modo de produção marcadamente desumano e uma escola inserida neste contexto que tem o papel de formar para humanização. É somente no âmbito desta relação dialética que se torna possível conceber, na escola, a integração entre a formação humana e a preparação para o trabalho.

Nesta perspectiva, não é no espontaneísmo, nem no relativismo que o estudante do CEP consegue perceber estas contradições.

Somente é possível integrar uma formação técnica e universal, no âmbito da politecnicidade, ou seja, na formação profissional integrada à formação humana. Cabe à educação escolar pública possibilitar a aquisição dos conhecimentos históricos, sociais, universais necessários para, não somente qualificar-se no mundo do trabalho, mas, para o exercício da cidadania de forma consciente. Ao passo em que a escola possibilita a produção de conhecimentos integrados ao mundo do trabalho, concebendo suas contradições, produzindo e usufruindo cultura, seu papel se manifesta numa formação para além da ideia de empregabilidade ou de empreendedorismo.

Cabe ressaltar a importância de abordar na Proposta Pedagógica Curricular “temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (PARANÁ, 2019). Respeitando a legislação vigente, destacamos os seguintes temas:

LEGISLAÇÃO	TEMA
Lei nº 8.069/1990	Direitos da Criança e do Adolescente
Lei nº 9.503/1997	Educação para o Trânsito
Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012	Educação Ambiental
Lei nº 11.947/2009	Educação Alimentar e Nutricional
Lei nº 10.741/2003	Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso
Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012	Educação em Direitos Humanos

e Resolução CNE/CP nº 1/2012

Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004 Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010 Saúde, Vida Familiar e Social, Educação para o Consumo, Educação Financeira e Fiscal, Trabalho, Ciência e Tecnologia e Diversidade Cultural

Tabela 13: Legislação e Temas Contemporâneos

2.4.1. Organização Disciplinar e a Integração Curricular

A organização do conhecimento no currículo disciplinar pressupõe que haja contextualização destes conhecimentos e interdisciplinaridade. O conhecimento contextualizado trabalhado em sua totalidade garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado - com o descarte do conteúdo da disciplina. Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência, considerando que cada disciplina tem sua ciência de referência.

Nesta perspectiva, prevalece no currículo a dimensão explícita e não-implícita. Há um planejamento de conteúdos, que é seguido em função da intencionalidade proposta e pensada no projeto pedagógico.

Isto posto, concebe-se que, se trabalhados na totalidade, os conhecimentos disciplinares estarão articulados naturalmente. Para a compreensão do currículo crítico, é necessário superar a fragmentação e a descontinuidade das práticas escolares. É necessário reforçar ações tais como o trabalho coletivo e democrático e as relações horizontais e de responsabilidade coletiva.

Reafirma-se, desse modo, o currículo disciplinar e sua relação interdisciplinar e contextualizada em nome do enfrentamento à fragmentação.

Um currículo (inter) disciplinar concebe a relação educação e trabalho como eixo central, que integra diversas ciências, ocorrendo assim, o aprofundamento da capacidade de reflexão de estudantes e professores sobre as mudanças e permanências da formação integral em um mundo do trabalho que é dinâmico e em constante mutação.

A mediação teórico-prática pode ter diferentes origens: na ciência, na cultura popular, nos meios de comunicação, na história de vida, na profissão, no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, pressupõe-se uma metodologia pela qual o professor seja desafiado a refletir sobre a sua realidade.

É possível desenvolver diferentes metodologias que atendam às diversas necessidades e ritmos de aprendizagem como, por exemplo, a entrada na escola da cultura digital. Entende-se por cultura digital os processos de transformação socioculturais que ocorreram a partir do advento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Trabalhar na perspectiva da Educação na Cultura Digital possibilita aliar aos processos e às práticas educacionais novas formas de aprender e ensinar.

2.4.2. O Novo Ensino Médio

Com a publicação da Lei n. 13.415, de 13 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), foi estabelecida uma nova organização para o Ensino Médio em todo o país. Dentre as principais mudanças, destacam-se a ampliação da carga horária de estudos, a primazia da formação integral do estudante, a estruturação do currículo por áreas do conhecimento, e a oferta do mesmo a partir de uma organização curricular inovadora. Essa organização agora deve contemplar uma Formação Geral Básica (FGB), na qual os estudantes aprofundem as aprendizagens desenvolvidas no Ensino Fundamental, e também os Itinerários Formativos (IF), que permitem aos estudantes delinear sua formação a partir dos seus objetivos de vida.

Tendo em vista essas mudanças, a publicação da Resolução n. 03, de 21 de novembro de 2018 (BRASIL, 2018a), pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e a publicação da Resolução n. 04, de 17 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018b), pelo Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação (MEC/CNE), que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a etapa do Ensino Médio (BRASIL, 2018c), o Estado do Paraná iniciou a elaboração do Referencial Curricular para o Novo Ensino Médio do Paraná. Em decorrência, o CEP articulou estudos e propostas para a implantação do Novo Ensino Médio.

O Novo Ensino Médio (NEM) traz desafios para todas as redes de ensino e escolas do país, haja vista sua proposta de reorganização curricular e didático pedagógica. O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná apresenta elementos que auxiliam a compreender os desafios no contexto educacional do Paraná e vislumbra possibilidades para a implementação de mudanças qualitativas no Ensino Médio. E este documento é norteador da atualização da Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Médio, parte integrante deste PPP.

Vale destacar que o direito à educação foi regulamentado pela já citada Lei de

Diretrizes e as Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996), segundo a qual o Ensino Médio tem como finalidade o aprofundamento dos estudos realizados no Ensino Fundamental, relacionando teoria e prática, visando ao desenvolvimento humano, técnico, ético, cognitivo e social dos estudantes. A LDB, em seu artigo 26, também estabelece a necessidade da estruturação de um currículo a partir de uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada, definida a partir dos elementos regionais.

É necessário que a abordagem metodológica presente nesses documentos considere a contextualização, a diversificação, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. No que se refere à estrutura curricular, destaca-se que ela é composta, de forma indissociável, pela **Formação Geral Básica (FGB)** e pelos Itinerários Formativos (IF). A FGB deve ser desenvolvida a partir da proposta pedagógica apresentada na Resolução n. 04/2018 do MEC/CNE, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a etapa do Ensino Médio. Sendo de caráter fixo, a FGB busca garantir o desenvolvimento dos estudantes, por meio das competências e habilidades das quatro áreas do conhecimento presentes na BNCC, a saber: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essas áreas devem ser “articuladas como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural e local, do mundo do trabalho e da prática social” (BRASIL, 2018b).

Já os **Itinerários Formativos (IF)** constituem a parte flexível do currículo. Segundo a Resolução CNE/CEB n. 03/2018, em seu Art. 6º, inciso III, os Itinerários são:

Cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade.

Devendo ser ofertados por meio de diferentes arranjos curriculares, os IF contemplam as quatro áreas do conhecimento de forma integrada. Seja por meio da combinação dessas áreas entre si, como também com a Educação Técnica e Profissional (ETP).

No que se refere às formas de oferta do Novo Ensino Médio, é importante destacar que toda essa proposta pedagógica e de flexibilização curricular só é viável em um contexto que possibilite um maior tempo de formação ao estudante. Por esse motivo, a Lei n. 13.415/2017 (BRASIL, 2017) afirma a necessidade de ampliação de carga horária, estabelecendo que todos os Sistemas de Ensino ofereçam, a partir de março de 2025, 1.000 horas anuais, que serão gradativamente ampliadas para 1.400 horas anuais.

O processo de desenvolvimento humano envolve interação entre os sujeitos e o meio onde estão inseridos, do qual decorrem diversas aprendizagens. O desenvolvimento de competências e habilidades leva em consideração o duplo movimento de “saber” e de “saber fazer”. Nesse sentido, analisar, relacionar, comparar e compreender são condições para conhecer, problematizar, criticar e tomar posições (BRASIL, 2018a, p. 563). Dessa forma, a noção de competência, aplicada ao contexto educacional, é entendida como uma “capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (PERRENOUD, 1999, p. 7). No contexto da BNCC, o termo competência é definido como a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018a).

2.5. SUJEITOS DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O Referencial Curricular do Paraná (2019) aponta que “faz-se necessário respeitar o processo pessoal e a experiência de cada estudante, além de conceber a escola como um espaço educativo”. Afinal, é na escola que os estudantes aprendem não apenas com os conteúdos selecionados e organizados em forma de aulas; aprendem nas relações com os colegas e profissionais; aprendem com a forma como as carteiras e o tempo estão organizados; aprendem a se relacionar observando as relações no espaço escolar; aprendem também quando participam, de forma colaborativa, na organização dos tempos e espaços da escola.

Concebe-se que é um direito do estudante ter acesso ao conhecimento necessário para compreender seu contexto, a realidade que o cerca, as contradições que perpassam nela e as possibilidades de interferir nesta realidade. Cabe à escola a sistematização do conhecimento elaborado e é por meio do conhecimento que se desenvolve a consciência crítica.

Nesta perspectiva, o papel dos professores do CEP se expressa no reconhecimento de profissionais que dominam não somente o conhecimento a ser socializado e produzido nas relações diárias (sociais e pedagógicas) como também a didática (técnica de ensinar) dando conta do “duo democrático” na escola - ensinar bem e a todos.

O papel do professor, portanto, está na relação entre o sujeito que media, o sujeito que apreende e o conhecimento a ser sistematizado e produzido. Essa concepção explicita a diferença entre autoritarismo e autoridade. Professores conclamam a sua

valorização por parte dos seus estudantes. Isto se perfaz quando o próprio professor se valoriza pelo compromisso de seu trabalho. O domínio do conhecimento legitima a autoridade do professor, ou seja, a sua autoridade se manifesta no domínio do conhecimento, da técnica e no compromisso político com a aprendizagem do estudante, bem como conhecimento da característica e das especificidades da faixa etária e do nível de ensino que trabalha.

No que tange às possibilidades reais da formação da consciência crítica no CEP, vale destacar, segundo os professores, que ela ultrapassa as barreiras da disciplina. Implica, portanto, em postura e visão de mundo, a qual deve ser instrumentalizada a partir da integração curricular entre os conhecimentos da disciplina e as atividades de contraturno oferecidas pelo na escola

Quando o estudante se apropria do conhecimento científico expresso pelos conteúdos, espera-se que ele contribua efetivamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária na defesa intransigente do Estado democrático e de direito

2.5.1. CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA: a transição entre etapas do Ensino Fundamental

É de suma importância situar a teoria pedagógica e as concepções de infância e juventude junto aos sujeitos da própria ação educativa, na esteira do entendimento de que os processos formativos se fazem para e com os sujeitos que deles participam. Arroyo ajuda a compreender que:

A teoria pedagógica se revitaliza sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa. Quando está atenta aos processos de sua própria formação humana. Quando a ação educativa escolar ou extra-escolar, de formação da infância, adolescência ou de jovens e adultos se esquece deles e de seus processos, movimentos e práticas sociais, culturais e educativas e se fecha em discussões sobre métodos, conteúdos, tempos, instituições, calendários, avaliação... se perde e desvirtua. Perde suas virtualidades como teoria e prática educativa (ARROYO, 2003, p.34).

Refletir sobre a infância e situá-la teoricamente é condição para se conceber nosso projeto no qual os sujeitos deste processo educativo tenham o tempo e os espaços organizados de forma a atendê-los em suas necessidades e direitos. As propostas pedagógicas curriculares devem refletir o compromisso com a educação como direito social e o exercício de enfrentamento da exclusão. Segundo esclarece Sarmiento (2011) “a palavra exclusão está associada à desigualdade social e essa desigualdade tem repercussões diretas nas crianças, ou seja, as crianças sofrem formas sociais particulares das consequências das desigualdades e da exclusão” (p.2).

Neste projeto político pedagógico é fundamental refletir sobre as referências que tomamos para lidar com as concepções de infância e, neste sentido, reafirmamos em consonância com Sarmento (1997) que a infância é uma construção social. Não é uma experiência humana universal vivenciada pelas crianças em qualquer tempo histórico e contexto e não se trata somente de um período de transição ou de um processo progressivo que se realiza por etapas e fases de desenvolvimento universal, perspectiva muito presente em alguns estudos no campo da psicologia do desenvolvimento. A contribuição da sociologia da infância recai para a compreensão da criança como sujeito histórico-cultural e a infância como a experiência vivida por este sujeito. Nesta experiência humana, dimensões sociais como a inserção de gênero, classe, etnia e história, constroem diferentes mundos da infância.

Um aspecto relevante desta perspectiva está na ideia da participação das crianças no contexto social, e aqui também destacamos no contexto escolar. Por que é importante nas propostas e no cotidiano escolar ouvirmos as crianças? Ainda com Sarmento (2007) entendemos que as crianças nos dizem muito sobre a sociedade e também a respeito de si próprios. Consideramos, nessa perspectiva, que “o olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente” (p.25). Junto às crianças, os professores, as famílias, os funcionários são vozes importantes do fazer educativo e, nesta direção, reafirmamos a potencialidade do diálogo na construção coletiva desse fazer pedagógico.

Respeitar as peculiaridades da infância é uma necessidade no contexto escolar, dando uma atenção especial na reflexão e viabilização de práticas pedagógicas que integrem os envolvidos no processo, tendo como elemento uma prática articuladora entre as etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esse esforço de ampliação das oportunidades de êxito do estudante pode possibilitar efetivamente seu desenvolvimento integral.

2.5.2. CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE(S): os jovens como sujeitos sociais

Diferente do entendimento comum de que juventude é um fenômeno natural, ou uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta ou um momento de preparação para um “dever”, conforme analisam Dayrell e Gomes, o que fundamenta esse PPP é a juventude como uma construção social e histórica.

As ideias e discursos existentes atualmente sobre juventude são resultados de

processos históricos e sociais que ocorreram na modernidade (PERALVA, 1997). E é justamente esta modernidade a responsável por efetivar o “processo histórico de construção das juventudes como hoje a conhecemos” (GROPPO, 2000).

Entender a juventude como uma construção social e histórica não significa eliminar a importância dos aspectos biológicos tão presentes nessa idade, manifestados nas alterações do corpo, por exemplo. As mudanças físicas e psicológicas que ocorrem são reais e fazem parte do processo de desenvolvimento dos jovens, especialmente, as que ocorrem no período dos 15 aos 18 anos⁴, e precisam ser consideradas. Afinal, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), “(...) a juventude é considerada uma categoria sociológica que implica a preparação dos indivíduos para o exercício da vida adulta, compreendendo a faixa dos 15 aos 24 anos de idade”.

Observar o processo de constituição da juventude pela modernidade permite perceber o percurso dialético entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia, ainda quando é reprimida, contida ou absorvida pela estrutura social. Conceber a condição juvenil como dialética significa reconhecer que há uma relação de contradição entre sociedade e juventude, demonstrando que as trajetórias de jovens oscilam, como aponta Groppo (2010):

no duplo movimento que envolve integração versus inadaptação, socialização versus criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais versus identidades juvenis, institucionalização versus informalização, homogeneização versus heterogeneidade e heterogeneização, cultura versus subculturas etc. Pode-se, deste modo, interpretar que desde o início do ‘percurso’ das juventudes na modernidade houve possibilidades e concretas ações de protagonismo juvenil, criação de identidades diferenciadas, resistências e subculturas” (p. 9).

Dessa forma, acredita-se que em toda a trajetória de construção de um ideal ou de um modelo de juventude, estratégias e discursos foram construídos em várias instâncias sociais. Particularmente no cotidiano do Colégio Estadual do Paraná, há jovens que questionam os processos disciplinares a que são submetidos, por exemplo, corroborando a ideia de que, para além dos aspectos biológicos, vão construindo modos de viver sua autonomia e formas próprias de pensar e agir. Por outro lado, nota-se também jovens que assumem posturas extremamente conservadoras.

A juventude, enquanto categoria social, é possuidora de representações simbólicas e situações sociais fabricadas pelos grupos sociais ou mesmo pelos próprios jovens para “significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”, operando no imaginário social, mas também é uma situação concreta real “vivida em comum por certos indivíduos” (GROPPO, 2000). A juventude constitui-se também de uma

⁴No Colégio Estadual do Paraná a ampla maioria dos estudantes estão nessa faixa etária.

experiência real, vivida e partilhada pelos indivíduos, ainda que de forma diversa e múltipla, integrada a outras categorias sociais e condicionantes históricos, que resultam no reconhecimento de diversas formas de viver a juventude (ALBUQUERQUE, 2014).

Dayrell (2007) ajuda a compreender que cada sujeito constrói a sua experiência de ser jovem como resultado do contexto em que está inserido e da relação que estabelece com os recursos disponíveis nos seus meios social, cultural e histórico. Por essa razão, surgem diferentes formas de ser jovem.

Como resultado, construiu-se uma multiplicidade cultural e social que traz um grande desafio para a escola, uma vez que, por via de regra, a escola não tem conseguido lidar com essa diversidade de jovens estudantes que ali chegam. Uma das razões para isso é que a escola nega a dimensão cultural e social dos estudantes, ou seja, desconsidera que eles se inserem em outros espaços e instâncias socializadoras, cujas relações são mais amplas e interferem na sua relação com a escola.

A escola precisa reconhecer que o estudante, antes de ser estudante, é um jovem inserido numa dinâmica social para além dos muros escolares. Assim, “quando pensamos em como a escola costuma focalizar e tratar os jovens, percebemos logo que predomina a categoria aluno” (CORTI; SOUZA, 2004, p. 118). Para alguns, importa bons estudantes, encarando negativamente as expressões que são próprias das juventudes, e, em alguns casos, agindo para anular determinados comportamentos, posicionamentos e atitudes.

O jovem deve ser percebido como um sujeito marcado por uma maior complexidade de relações e vivências que não se limitam à escola.

Assim, é necessário compreender a juventude como categoria histórica e social e perceber quais discursos que orientam as práticas pedagógicas em sala de aula e nos demais espaços escolares.

2.5.3. A APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE ADULTO: a Formação do Estudante na Educação Profissional

A aprendizagem, em sua condição primeira, pode perpassar pelas relações sistematizadas, formalizadas e escolarizadas. Isto significa que o espaço de aprendizagem, em especial do adulto, não se reduz à sala de aula, tampouco numa relação vertical com o conteúdo e o professor. É na relação com o outro - em plenitude de consciência e de intencionalidade - que é possível perceber por onde passa a visão de mundo de outrem, em relação ao seu contexto, suas demandas e seus processos

formativos. Quando estamos na relação de ensino e aprendizagem é inevitável a necessidade de abandonar as concepções românticas, idealistas e abstratas sobre o estudante em especial adulto, para conceber o processo educativo em toda a sua concretude. Isto pressupõe, invariavelmente, que nos educamos enquanto educamos de forma pensada, intencional.

A partir do momento em que o processo formativo é intencional já não é mais possível conceber a neutralidade. O ato de educar já traz consigo um projeto humano, social, histórico e político. É político quando pressupõe uma tomada de decisão, quando se pensa em uma ação que é transformadora, seja de si mesmo, do mundo, da realidade mais próxima e da perspectiva histórica. Como bem destaca Freire, “todo o ato de educar é um ato político”.

Com base neste entendimento, concebe-se que cada adulto traz consigo sua história, seja de preconceitos, de superações, de enfrentamentos, de conquistas, de realizações, frustrações e expectativas. Estas histórias se entrecruzam, inclusive com as do professor, este também sujeito concreto, síntese de suas realizações, limitações, expectativas, esperanças e das condições da concreticidade. O professor também carrega consigo sua história de luta e suas expectativas. A Educação Profissional conflui todas as novas perspectivas em relação a cada um e ao mundo do trabalho. Há, portanto, dois elementos pelos quais a relação se constrói, o entendimento de que este adulto é a síntese das determinações do meio e, portanto, não é idealizado e as relações que se estabelecerão entre professor e estudante serão as mediadas pelo conhecimento que se produz nas relações mediatizadas pelo mundo.

Este processo deve ser horizontalizado e dialógico, sendo o diálogo elemento-chave no qual professores e estudantes sejam sujeitos atuantes e ativos.

Segundo Freire:

A ampliação do olhar sobre a realidade com amparo na ação-reflexão-ação, e o desenvolvimento de uma consciência crítica que surge da problematização, permitem que homens e mulheres se percebam sujeitos históricos, o que implica em ‘esperançar’ e transformar. Esse processo democrático supõe a vontade histórica de amadurecer com o grupo, de modo que a reflexão e a ação sejam realmente sínteses elaboradas com ele.

Há ideias e construções culturais equivocadas que pairam nas representações institucionais, de que a permanência, a evasão e a desistência dos estudantes adultos é de responsabilidade do curso o qual frequentam, do pedagógico ou da escola.

Quem convive com o estudante adulto percebe seus enfrentamentos diários e a relação dialética entre o desejo de fazer o curso e as limitações imputadas pela materialidade. Neste sentido, a Educação Profissional deve ser pensado dentro do

contexto do mundo do trabalho.

Decorrem destas relações, números e índices de exclusão que colocam o país como uma das maiores concentrações de renda do mundo. Não se pode desconsiderar o fato de que estes fatores de exclusão se refletem na escola e impactam a condição do nosso estudante adulto trabalhador.

O conhecimento produzido, nesta perspectiva, não pode se reduzir ao instrumento para o fazer técnico-produtivo; ele é ferramenta da criação dos símbolos, de seus significados e da cultura, é sempre um processo de intencionalização, pensado nas relações humanas. Ele deixa de ser somente técnico e passa a ter também um sentido humanizador.

Em contraponto a essa dualização entre o fazer e o pensar e entre o processo e o produto, para além de uma formação mercadológica unilateral, vislumbra-se uma formação humana omnilateral.

A omnilateralidade é a ideia de que não há uma predisposição a priori para aprender e que existam definições e potencialidades humanas inatas ou já determinadas pela condição biológica. A criação dessas potencialidades é histórica, cultural e se refaz pelo próprio homem, na prática social e no “mundo do trabalho”.

Significa dizer que não há idade para aprender. É mito a ideia de que exista ou não uma predisposição, uma limitação ou que a aprendizagem está limitada pela condição etária no caso do adulto. A possibilidade de ler, estudar, aprofundar um problema, buscar referenciais conceituais para isso e, portanto, desenvolver as condições mentais e conceituais, também está no contexto do estudante adulto trabalhador.

É importante destacar o papel dos mediadores, da cognição e da transmissão cultural no desenvolvimento das funções mentais. Neste caso, a escola - o espaço de sala de aula - é legítimo espaço de possibilidades para se confluir estes saberes e proporcionar o debate. Não significa que o estudante não possa ler, estudar ou aprofundar seus conhecimentos para além do espaço escolar, mas que, em considerando suas condições reais, será na sala de aula o espaço privilegiado para as mediações. Quanto mais conhecimentos, mais conceitos, maior repertório cultural, mais capacidade para aprender e apreender o que se desenvolve no processo.

É a realidade que contextualiza, media e circunscreve as relações entre o conhecimento, o professor e os estudantes adultos. Nesse sentido, o conhecimento é o produto da totalidade de vários saberes que se entrecruzam e que, no currículo, se organizam de forma interdisciplinar.

A história das ciências já nos conduziu ao entendimento de que os conhecimentos não são verdades prontas; a possibilidade de problematizá-los implica, portanto, numa abordagem metodológica que permite o entendimento do real em sua complexidade e pode tomar os diversos recursos tecnológicos bem como os ambientes virtuais de aprendizagem como fontes para estas problematizações.

Segundo Frigotto (1993), a produção do conhecimento e sua socialização para determinados grupos ou classes não é alheia ao conjunto de práticas e relações que produzem num determinado tempo ou espaço. Isto significa dizer que ao se abordar o conteúdo da disciplina – recorte histórico, político e cultural do conhecimento é preciso analisá-lo em suas múltiplas determinações.

Não temos somente um conhecimento a ser “ensinado” e um profissional a ser formado, temos um mundo a ser transformado de modo que as pessoas se humanizem enquanto humanizam o mundo. Se o professor, os colegas, os conceitos, os signos, as tecnologias, os equipamentos profissionais são mediadores entre os sujeitos do conhecimento, por outro lado nossos estudantes e nós mesmos somos os mediadores entre o mundo que temos e o que precisamos humanizar.

2.5.4. CLIMA ESCOLAR: Organização e manutenção de um ambiente favorável à aprendizagem

Como o CEP media, atende e encaminha as situações que podem vir a se caracterizar como Bullying:

Segundo o *Guia de orientações, às equipes diretivas e pedagógicas sobre protocolos a serem adotados em situações de violência intra e extra escolar envolvendo crianças e adolescentes da SEED (SEED 2025)*, o Bullying se caracteriza como:

uma prática intencional e sistemática cujo objetivo é intimidar ou agredir outra pessoa, sem que ela tenha a possibilidade ou capacidade de se defender, em uma relação desigual de forças ou poder. No bullying, a intenção é causar medo, incômodo, humilhação ou dano físico, psicológico ou social à vítima. Ocorre de maneira repetitiva por um período prolongado. (p 18)

Historicamente essa palavra se origina na língua inglesa “Bully” que significa “valentão” e o sufixo *ing* acompanha a caracterização de ação contínua. Em outros termos, há por parte do suposto agressor uma compreensão sobre a necessidade de colocar-se numa condição de superioridade, muitas vezes vislumbrando a validação do coletivo. Vale ressaltar a máxima de que “quando não há palco não há bullying”.

Do ponto de vista das relações entre adolescentes no CEP, compreende-se que o suposto agressor sente necessidade de respaldo, palco e legitimação quando expõe um colega numa condição de inferioridade, submetendo-o à agressão de natureza verbal, física e psicológica. Isso ocorre por apelidos vexatórios, necessidade de desconstrução quanto às

características físicas, hábitos, sexualidade, colocando o colega numa condição difícil de se defender.

Ao fim e cabo cabe perguntar: O que leva o adolescente a subjugar o colega a este ponto?

Em primeira instância faz-se necessária uma compreensão pedagógica baseada na psicologia histórico-cultural. A isso cabe destacar que a necessidade de autoafirmação, por parte do adolescente, responde historicamente às questões de natureza cultural e emocional.

Em relação a isso, Wallon (1975b, p. 92) afirma que a personalidade na adolescência se forma a partir de uma sucessão de incorporação e expulsão do outro, portanto “a sua evolução não é uniforme, mas é feita de oposições e de identificações, é dialética”. O adolescente cultiva um sentimento de estranheza e de ambivalência sobre si e sobre o outro; forças centrípetas e centrífugas agem direcionando-o para dentro e para fora, sente insatisfação consigo mesmo e com o meio, culminando em questionamento de valores, de comportamentos, de padrões e de qualquer outro que possa representar padrões de comportamento que querem se opor.

Adolescentes são carentes de vínculos; se eles estão carentes de si, se percebendo na negação do outro, parecem prescindir, mas, por contradição, carecem do outro, buscam referências, formulações, filosofias e argumentos.

Em outros termos adolescentes são invariavelmente carentes de atenção e de afeto e a forma como eles reagem a isso denota a resposta cultural, social, familiar, histórica, pedagógica e emocional. Quanto mais insegurança e mais vulnerabilidade, mais a necessidade de ocupar a situação do agressor, auto afirmando-se no outro.

Por vezes, a prática de bullying, responde a essa necessidade de validação no e do coletivo.

Cabe refletir como a escola dimensiona essa resposta?

Em primeiro lugar dando nomes às situações que podem vir a ser caracterizadas como violência sem colocar o adolescente / educando na condição de “agressor” e concebendo que a escola é um espaço intrinsecamente pedagógico, por onde se ensina e se educa num espaço de punição. A mediação, antes de buscar culpabilização e punição, deve ser concebida no âmbito da escola como um espaço formativo. Neste sentido, cabe explicar aos jovens a natureza desta prática e compreender o papel do coletivo na (não) legitimação desta ação.

Os pais devem ser chamados no sentido de inteirarem-se da situação, entenderem o movimento interno de reação que pode se configurar como autoafirmação, agressão e subestimação do colega.

Cada família deve ser mediada e atendida em separado, haja vista que a natureza das respostas aos sentimentos internos e aos aspectos culturais são diferentes entre os jovens que se colocam numa condição de agressão e os que se sentiram agredidos.

Em caso da situação de bullying for além da violência verbal ou emocional, efetivando-se em violência física, os caminhos legais devem ser acionados ao que consta na Lei 14811/2024 e, então, recorre-se à patrulha escolar comunitária com ciência dos pais de todos os envolvidos.

Sobretudo para além das questões legais previstas, vale trabalhar insistentemente, por parte da equipe pedagógica, e do corpo docente (no PTD) a prevenção do Bullying levando à consciência dos jovens de que quando uma educação é verdadeiramente libertadora devemos de ir além para a relação opressor e oprimido como indica Freire, humanizando as relações de forma justa, igualitária, consciente, intencional, ensinando o acolhimento, sororidade, alteridade, empatia, solidariedade, inclusão e humanização.

2.6. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes serem atendidos em seus interesses e necessidades, onde é indispensável confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las.

Numa sociedade plural e democrática, a inclusão escolar representa um amadurecimento da política educacional. Ela traz a diversidade humana social para dentro do espaço escolar, tornando-o mais democrático, humanizado e representativo dos diferentes segmentos que compõem o heterogêneo social, comprometido com os interesses e necessidades de todos os estudantes. Tem como objetivo aceitar toda e qualquer diferença no contexto escolar e possibilitar a todos o acesso ao conhecimento.

Visto que as políticas educacionais brasileiras apontam nessa direção e novas proposições surgem para o contexto educacional a fim de entender como realizar mudanças significativas no cotidiano escolar, a ideia de escola de qualidade para todos tem se ampliado. A educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

É fundamental que haja uma reflexão conceitual sobre que seja inclusão, a quem

se destina e onde ela deve ocorrer e que as concepções que norteiam as ações na definição e condução das políticas educacionais estejam claras, considerando a exclusão de diferentes grupos marginalizados, problematizando a questão de que a inclusão não se refere a um único grupo no espaço escolar: o das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, Carvalho (2014, p.26) explicita que “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos”.

O Colégio Estadual do Paraná, a partir dos argumentos já explicitados, concebe que a função social da escola pública é sim socializar os conhecimentos e saberes produzidos e construídos na história da humanidade, mas sobretudo, concebe que esta história é construída por mulheres, homens, trabalhadores, profissionais da educação, estudantes em suas diferentes identidades de gênero, de credo, etárias, de etnia e cor. Nós construímos a cada dia esta história e essa escola. Entende-se que a concepção de inclusão passa pelos sujeitos que se constituem como seus protagonistas.

O Colégio Estadual do Paraná tem o compromisso com o conhecimento a ser ensinado e não pode fechar os olhos para as formas de reprodução de estereótipos e visões preconceituosas.

O Colégio recebe uma grande variedade de sujeitos com suas particularidades psicossociais, culturais, políticas e econômicas. Reconhecê-los e conhecer as consequências da diversidade sociocultural com a qual se convive, é prerrogativa da prática pedagógica no Colégio Estadual do Paraná. É através disso que a grande complexidade dos sujeitos na escola pode começar a ser compreendida e, ao mesmo tempo, respondida em suas necessidades e particularidades.

O argumento central que dá fundamento à educação inclusiva deste PPP é o de que a escola se propõe a uma prática pedagógica que concebe a emancipação humana e o direito à diversidade na perspectiva da formação humana integral.

O desafio aqui é lidar com “estudantes reais” e não “ideais”, tomando as diferenças observadas como formas de potencializar o processo de ensino aprendizagem e não como uma forma velada de reiterar desigualdades sociais.

Uma escola inclusiva assegura o acesso, a aceitação das diferenças, estimula a relação de ajuda e busca a realização educacional de todos os seus estudantes. As salas de aula se tornam provedoras com todos os estudantes juntos, a comunidade também torna-se inclusiva, pois o valor social da igualdade é reforçado institucionalmente. Apesar das diferenças, todos temos direitos iguais e, assim, as experiências educacionais, bem como, serviços afins devem ser providenciados pelo sistema de ensino. A prática

pedagógica e a gestão escolar devem priorizar a inclusão educacional, voltando-se para o estudante, na sua perspectiva de totalidade e formação integral, ou seja, o estudante precisa ser visto na dimensão acadêmica e também na sua dimensão social e emocional.

É preciso, portanto, muito mais do que uma flexibilização curricular para promover a inclusão. O estudante precisa ser inserido e respeitado na sua individualidade.

É fundamental reforçar na escola o senso de pertencimento de todos na comunidade escolar, valorizando-se a individualidade e a responsabilidade social.

A Educação Especial inserida no processo de inclusão se caracteriza como modalidade de ensino que apresenta um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para dar apoio suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais (MAZZOTTA, 1996).

Atualmente, discute-se muito sobre educação inclusiva, buscando romper com o modelo educacional de integração do estudante com deficiência. Embora a escola inclusiva deva dar respostas a todos os estudantes buscando atender suas mais variadas diferenças, temos no Brasil a definição de quem são os estudantes do público-alvo da educação especial, o qual por razões específicas pode requerer estruturas e recursos diferenciados e por isso têm direito ao atendimento educacional especializado: estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

No Paraná, com a Deliberação nº 02/2016 - CEE/PR, a definição torna-se mais abrangente, incluindo estudantes com transtornos funcionais específicos como disgrafia, disortografia, dislexia, discalculia ou transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, entre outros. Deverá ser assegurado Atendimento Educacional Especializado àqueles que apresentem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, zelando pela qualidade de ensino e da aprendizagem, levando em consideração não somente a deficiência, mas suas potencialidades.

Nas salas de aula há estudantes, que embora estejam agrupados a partir de algumas características comuns, como a faixa etária, aprendem de maneiras diferentes. Essas diferenças trazem oportunidades para a educação tornar-se cada vez mais inclusiva, onde as condições e capacidades individuais, assim como a organização institucional para incluir, poderão renovar as práticas pedagógicas e administrativas na escola.

É importante enfatizar que Educação Inclusiva não consiste apenas na matrícula do estudante com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de

convivência para desenvolver sua 'socialização'. Para que a inclusão escolar seja significativa é preciso proporcionar o ingresso e permanência do estudante na escola com aproveitamento acadêmico, considerando esse estudante em todas as suas dimensões, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem com a oferta de condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se fizerem necessárias, como também, a partir de uma cultura organizacional que promova efetivamente a educação inclusiva.

Faz-se necessário destacar, também, que, para a escola ultrapassar os obstáculos que hoje se colocam na sua dinâmica para a efetivação da inclusão, é imprescindível contemplar a reflexão sobre as formas de dar aulas (incluindo as adaptações, enriquecimento curricular e as adequações prediais) e, principalmente, a organização cotidiana, na qual as metodologias, os recursos e as estratégias sejam reinventadas.

2.6.1. O Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Decreto nº 7.611/2011 que dispõe sobre a Educação Especial, cita que o **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** é dever do Estado, bem como garantir todos os níveis de escolaridade, de forma não discriminatória, com embasamento da igualdade de oportunidade e garantir um sistema educativo inclusivo.

As **adaptações** devem acontecer no planejamento, nas atividades e nas formas de avaliar, ou seja, adaptações em todo o currículo ou em alguns aspectos dele, pensar exclusivamente na acomodação dos estudantes com necessidades educacionais especiais - NEE. Entende-se que as adaptações curriculares constituem estratégia de planejamento e de atuação docente e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada estudante. Fundamenta-se em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que é, ao que o estudante deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos saiam beneficiados.

A **flexibilização** implica na busca pela coesão da Base Nacional Comum Curricular do Currículo Priorizado, do Currículo da Rede Estadual Paranaense, com a realidade do estudante, suas características sociais, culturais e individuais, e na incorporação dos diferentes modos de aprender e as múltiplas inteligências.

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. Constituem o público-alvo:

- **Estudantes com deficiência:** aqueles que têm impedimentos de longo prazo de

natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

- **Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento:** aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição estudantes com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- **Estudantes com altas habilidades/superdotação:** aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

2.6.2. Os Serviços de Apoio Especializados

Os Serviços de Apoio Especializados tem como principal foco eliminar barreiras que de alguma forma obstruam o processo de escolarização de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Isso inclui as pessoas com **Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação**. São compreendidos como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado para complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Os serviços são: Salas de Recursos Multifuncionais, Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE), Professor de Apoio a Comunicação Alternativa (PAC), Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS), profissional de apoio educacional.

Sala de Recursos Multifuncional é um serviço da Educação Especial, de caráter complementar ou suplementar, voltado para a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerando as suas necessidades específicas de forma a promover acesso, participação e interação nas atividades escolares. Ele perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sem substituí-los, garantindo o direito de todas as crianças e jovens a educação escolar

comum. Tem como objetivo apoiar o sistema de ensino, com vistas a complementar a escolarização de estudantes com deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados no colégio. O horário de atendimento ao estudante, na Sala de Recursos Multifuncional na Educação Básica ocorre em período contrário ao que este está matriculado e frequentando a classe comum.

O atendimento educacional especializado deve ser realizado por cronograma, podendo ser **individual ou em grupos**, de forma a oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos estudantes, consoante a área específica, favorecendo seu acesso ao conhecimento. O trabalho pedagógico realizado na sala de recursos multifuncional não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos programáticos da sala comum.

O **Professor de Apoio Educacional Especializado - PAEE** é um profissional com habilitação comprovada para atuar na instituição, para atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, com comprovada necessidade relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização.

O **Professor de Apoio à Comunicação Alternativa- PAC** é um profissional especializado, que atua no contexto da sala de aula, onde o apoio se fundamenta na mediação da comunicação entre o estudante, grupo social e o processo de ensino e aprendizagem, cujas formas de linguagem oral e escrita se diferenciam do convencional.

O **Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH** tem por objetivo o atendimento educacional aos estudantes que se encontram impossibilitados de frequentar a escola, em virtude de situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, permitindo-lhes a continuidade do processo de escolarização, a inserção ou a reinserção em seu ambiente escolar. O SAREH atende estudantes que se encontram afastados temporariamente da sala de aula para tratamento de saúde com atendimento médico hospitalar, na condição de internamento hospitalar e/ou em domicílio.

2.6.3. A Abordagem Inclusiva e a Atenção Psicossocial

O Colégio Estadual do Paraná recebe atualmente uma grande variedade de sujeitos e suas particularidades psicossociais, culturais, políticas e econômicas. É o maior colégio do Estado e a que inclui efetivamente inúmeros jovens em todas suas formas de

diversidade.

É um colégio que não se propõe a reproduzir padrões, mas minimamente e com esforço coletivo com as representações estudantis (GECEP), procura identificar as formas de manifestações e produzir o conhecimento nesse movimento concreto sobre o real.

Nesta perspectiva, o projeto do Colégio Estadual do Paraná traz uma nova concepção que não somente encaminha e inclui os adolescentes que apresentam transtornos psíquicos como também apresenta uma abordagem preventiva e emancipadora sobre a concepção da atenção psicossocial, baseada na definição da Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde que reafirma enfaticamente a saúde como estado de completo bem estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade. Saúde é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor da saúde (FERREIRA, p. 08, 2015).

É importante destacar que, à luz do projeto de escola que se concebe, o processo inclusivo na medida em que o estudante é entendido como sujeito que, em suas idiossincrasias, participa do processo de produção do saber, mediado pela socialização do conhecimento e pelo reconhecimento de tais diferenças com respeito à singularidade do gênero humano.

Neste sentido, a fim de caracterizar o conceito de educação inclusiva com o qual o projeto define, é importante frisar que a inclusão não se limita ao conceito clássico de “educação especial”, que se volta para estudantes com noção de transtornos globais de aprendizagem num sentido estritamente biomédico.

Vale ainda ressaltar que o colégio a partir de 2019 passou a incluir efetivamente estudantes com transtornos globais do desenvolvimento; aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo, lunos com altas habilidades/ superdotação, além de deficiências físicas e mentais.

Pretende-se, em contrapartida, à abordagem restrita de educação inclusiva assumir um ponto de vista conceitual que conceba o processo de inclusão como uma prática abrangente da complexidade social existente. Ao passo que um estudante portador de uma disfunção cognitiva, por exemplo, demonstrará particularidades no seu processo de aprendizagem, também haverá particularidades para os sujeitos que

vivenciam uma situação econômica diversa. Não se concebe uma distinção no nível fenomenológico entre questões neuropsicológicas e assimetrias sociais, que sugira considerar um grupo em detrimento de outro. Neste sentido, faz-se coro à seguinte conceituação:

É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existente que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos [...] o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (PARANÁ, 2005).

O Colégio Estadual do Paraná expressa todas as manifestações da diversidade social e cultural, exatamente por estar situado no centro da cidade de Curitiba e não constituir uma comunidade escolar própria. Jovens de vários países (intercambistas), regiões da cidade, de manifestações culturais e categorias sociais reúnem-se diariamente num lugar que, para eles, é mais que um colégio: expressa a unidade na diversidade.

Exatamente pelo fato de aproximar o uno no diverso que o projeto político pedagógico do Colégio Estadual do Paraná expressa a tentativa de uma unidade de concepções que, embora não seja única, em linhas gerais, concebe a função social da escola pública numa perspectiva crítica.

Sem rótulos ou etiquetas, busca-se explicitar os principais fundamentos sobre o caráter formativo da educação pública voltada para produção e sistematização do conhecimento histórico, cultural, político, econômico, artístico e filosófico de modo a permitir a reflexão, a racionalidade, a emancipação e autonomia intelectual, bem como o desenvolvimento da capacidade de pensar sobre, com e no conhecimento, para então pensar sobre o mundo e a realidade que o cerca.

Nesse sentido, o projeto pedagógico do CEP, dentro de suas possíveis contradições internas, vislumbra, de forma especial, uma educação sobretudo, para as práticas inclusivas, para a emancipação e humanização.

Tratam-se mais de cinco mil pessoas que transitam no colégio diariamente: meninos e meninas, professores e professoras, funcionários e funcionárias que, em suas idiossincrasias, estabelecem relações mais ou menos saudáveis dentro das contradições inerentes a um sistema que produz as condições insuficientes para uma possível saúde mental.

Outrossim, se de um lado a concepção inclusiva no CEP se expressa na perspectiva da inclusão social situada concretamente na unidade na diversidade, de outro modo esta abordagem abre para uma necessidade maior de aprofundar o

entendimento sobre a atenção psico-social.

Não se refuta a abordagem da “saúde mental” concebendo segundo Steven Pinker (1998) que “A mente é o que a mente faz [...]” Essa perspectiva se aproxima da definição de saúde mental da Organização Mundial da Saúde : [...] a capacidade de se alcançar e manter um funcionamento psicossocial e um estado de bem estar em níveis ótimos. No entanto, com o objetivo de - não apenas incluir mas, em alguma medida, dentro das condições concretas de uma escola pública que depende de políticas públicas, atender às necessidades dos jovens estudantes e dos profissionais da saúde. Nesse sentido, optamos pela abordagem da “atenção psicossocial”.

A atenção psicossocial auxilia o jovem a perceber, compreender e interpretar o mundo que está a sua volta, a fim de que adaptações ou modificações sejam feitas em caso de necessidades. Essa perspectiva aborda a mente a partir da sua capacidade para lidar com as situações de estresse do ambiente. Etimologicamente, o termo “mente” vem do latim *mentem*, que significa pensar, conhecer e entender; significa também medir, no sentido de que alguém que pensa mede e pondera as ideias. “Mente” também é um conceito bastante utilizado para descrever as funções superiores do cérebro humano, particularmente aquelas funções que tornam os seres humanos conscientes, como a interpretação, os desejos, o temperamento, a imaginação, a linguagem, os sentidos, vinculadas ao pensamento, à razão, à memória, à intuição e à inteligência. Por isso, o termo também descreve a personalidade e costuma designar capacidades humanas.

Estas análises suscitam encontram convergência na concepção omnilateral de homem formulada a partir da relação educação e trabalho e na perspectiva da educação inclusiva.

A omnilateralidade conceito desenvolvido por Antônio Gramsci se expressa no PPP do CEP como a possibilidade de desenvolvimento integral do indivíduo - mente, corpo, afeto, relações sociais, saúde física e mental. É nesta perspectiva que dá vida dimensão ao sentimento de pertença dos que estudam no CEP, os quais são e devem ser concebidos em sua integralidade.

Todo este movimento de integração entre o que se pensa, se produz, se conhece, sente, se encerra na indissociabilidade entre o sentir, o fazer e o pensar, bem como a indissociação entre corpo e mente, agir e sentir. Concebe-se, nessa perspectiva, a educação integral e integrada tendo no horizonte a totalidade intelectual, física, emocional, corpórea e sensível.

Quando concebemos a inseparabilidade entre o pensar, o fazer, o cuidar, o

educar, o sentir o planejar e o executar, a teoria e a prática na formação omnilateral, ou seja, de forma pensada, transformada, recriada e recontada a partir da memória histórica do que vivemos e produzimos no interior das relações sociais e pedagógicas, concebemos todas as dimensões humanas: intelectual, emocional, física, cognitiva, social, cultural e histórica numa perspectiva inclusiva.

O argumento central que dá fundamento à educação inclusiva é o de que a escola se propõe a uma prática pedagógica que concebe a emancipação humana e o direito à diversidade na perspectiva de extrapolar a visão mecanicista de educação e conceber a formação humana de modo integral.

Se os sujeitos devem ser tomados de modo integral em suas necessidades e características; então, logicamente, toda a grande variedade de manifestações identitárias, que concretamente se aproximam na escola, devem ser tratadas igualmente e com a mesma dedicação por parte da comunidade escolar.

O desafio passa a ser conceber “estudantes reais” e não estudantes “ideais” suscita perceber as diferenças observadas como formas de potencializar o processo de ensino aprendizagem e não como uma forma velada de reiterar desigualdades e exclusão social. Em outras palavras, o que se pretende é levar a comunidade escolar a perceber e considerar os sujeitos de forma sensível, considerando que nas práticas pedagógicas todos participam do processo de produção do conhecimento. Este se faz a partir da história das diferentes culturas e etnias e dos distintos vínculos sociais que os indivíduos em aprendizado estabelecem. Isto pressupõe conceber os estudantes, professores e professoras como sujeitos e não sujeitados.

Valorizar os sujeitos e suas particularidades não implica, de forma alguma, confundir a escola com um espaço clínico ou terapêutico, nos quais se prima pela subjetivação dos processos de saúde e doença. Implica, ante à prática pedagógica, em reconhecer a existência de vários pertencimentos sociais e culturais sem que se anule as produções teóricas críticas de currículo que unicamente possibilitam situar a escola nas contradições do modo de produção que exclui ao propagar a igualdade e a inclusão social.

Quando todos forem compreendidos como agentes que interferem, influenciam e são influenciados, garantindo o respeito e valorização das identidades individuais, considerando as decisões de currículo abertas às diversas esferas do processo de ensino aprendizagem, acreditamos que será possível caminhar em direção a uma igualdade de direitos nas condições de aprendizagem.

Não se pode conceber os sujeitos na escola e da escola descolados do

próprio meio que, ao passo em criar as condições de vida, também cria as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que por sua vez, cria a doença e o remédio, cria a saúde e a loucura, professa a liberdade, mas proporciona a dependência.

Estes são os condicionantes sobre os quais se definem nossos sujeitos: meninos e meninas que diariamente procuram o suporte da equipe pedagógica com laudos que indicam a necessidade de atenção psicossocial.

Essa experiência é mediada por esses seus pertencimentos diferenciados com relação à sociedade e é importante conferir atenção a tais sujeitos, na medida mesma em que as situações concretas e a evidenciada herança do isolamento social e todos os sofrimentos derivados da pandemia do Covid 19, acentuou a cada estudante e a cada um de nós os casos de sofrimento psíquico.

Em tempo, a expressão “sofrimento psíquico” é aqui utilizada para referenciar os sujeitos que se deparam com a experiência da chamada depressão, transtornos de identidade, ansiedade e de personalidade, entre outros. . A expressão pretende suplantar a utilização preconceituosa do termo “doença mental” historicamente construído e que inadvertidamente é utilizado com frequência pelos membros da comunidade escolar.

A abordagem dada à Saúde Mental no CEP passa a ser aqui entendida como atenção psicossocial na medida em que evidencia a inclusão efetiva ao buscar suporte teórico, palestras para famílias, estudantes, atendimentos individualizados, dinâmicas em sala de aula e encaminhamentos à rede de proteção para atendimento no CAPES.

A partir de 2024 esta mediação passou a ser realizada pelo PROCEP, segmento pedagógico vinculado à Divisão Educacional que se propõe a dar suporte com ações pontuais e específicas para a equipe pedagógica.

2.7. CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Tendo em vista que o ato de educar não é espontâneo, nem neutro, ele não dispensa a figura do mediador nesse processo. Sendo assim, quando se pensa na produção do conhecimento, a partir da educação escolar, é preciso conceber a forma como se constitui a relação entre ensinar e aprender.

É nessa perspectiva que concebemos, aqui, a abordagem Histórico-Cultural, a qual expressa as contribuições da Psicologia Social, especialmente de Vygotsky. Os estudos da psicologia social preconizam o papel da mediação, tomando como referência a

intencionalidade do ato educativo e a interação entre o sujeito que ensina, o que aprende e o objeto do conhecimento.

A mediação de um conhecimento de maneira intencional, planejada e sistematizada condiciona o desenvolvimento humano, seja conceitualmente, cognitivamente e coletivamente.

Há sempre um mediador e outro entre o sujeito que aprende e o objeto do conhecimento. Este mediador pode ser a tecnologia, a linguagem, os livros, as instituições, mas, para Vygotsky, há um importante papel nos sujeitos entre si como mediadores da aprendizagem. Isto reforça a importância do processo de socialização dos sujeitos entre eles mesmos, os quais produzem conhecimentos no conjunto das relações humanas.

Vygotsky, ao analisar a ação do homem sobre a natureza, destaca o movimento feito por ele no ato de sobreviver e, dessa forma, no ato de socialização. Nessa ação, o ser humano desenvolve instrumentos, pensa, planeja, socializa-se, comunica-se e, logo, produz linguagem, signos e conhecimentos. É nesse sentido que ele desenvolve suas funções psíquicas, as quais não prescindem do papel do mediador ou dos mediadores. Vale destacar que o mediador primeiro da condição humana são os signos linguísticos, os instrumentos de trabalho e os conceitos definidores da ação.

A linguagem é um dos fatores essenciais para que a mediação aconteça. Por meio dela, pela abstração, pela generalização e pela memória ocorre o processo de internalização de conceitos. Em qualquer forma de mediação do conhecimento, a informação recebida pelo sujeito precisa percorrer um caminho para seu processamento e elaboração de novos conceitos, a fim de fornecer uma resposta ao ambiente.

Portanto, o processo de construção de conhecimentos, produção de conceitos, desenvolvimento da linguagem e desenvolvimento das funções mentais - necessárias para desenvolvimento da cognição não se dá isoladamente - ele é mediado - ele é socializado. Toda produção do conhecimento, portanto, pressupõe apropriação de conceitos que adquiram uma função histórica dada nas relações de trabalho e produção da cultura.

Sendo assim, ao fundamentar a mediação do conhecimento como condição para o ato de educar, Vygotsky (1991) define o papel do mediador na transmissão de toda a herança cultural produzida pelo homem em sua história, ou seja, na transmissão do conhecimento como “patrimônio cultural humano”.

Concebe-se que o processo de ensino aprendizagem é mediado e não espontâneo. Ter um planejamento pré determinado e pré elaborado não é

conservadorismo, mas cumprir a intencionalidade do conhecimento planejada pelo professor em função de um projeto social, uma visão de mundo de educação e de currículo. Todo conteúdo tem que ser planejado. Isto posto, o processo de ensino–aprendizagem deve ser crítico e orientado para a construção da autonomia intelectual.

Este movimento deve ser planejado e sistematizado no Plano de Trabalho Docente (PTD), no Projeto Político Pedagógico (PPP) e na Proposta Pedagógica Curricular (PPC).

Nesse sentido, o plano de trabalho docente, é essencial para definição dos objetivos, bem como norteia o que e como ensinar e aprender e todo o trabalho pedagógico.

O PTD permite: o acompanhamento dos objetivos definidos pela disciplina e pelo projeto escolar, a sondagem do conhecimento tácito ou elaborado, ou seja, o diagnóstico do Ponto de partida - conhecimento do estudante, respeitando-o, tornar concreta a intencionalidade do professor, definir o Caminho por onde seguir e trocar informações e experiências.

O PTD é o reflexo da concepção de educação.

2.8. ENSINO HÍBRIDO E ENSINO REMOTO

O **ensino híbrido**, ou *blended learning*, é uma das maiores tendências da Educação do século XXI, que promove uma mistura entre o ensino presencial e propostas de ensino on-line – ou seja, integrando a Educação à tecnologia, que já permeia tantos aspectos da vida do estudante.

Os autores Michael Horn e Heather Staker (2015) conceituam o ensino híbrido como um programa de educação formal, no qual o estudante aprende em parte por meio on-line – com alguma autonomia do estudante sobre o tempo, lugar, percurso e/ou ritmo da aprendizagem – e em parte em um espaço físico longe de casa.

Já o **ensino remoto** é todo conteúdo que é produzido e disponibilizado *on-line*, que é acompanhado em tempo real pelo professor que leciona aquela disciplina, sempre seguindo cronogramas adaptáveis do ensino tradicional. Entende-se que as aulas remotas são uma medida emergencial, caso as atividades presenciais precisem ser suspensas. Essa estratégia é utilizada para minimizar atrasos no progresso escolar dos estudantes.

As modalidades de aprendizagem presencial e a distância adotadas na trajetória do estudante, prosseguem Horn e Staker, são conectadas para fornecer uma experiência de

aprendizagem integrada, o que pode incluir o uso de dados da aprendizagem on-line para informar e orientar a aprendizagem *off-line*.

Além disso, o ensino híbrido pode ser estruturado via atividades síncronas, nas quais o professor e os estudantes trabalham juntos em um horário predefinido de maneira on-line ou presencial, ou assíncronas, quando o estudante pode estudar em seu próprio tempo e velocidade, sem necessidade de estar com a turma ou o educador. O ensino híbrido busca unir os aspectos positivos das duas metodologias, a fim de oferecer melhores condições de aprendizagem para os estudantes.

O ensino híbrido busca valorizar o protagonismo dos estudantes, oferecendo autonomia e desenvolvendo o aprendizado colaborativo entre os estudantes. Para que o ensino híbrido seja assertivo na aprendizagem, é necessário elaborar um plano de ensino que contemple, de forma unificada, todas as atividades que serão realizadas. Nesse sentido, entende-se a necessidade de acompanhamento e orientação aos estudantes, a fim de atingir os objetivos de aprendizagem previamente definidos.

Poderão ser utilizados como recursos pedagógicos e tecnológicos durante o sistema híbrido atividades escolares não presenciais realizadas por meio de orientações impressas (leituras de textos e livros, entre outros), estudos dirigidos (preparação para seminários, confecção de murais, grupos de estudos, entre outros), quizzes, plataformas virtuais, correio eletrônico, redes sociais, chats, fóruns, diário eletrônico, videoaulas, audiochamadas, videochamadas, podcasts e outras assemelhadas.

De acordo com Horn e Staker, existem três modalidades de ensino e de aprendizagem que se integram para a formação da educação híbrida. Cada uma delas tem as suas particularidades e devem ser usadas de acordo as necessidades previstas:

- **on-school:** trata-se dos momentos de interação presenciais que ocorrem dentro do ambiente escolar, também chamada de *offline*;
- **on-line:** está relacionada ao uso de tecnologias para o desenvolvimento de atividades que ocorre de forma síncrona entre estudantes e escola;
- **on-time:** são as atividades desenvolvidas pelos estudantes por meio da tecnologia, mas fora do ambiente escolar e de forma assíncrona.

Ressalta-se também que devido a situação de pandemia (COVID19) em 2020 – 2024 foram definidas legislações e orientações pertinentes, e a Secretaria de Estado da Educação instituiu as aulas on-line (ensino remoto), usando como ferramenta a Plataforma Google Classroom. Incluiu-se, como encaminhamento metodológico, o uso dessa plataforma para postagem de orientações didáticas, conteúdos, atividades e avaliações. As aulas foram organizadas em formato de tópicos, compartilhando

documentos, áudios, vídeos, links, entre outros. No formato híbrido o meio de comunicação e informação foram aulas (Google Meet e Classroom) e o e-mail institucional (@escola).

Os profissionais desenvolveram o conhecimento e a prática das novas formas de implementar o processo de ensino aprendizagem por meio de formações em serviço. Inúmeros desafios surgiram, exigindo ações, reflexões, idas e vindas, com intuito de alcançar os objetivos de ensino aprendizagem que foram traçados.

Houve divulgação e incentivo para a participação dos profissionais nos Grupos de estudos, como Formadores em Ação, webinars no Canal do Professor, entre outros.

Esse entendimento de ensino híbrido possibilitou pensar a estrutura de Itinerário Formativo a partir de 2025.

2.9. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação escolar é processo e não instrumento. Nesse sentido, não deve se consolidar nos instrumentos utilizados pontualmente para aferir valor.

O processo de avaliação ocorre em todo o momento, por meio dos instrumentos como forma de diagnosticar as dificuldades e possibilidades de rendimento, visando intervenções necessárias para que a aprendizagem ocorra. O princípio que sustenta este processo é o de possibilitar a todo custo que a aprendizagem ocorra, levando em conta seus fatores condicionantes.

Não é facultativo ao estudante querer ou não aprender. A educação é direito subjetivo e inalienável e deve se expressar na garantia da aprendizagem dos conteúdos de ensino e no desenvolvimento das capacidades superiores necessárias para desenvolver a cognição e, com efeito, a aprendizagem.

A aprendizagem dos conteúdos é, portanto, anterior ao desenvolvimento cognitivo. Parte-se do pressuposto de que, quanto mais se promovem situações para aprender, mais capacidades cognitivas os estudantes desenvolvem neste processo, onde, de forma sistematizada, ele se apropria e produz conhecimento.

O ato de educar, portanto, não é espontâneo, é intencional, planejado e mediado. Por ser intencional, todo ato de educar é em si um ato político. Como tal, os instrumentos metodológicos devem ser devidamente planejados, registrados e mensurados.

Isso significa que deve haver uma relação indissociável entre a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de Trabalho Docente, os registros de avaliação e

reavaliação, bem como os critérios avaliativos planejados *a priori*.

Como prática formalmente organizada e sistematizada, a avaliação no contexto escolar realiza-se segundo objetivos escolares implícitos ou explícitos, que, por sua vez, refletem valores e normas sociais. Segundo Villas-Boas (1998, p. 21), as práticas avaliativas podem, pois, servir à manutenção ou à transformação social. Ainda para a referida autora, a avaliação escolar não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico; ela o inicia, permeia todo o processo e o conclui. Nesse sentido, todo o trabalho pedagógico e o rendimento deve ser imediatamente registrado durante todo o processo e todo período letivo.

No entanto, em qualquer nível de ensino em que ocorra, a avaliação não existe e não opera por si mesma; está sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico, ou seja, é determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino, como afirma Caldeira (2000):

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica (p. 122).

Luckesi (2003) aponta que:

O ato de avaliar importa coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto.

O valor ou qualidade atribuídos ao objeto conduzem a uma tomada de posição a seu favor ou contra ele. E, o posicionamento a favor ou contra o objeto, ato ou curso de ação, a partir do valor ou qualidade atribuídos, conduz a uma decisão nova, a uma ação nova: manter o objeto como está ou atuar sobre ele. Um desses valores é a nota.

A nota deve ser a expressão do aproveitamento escolar do estudante e do trabalho docente. Neste sentido, nota não é instrumento de controle. Ela é o balizador da aprendizagem, a qual deve ser constantemente mediada pela ação docente. Nota não é *locus* de poder, deve ser socializada o tempo todo, concebendo o estudante como sujeito do processo.

Este processo devidamente mediado, organizadamente registrado e legalizado subsidia, fundamenta e sustenta a ação docente. Até porque outro aspecto importante da avaliação é de diagnóstico na esfera do ensino, do trabalho docente, dos instrumentos e do próprio Plano de Trabalho Docente.

Avaliação contínua e cumulativa implica em definir critérios de avaliação a partir dos instrumentos de verificação da aprendizagem, de forma a incorporar os critérios anteriores em cada instrumento.

Destaca-se que a nota é produzida em função dos critérios definidos a partir dos conteúdos da disciplina. Os instrumentos são apenas meios para verificação dos critérios avaliativos. Os critérios avaliativos, além de expressar os conteúdos da disciplina, incidem de forma relevante na atividade crítica, capacidade de síntese e elaboração pessoal, em detrimento a memorização.

Entende-se, ainda que, a recuperação de estudos não é o instrumento. Recuperação é a retomada do conteúdo necessária após correção dos instrumentos avaliativos. O professor diagnostica os critérios não atingidos, retoma o conteúdo em sala, explica o não entendido e em seguida aplica outro instrumento de reavaliação.

A reavaliação não pressupõe necessariamente prova em seu significado mais empírico. O professor tem autonomia de planejar este instrumento desde que ele oportunize que o conhecimento apropriado seja então sistematizado em outro instrumento avaliativo que expresse o rendimento do estudante. Esse processo, portanto, se caracteriza por avaliações, retomada e reavaliação.

Ainda de acordo com o Referencial Curricular do Paraná (2019) todo estudante deve ter garantido o direito de ser avaliado, indicando suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização da forma de estudo para avanços no processo de aprendizagem. Para o professor, avaliação subsidia com elementos para uma reflexão sobre a sua prática e o encaminhamento do trabalho com metodologias diferenciadas. Para a escola, constitui-se num diagnóstico para repensar a organização do trabalho pedagógico, assegurando o desenvolvimento integral dos estudantes, vislumbrando uma educação com qualidade social e aprendizagem significativa.

2.10. PILARES DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos defendidos, reafirmamos o compromisso com:

- Estado Democrático de Direito;
- Trabalho Como Princípio Educativo;
- Enfrentamento a Todas as Formas de Exclusão e Preconceito;
- Acolhimento e Respeito Humanos;
- Currículo Disciplinar e Interdisciplinar.

Os direitos e objetivos de aprendizagem afirmam o compromisso com o princípio legal da educação com qualidade, igualdade e equidade. Entende-se igualdade como o direito igualitário de acesso, permanência e êxito escolar, e equidade como o princípio de superação da exclusão e da desigualdade no âmbito escolar, pressupondo compreender as diferenças de necessidades dos estudantes, na busca da qualidade da aprendizagem.

O Referencial Curricular do Paraná (2019) propõe o desenvolvimento integral dos estudantes, dando condições de acesso aos conhecimentos historicamente construídos por meio de diferentes linguagens para agir com determinação, respeitando os princípios éticos, democráticos, inclusivos, estéticos e políticos.

Portanto, a educação não só organiza os conhecimentos construídos historicamente, como também, deve promover práticas democráticas que constituem valores básicos e fundamentais à cidadania.

Entende-se como função da escola a garantia dos direitos de aprendizagem sobre a diversidade cultural, sócio-ambiental, étnico, geracional, territorial, sexual e de identidades de gênero possibilitando aos estudantes compreender a constituição e a dinâmica da sociedade brasileira para exercer a sua cidadania

Concebemos ainda que o tempo e o espaço escolar são elementos mediadores do processo ensino-aprendizagem que colaboram para o desenvolvimento cognitivo, social, ético, moral, biológico, cultural e pessoal, viabilizando diferentes formas de aprendizagem dos estudantes, garantindo a sistematização do conhecimento, como concebido neste projeto Político Pedagógico, de fato se materialize no processo de ensino aprendizagem.

2.11. CONCEPÇÃO E OBJETIVO DA OFERTA DE ESTÁGIOS

A Lei no 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, estabelece que o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando. A Deliberação no 02/2009 do CEE/PR estabelece que: “Art. 1º – Estágio é o ato educativo escolar orientado e supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino profissional, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.” Prevê, também, que “Art. 2º – O estágio de natureza obrigatória ou não, concebido como procedimento didático-pedagógico e como Ato Educativo intencional, é

atividade curricular de competência do estabelecimento de ensino e será planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos para a formação profissional dos estudantes e/ou outro objetivo previsto no Projeto Político Pedagógico e, descrito no Plano de Estágio.”

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná, manifestou-se sobre a matéria em 2010 com a publicação da Instrução no 028/2010 – SUED/SEED, que orienta os procedimentos do Estágio dos estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos.

O Colégio Estadual do Paraná concebe o trabalho como princípio educativo não de caráter puramente técnico, mas como uma formação profissional e humana, entendendo que cabe à educação escolar pública possibilitar a aquisição dos conhecimentos históricos, sociais, universais, necessários para não somente qualificar-se para o mundo do trabalho, mas para o exercício da cidadania de forma consciente, possibilitando aos estudantes a produção de conhecimentos integrados ao mundo do trabalho.

Desse modo, o Colégio Estadual do Paraná possui um Setor de Estágio que, em consonância com a Divisão Educacional, oferta e acompanha o estágio obrigatório, e orienta e supervisiona o estágio não-obrigatório, ambos de caráter educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação dos estudantes para o mundo do trabalho.

Esse Setor é coordenado por um professor pedagogo, em cumprimento ao artigo 7º, III, da Lei nº 11.788/2008 e Instrução nº 028/2010 – SUED/SEED, que se caracteriza como professor-orientador dos estágios não obrigatórios dos estudantes do Ensino Médio Regular, acompanhando, supervisionando e avaliando as atividades dos estagiários. O professor pedagogo é responsável também pelo acompanhamento e orientação dos estágios obrigatórios junto aos supervisores e coordenadores de estágio obrigatório dos cursos da Educação Profissional nas formas Integrada e Subsequente assim como, lhe compete também o acompanhamento dos estágios não obrigatórios dos cursos da Educação Profissional junto aos coordenadores de curso.

Apenas estudantes matriculados, com sua frequência e rendimento regular, têm autorização da Instituição de Ensino para realizar a prática de estágio não obrigatório, sendo acompanhados durante o período de realização deste e orientados em casos de divergências.

Todas as atividades de estágio desenvolvidas pelos estudantes são consideradas

como parte da sua formação e tem a carga horária acrescida à carga horária regular e obrigatória no Histórico Escolar, para cursos que preveem estágio obrigatório. Para estágios não-obrigatórios a carga horária será descrita no Histórico Escolar como atividade complementar.

Para os cursos da Educação Profissional nas formas Integrada e Subsequente os planos de estágio obrigatório e não obrigatório integram o Plano de Curso e são aprovados pelo NRE. Quanto ao estágio não obrigatório para estudantes do Ensino Médio Regular, sua previsão está amparada pela Lei nº 11.788/2008 e pela Instrução no 28/2010 – SUED/SEED, sendo previstos na Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Médio, conforme Ofício Circular no 05/ 2019 SEED/NRE.

No que se refere ao **Estágio não Obrigatório**, o Setor de Estágio observa o inteiro teor da Lei nº 11.788/2008. Quando detectar que há desvio de finalidade no exercício do Estágio identificado no Termo de Compromisso, orienta o estagiário formalmente e busca resolver o caso concreto dialogando com a Equipe Pedagógica, o Responsável Legal do Estudante, a Assessoria Jurídica e o Agente Integrador responsável pela viabilização da vaga.

O estágio não obrigatório para estudantes do Ensino Médio Regular, de caráter opcional, se dá após a verificação da matrícula e frequência regular do estudante, bem como da ciência e autorização do seu representante ou assistente legal, quando menor de 18 anos, verificando sempre a adequação da jornada estágio (carga horária), turno e atividades, de modo a não acarretar prejuízos a sua aprendizagem e sua situação escolar.

A jornada de estágio (carga horária) prevista no Termo de Compromisso deve estar em consonância com o descrito no Art. 10 da Lei nº 11.788/2008, sendo realizada em turno contrário ao que o estudante está matriculado e não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes da Educação Profissional de Nível Médio e do Ensino Médio Regular.

As atividades autorizadas para esses estudantes devem ser compatíveis com o descrito no Proposta Pedagógica Curricular e a programação curricular que, conforme Instrução nº 28/2010 (SUED/SEED, p. 22), devem possibilitar a integração social, o uso das novas tecnologias, a produção de textos, o aperfeiçoamento do domínio do cálculo, o aperfeiçoamento da oralidade, a compreensão das relações do mundo do trabalho, tais como: planejamento, organização e realizações de atividades que envolvam rotina administrativa, documentação comercial e rotinas afins.

O estágio não obrigatório para estudantes dos Cursos da Educação

Profissional na forma Integrada de nível médio, de caráter opcional, se dá após a verificação da matrícula e frequência regular do estudante, bem como da ciência e autorização do seu representante ou assistente legal, quando menor de 18 anos, verificando sempre a adequação da jornada de estágio (carga horária), turno e atividades, de modo a não acarretar prejuízos a sua aprendizagem e situação escolar.

Com relação à jornada de estágio (carga horária), a mesma deve estar em consonância com o descrito acima, conforme Art. 10 da Lei nº 11.788/2008, sendo realizada em turno contrário ao escolar. As atividades autorizadas para esses estudantes devem ser compatíveis com o Plano de Estágio que integra o Plano de Curso.

Os estágios não obrigatórios para estudantes dos Cursos da Educação Profissional na forma Subsequente ao Ensino Médio, de caráter opcional, se dão após a verificação da matrícula e frequência regular do estudante, bem como da ciência e autorização do seu representante ou assistente legal, quando menor de 18 anos, verificando sempre a adequação da jornada de estágio (carga horária), turno e atividades de modo a não acarretar prejuízos a sua aprendizagem e sua situação escolar.

Com relação à jornada de estágio (carga horária), a mesma deve estar em consonância com o descrito acima, conforme Art. 10 da Lei nº 11.788/2008, sendo realizada em turno contrário ao escolar. As atividades autorizadas para esses estudantes devem ser compatíveis com o Plano de Estágio que integra o Plano de Curso.

2.11.1. Marco Operacional

A Deliberação no 02/2009 do CEE/CP no Art. 4º explicita as atribuições da Instituição de Ensino e da Mantenedora e ressalta a elaboração dos seguintes documentos: Termo de Compromisso, Termo de Convênio e Plano de Estágio. Indicação de professor Orientador para o acompanhamento e avaliação das atividades de Estágio. Apresentação, semestral, do Relatório de Estágio.

A Instrução nº 28/2010 SUED/SEED orienta a elaboração dos seguintes documentos:

Anexo I – Roteiro para elaboração do Plano de Estágio não-obrigatório;

Anexo II – Ficha de Avaliação – parte concedente Estágio não-obrigatório;

Anexo III – Ficha de Avaliação – estudante e professor orientador Estágio não-obrigatório;

Anexo IV – Modelo de Termo de Compromisso de Estágio;

Segundo a Deliberação no 02/2009 do CEE/CP, prevê a inserção do “Art. 3o - § único (...), estágio e a carga horária realizada deverão ser registrados no histórico escolar

do aluno.”

A Instrução no 028/2010 – SUED/SEED, no Anexo V indica o responsável pelo Estágio não- obrigatório nas instituições de ensino da rede estadual o Pedagogo (quando o estudante estiver matriculado no Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Educação Especial ou nos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos).

Finalmente, a Instrução no 028/2010 – SUED/SEED no item 5 estabelece: “O estágio e a carga horária realizados deverão ser registrados no Histórico Escolar do estudante ou no Relatório de Acompanhamento, quando se tratar de estudante da Educação Especial”.

2.11.2. Organização, Acompanhamento, Avaliação da Prática do Estágio

A partir desse Marco Operacional e compreendendo o estágio como ato educativo supervisionado a ser desenvolvido no ambiente de trabalho, e com objetivo de garantir o direito do estudante e/ou seu responsável legal de optar pelo estágio não-obrigatório, seja como complementação de renda, seja como inserção no mundo do trabalho, o Colégio Estadual do Paraná mantém um setor para acompanhamento dos estágios, coordenado por um professor pedagogo (conforme Anexo V da Instrução nº 028/2010, p. 21), que assina e acompanha a prática do estágio, no Setor de Estágio/Divisão Educacional, do seguinte modo: primeiramente, ao ser procurado pelo estudante para coleta das assinaturas da Instituição de Ensino e do professor orientador de estágio, procede-se a verificação da ciência e autorização do responsável legal pelo estudante, caso o estudante seja menor de 18 anos; após, realiza-se a consulta em sistema interno, a fim de verificar o rendimento e a frequência do estudante. Caso seja início do período letivo, é verificada a situação do estudante no ano anterior, se aprovado, reprovado ou aprovado por conselho de classe, a fim de realizar a devida orientação pedagógica.

O Setor verifica se as cláusulas do Termo de Compromisso estão de acordo com a Lei nº 11.788/2008 e a Instrução nº 028/2010, e se consta neste: a carga horária, a duração do estágio, as atividades a serem desenvolvidas, o local de realização do estágio, o valor da bolsa auxílio e auxílio-transporte, nome e formação do supervisor de estágio na Parte Concedente.

Após, o Termo de Compromisso é assinado pelo representante administrativo do Colégio e pelo professor(a) orientador(a), ficando uma via do Termo com o Colégio e as demais sendo enviadas às respectivas partes. O professor orientador dos estudantes do

Ensino Médio Regular é o professor pedagogo responsável pelo Setor de Estágios. Para estágios dos Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes, o professor orientador é o coordenador do curso, que possui formação específica na área.

Neste primeiro momento, o estudante é orientado acerca da necessidade de frequência e rendimento adequados, sendo estes pré requisitos mínimos para a autorização e manutenção da prática do estágio, o registro dessa orientação é realizado por meio de documento próprio. Nos casos em que houver situações divergentes das especificadas acima, os responsáveis legais dos estudantes menores de 18 anos serão convocados para orientação. É responsabilidade do estudante e/ou responsável legal contatar o Setor a qualquer tempo, caso haja dúvidas ou divergências na prática do estágio.

2.11.3. Avaliação e Acompanhamento do Estágio

Após o início do estágio, o estudante é acompanhado pedagogicamente pelo Setor de Estágios e Divisão Educacional, com vistas de que seu estágio não prejudique sua vida escolar, complementando-a e se configurando como um itinerário formativo que possibilite o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Esse acompanhamento se dá por meio: da avaliação periódica, por intermédio do Relatório de Estágio, em duas partes (três vias), preenchido pelo estagiário e pelo seu supervisor da Parte Concedente; por meio de conversa pessoal com o estudante no dia da entrega do relatório preenchido, zelando, desse modo, pelo cumprimento do descrito no Termo de Compromisso, e orientando o estudante a procurar outro campo de estágio em caso de inconsistências.

No que se refere à garantia do direito da redução da carga horária a pelo menos metade nos períodos de avaliação, a fim de garantir a liberação do estágio para os estudos, é disponibilizado ao estudante uma declaração comunicando a empresa qual será o período de provas, visto que no CEP não há semana de provas pré estabelecida em calendário.

2.11.4. Parcerias e Órgãos Integradores

O Colégio Estadual do Paraná segue as orientações da Instrução nº 028/2010

(SUED/SEED) acerca da celebração de convênios para concessão de estágio não obrigatório e possui uma Minuta Padronizada para celebração de Convênios com Agentes Integradores a fim de viabilizar a realização de estágios não obrigatórios.

Importante esclarecer que, em acordo com o art. 5º da Lei nº 11788/2008, o CEP recorre à figura de vários Agentes de Integração, trata-se de uma oportunidade e conveniência da Instituição de Ensino, sendo facultativa a inclusão desta figura no processo de celebração do estágio não obrigatório, mas, por reconhecer seu papel no aperfeiçoamento da instituição do estágio, e este não gerar nenhum ônus para o colégio e/ou estagiário, serve-se dessa figura, que desempenha as seguintes funções:

Identificar as oportunidades de estágio;

- Ajustar e acompanhar as condições de realização do estágio junto à Parte Concedente;
- Requisitar aos estagiários o preenchimento dos Relatórios de avaliação de atividades a cada seis (6) meses;
- Fazer o acompanhamento administrativo;
- Encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com a executada pelos valores de mercado, não tendo a Instituição de Ensino nenhuma responsabilidade por qualquer eventual acidente.
- Cadastrar os estudantes;
- Desde que solicitado, o AGENTE DE INTEGRAÇÃO poderá cooperar com a INSTITUIÇÃO DE ENSINO fornecendo subsídios para a operacionalização de suas atribuições.
- Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- Proporcionar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, sempre que necessário, subsídios que possibilitem o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do Estágio;
- Garantir o pagamento da bolsa-auxílio mensal para o ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, com base no acordado em TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO;
- Assegurar a concessão ao ESTAGIÁRIO de recesso remunerado de 30 dias, preferencialmente durante suas férias escolares, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 12 meses, ou de maneira proporcional;
- Orientar a UNIDADE CONCEDENTE acerca do envio do relatório sobre a avaliação dos riscos do local de estágio.

No que se refere ao **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**, o **Setor de Estágio** e a (o) professor pedagogo responsável realizam o acompanhamento e orientação dos estágios junto aos supervisores e coordenadores de estágio dos Cursos da Educação Profissional na forma Integrada Técnico em Prótese Dentária, Técnico em Edificações e Cursos da Educação Profissional na forma Subsequente Técnico em Saúde Bucal e Técnico em Edificações.

O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo.

O estágio obrigatório é uma prática profissional supervisionada, com a carga horária determinada na Matriz Curricular, e previsão no Plano de Estágio integrante do Plano de Curso em função da natureza do itinerário formativo ou da ocupação. Dessa forma, configura-se como uma prática profissional em situação real de trabalho, mediada pela formação teórico-prática do curso, visando inserir o estudante na realidade do trabalho produtivo, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos no Plano de cada Curso e descritos no Plano de Estágio específico, de acordo com o perfil profissional exigido para a conclusão do curso.

Tem como objetivos inserir o estudante no mundo do trabalho, integrando-o com organizações profissionais ligadas à área de sua futura formação; proporcionar ao estudante integração teórico-prática, compreendendo sua formação não como mão de obra mecanizada, mas vislumbrando a formação humana do trabalhador que é capaz de refletir sobre seu papel no mundo do trabalho; possibilitar a compreensão da necessidade de formação básica sólida por meio da relação direta teoria-prática durante o período de estágio.

Os campos de estágio são selecionados com base nas possibilidades de atuação profissional, sendo firmados convênios com empresas, instituições públicas e privadas, com instrumento jurídico próprio, diretamente com o CEP ou mediado por Agentes de Integração com os quais o Colégio mantém convênio. A relação das principais empresas parceiras está descrita no Plano de Estágio de cada Curso.

Com relação à carga horária de estágio obrigatório, cada curso e período possui sua especificidade também descritas no Plano de Estágio, assim como as atividades que competem a cada área de formação.

Cabe ao Colégio, através do Setor de Estágio, divulgar as oportunidades de estágio disponibilizadas pelas concedentes; encaminhar o estudante com documento que

o identifique como estudante do Colégio Estadual do Paraná às concedentes e órgãos integradores; oficializar, legitimar, promover e encaminhar os documentos que regulamentam o Estágio Obrigatório para todos os agentes envolvidos, bem como zelar pela veracidade das informações necessárias e obtidas; celebrar Termo de Compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar.

Também tem como atribuição manter atualizado um arquivo, onde constem os dados de identificação dos estagiários, bem como documentos legitimados; convocar, sempre que necessário, reuniões com os agentes envolvidos, assim como, em articulação com a equipe pedagógica, promover reuniões pedagógicas para orientação e aprofundamento sobre o estágio como ato educativo, visando à elaboração de propostas de intervenção para aperfeiçoar o curso e o plano de estágio; dirimir problemas oriundos da relação estagiário - parte concedente inerentes ao Estágio; indicar professor coordenador e supervisor, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

Importante ressaltar que o Setor de Estágio deve, junto aos coordenadores de estágio obrigatório, constantemente buscar articular novas parcerias, firmando convênio para campo de estágio, sendo o primeiro contato feito via coordenação de estágio e, posteriormente, via Setor de Estágio do Colégio, que será responsável por firmar os Termos de Convênio junto às partes concedentes.

Compete ao Setor atuar como elemento articulador entre os estudantes, a Coordenação de Curso da Educação Profissional, a Coordenação e Supervisão de Estágio, a Divisão Educacional, a Secretaria Geral, a Direção Geral e Órgãos Públicos ou Privados que recebem estagiários, assim como participar da elaboração dos atos jurídicos para estagiários com Instituições de Ensino Estaduais, Federais e Particulares, nos termos da legislação vigente, com anuência da Direção Geral.

Compete ao Coordenador de Estágio do Curso da Educação Profissional, com formação na área do estudante, buscar e contatar parceria junto às Instituições Públicas e Privadas, visando a abertura de vagas para estágio; elaborar e definir com o Supervisor de Estágio o cronograma de distribuições de Estudantes nos campos de estágios; encaminhar os estudantes do Colégio para vagas de estágio, considerando o perfil de formação profissional solicitado; assim como cumprir com outras determinações previstas no Plano de Estágio que compõe o Plano de Curso de cada Curso Técnico,

como:

- Ser o elo integrador do Curso Técnico e a Parte Concedente, mantendo contato com o Supervisor do local de estágio do discente;
- Promover reuniões, quando necessário, procurando dinamizar e otimizar as condições de realização do estágio;
- Avaliar as instalações da Parte Concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- Informar e orientar a Parte Concedente quanto à Legislação e Normas do estágio;
- Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos, com o Supervisor de Estágio e o Setor de Estágio do Colégio;
- Coordenar com o Supervisor de estágios a avaliação dos estudantes que realizam estágio curricular obrigatório em Órgãos Públicos e/ou privados;
- Zelar e resguardar, entre os agentes envolvidos, pela integridade no cumprimento do Plano de Atividades do estagiário, conforme objetivos propostos, coordenando e acompanhando sua execução;
- Coordenar e acompanhar, em parceria com o Supervisor, a realização do estágio com vistas a garantir a assiduidade, responsabilidade, compromisso e desempenho pedagógico do estagiário;
- Coordenar e participar de reuniões de avaliação do Estágio e/ou prática profissional, emitindo conceitos de acordo com o sistema de avaliação;
- Realizar trabalho integrado com a Coordenação de Curso da Educação Profissional, o Setor de Estágio, a Divisão Educacional, a Secretaria Geral e a Direção Geral do Estabelecimento de Ensino;
- Acompanhar a implantação e desenvolvimento do Plano de Estágio inserido no Plano de Curso que se refira à Educação Profissional, atuando como elemento articulador entre os estudantes, a Coordenação de cada curso, o Supervisor de Estágio, o Setor de Estágio, a Divisão Educacional, a Secretaria Geral, a Direção Geral e Órgãos Públicos ou Privados que recebem estagiários;
- Em conjunto com os Docentes, Coordenador de Curso e Supervisor de Estágio, propor a elaboração de normas, atividades e documentação (fichas, relatórios);
- Cumprir e fazer cumprir, no seu âmbito de ação, as disposições do Regimento Escolar e da legislação de ensino em vigor;
- Comunicar ao Setor de Estágio, aos Órgãos Públicos ou Particulares, o cancelamento ou suspensão do vínculo escolar do estudante que implique na interrupção do estágio;

- Desempenhar atividades correlatas a sua função.

Compete ao Supervisor de Estágio de Curso da Educação Profissional, com formação na área do estudante, em conjunto com os Docentes, Coordenador de Curso e Coordenador de Estágio, elaborar normas, atividades e documentação (fichas, relatórios) de estágio; Elaborar e definir, com o Coordenador de Estágio, o cronograma de distribuições de Estudantes nos campos de estágios; supervisionar e acompanhar os estudantes durante o período de realização do estágio, conferindo as atividades práticas desenvolvidas; orientando-os quanto às normas inerentes aos estágios, o registro descritivo diário das atividades e a elaboração do Relatório final, e realizar a avaliação final dos estágios e das atividades desenvolvidas por meio deste relatório; assim como cumprir com outras determinações previstas no Plano de Estágio que compõe cada Plano de Curso, como:

- Orientar os estagiários quanto às condições de realização do estágio, ao local, procedimentos, ética, responsabilidade, comprometimento, dentre outros;
- Analisar as atividades desenvolvidas pelos estudantes de forma contínua, orientando-os quando necessário;
- Supervisionar e acompanhar a frequência (assiduidade) dos estudantes no Campo de estágio;
- Exigir do educando a apresentação do relatório de estágio supervisionado.
- Realizar a avaliação final dos estágios e das atividades desenvolvidas por meio do Relatório final elaborado pelo estudante;
- Zelar e colaborar pela manutenção e aperfeiçoamento do campo de estágio;
- Promover encontros periódicos para a avaliação e controle das atividades dos estagiários, encaminhando à Coordenação de Estágio, as fichas de acompanhamento das atividades, avaliação e frequências;
- Dar ciência à Coordenação de Estágio por meio do relatório final elaborado pelo estudante-estagiário, das atividades realizadas, seu rendimento e frequência;
- Efetivar a práxis, trazendo para o corpo docente situações do estágio, confirmando seu caráter pedagógico.

As atribuições do estudante estagiário, em relação ao estágio obrigatório, conforme previsto no Plano de Estágio que compõe o Plano de Curso de cada curso técnico, como:

- Realizar a carga horária total de estágio prevista na Matriz Curricular do curso durante o ano letivo, de acordo com as orientações dadas pelo Setor de Estágio e Coordenação e Supervisão de estágio;

- Cumprir os prazos estabelecidos pela Instituição de Ensino para início do estágio e entrega das documentações e relatório final, orientados previamente;
- Manter assiduidade e pontualidade, tanto nas atividades desenvolvidas na Parte Concedente como na Instituição de Ensino;
- Celebrar Termo de Compromisso com a Parte Concedente e com a Instituição de Ensino, dando ciência ao seu assistente legal (se este tiver idade superior a 16 e inferior a 18 anos) e/ou seu representante legal (em caso de idade inferior a 16 anos);
- Respeitar as normas da Parte Concedente e da Instituição de Ensino;
- Procurar a Coordenação e a Supervisão de estágio para comunicar situações que envolvam a realização desta prática;
- Associar a prática de estágio com as atividades previstas no plano de estágio;
- Realizar e relatar as atividades do plano de estágio e outras, executadas, mas não previstas no plano de estágio no Diário Descritivo (documento próprio entregue ao estudante);
- Entregar o relatório final de estágio no prazo previsto, conforme modelo e orientações fornecidas pelo Supervisor de Estágio e pelo Setor.

O estágio obrigatório deve ter acompanhamento efetivo pelo Supervisor de Estágio do respectivo Curso da Educação Profissional e pelo supervisor da Parte Concedente, sendo mediado também pelo preenchimento, por parte do estagiário, do Descritivo Diário das Atividades durante o estágio, no qual são especificados os dias da prática, a carga horária e um breve relato das atividades realizadas.

O estudante-estagiário será avaliado considerando: o cumprimento de 100% da carga horária constante na Matriz Curricular do Plano do Curso, a entrega da folha registro do Descritivo Diário das Atividades realizadas no período do estágio; a entrega da folha de avaliação de desempenho do estagiário pelo supervisor de estágio da Parte Concedente; a entrega do Relatório final elaborado pelo estudante conforme modelo disponibilizado pelo Supervisor e Setor de Estágio. Na disciplina de Estágio Profissional Supervisionado, o estudante será considerado aprovado se obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), sendo essa nota composta 50% pela avaliação do supervisor da Parte Concedente e 50% pela avaliação do supervisor de estágio da Instituição de Ensino, através da correção do relatório final.



III. ELEMENTOS OPERACIONAIS



3. PLANO DE AÇÃO: PROPOSIÇÃO DE METAS

Diante do diagnóstico apresentado, definiram-se algumas metas com as respectivas ações a serem desenvolvidas no intuito de efetivar a transformação necessária na prática administrativa e pedagógica da Instituição.

A organização desse Plano de Ação ajuda a saber exatamente o que fazer e as prioridades do momento, sendo que o cronograma deverá ser realizado pelas Chefias e coordenações, assim como pelos diferentes setores que compõem o organograma do CEP. Essa ferramenta traz maior efetividade na execução das atividades, além de trazer mais praticidade no processo de tomada de decisão à luz da gestão democrática em seu aspecto prático.

O controle das tarefas e a execução das ações pressupõe a gestão do tempo, sempre conectado ao Calendário Escolar, assim como a definição de recursos, pessoas e resultados. O plano de ação do CEP é fundamental para colocar em prática os objetivos e as metas criadas no planejamento estratégico.

Espera-se que as metas e ações descritas, articuladas entre si, promovam a transformação do conjunto, de forma a representar o processo pela efetivação do Projeto Político Pedagógico que queremos.

O Plano foi organizado em 06 Dimensões básicas:

DIMENSÃO	OBJETIVO PRINCIPAL
Dimensão 1: Processo de Ensino-Aprendizagem	Melhorar o processo de ensino-aprendizagem
Dimensão 2: Ambiente e Clima Escolar	Garantir um ambiente escolar educativo
Dimensão 3: Prática Formativa	Garantir prática formativa
Dimensão 4: Gestão Escolar Democrática	Garantir uma gestão escolar democrática
Dimensão 5: Formação Continuada	Implementar a Formação continuada dos profissionais da educação
Dimensão 6: Educação Profissional	Melhorar o processo de ensino-aprendizagem nos cursos da Educação Profissional nas formas Integrada e Subsequente ao nível médio.

Tabela 14: Dimensões do Plano de Ação

A seguir, o detalhamento do Plano de Ação, constando Metas, Prazos, Ações e Responsáveis:

3.1. DIMENSÃO 1: PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

OBJETIVO	META	PRAZO	AÇÕES	RESPONSÁVEL
Melhorar o processo de ensino-aprendizagem	Incentivar os estudantes a buscar e aprofundar os conhecimentos.	Durante todo o ano letivo	<ul style="list-style-type: none"> - Atender os estudantes que têm dificuldade de aprendizagem e incentivar os estudantes que apresentam facilidade a buscar o aprofundamento dos estudos e ampliação do conhecimento. - Desenvolver projetos, por área de conhecimento, que contribuam para a melhoria da aprendizagem. - Promover diferentes oportunidades de desenvolvimento aos estudantes: Biblioteca, Aulas específicas nos laboratórios, Esportes, OACEP, Robótica, Sedução Poética CELEM (pluralidade linguística e intercultural), etc. 	Professores Equipe Pedagógica Coordenadores de Cursos Coordenadores de Disciplinas
	Ampliar os momentos de avaliação e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.	Durante todo o ano letivo	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar os resultados da aprendizagem, os indicadores internos e externos e os fatores que possam estar interferindo no processo. - Refletir sobre os critérios dos Conselhos de Classe e sobre os estudantes aprovados por Conselho de Classe - Garantir a realização de Conselhos de Classe Extraordinários, sempre que necessário. - Intensificar o acompanhamento dos estudantes no Classroom e sua participação nas atividades. - Revisar os índices de frequência dos estudantes às aulas do Classroom representadas no percentual apontado no Power BI, tendo em vista os registros oficiais no RCO. - Realizar a manutenção dos registros de movimentação de estudantes, tendo em vista os apontamentos dos Conselhos de Classe, e excluir os estudantes remanejados /transferidos/ desistentes das turmas do Classroom. - Orientar os estudantes a respeito dos resultados obtidos em cada trimestre após apontamentos do Conselho de Classe . - Intensificar a orientação aos estudantes sobre a organização de estudo neste período de aulas não presenciais. 	Professores Equipe Pedagógica

			<p>-Informar e orientar os pais/responsáveis sobre o aproveitamento escolar, após o fechamento de cada período avaliativo, através de contatos telefônicos, e-mail e reuniões virtuais.</p> <p>- Intensificar a análise do sistema BI em reuniões com professores, Coordenadores e Equipe Pedagógica, via MEET, para que utilizem os dados como mais uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões e para a melhoria das práticas.</p> <p>- Dar continuidade às reuniões com a Equipe Pedagógica para trabalhar com os resultados obtidos no primeiro trimestre, retomando as propostas efetivas encaminhadas nos momentos do Conselho de Classe.</p> <p>- Implementar a realização de simulados e avaliações internas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, com base nos descritores, e propor para as demais disciplinas.</p>	
	Reduzir a aprovação por Conselho de Classe	No início do ano letivo	- Realizar levantamento e análises dos estudantes aprovados pelo Conselho de Classe, verificando os motivos e planejando ações para melhoria da aprendizagem e aprovação dos estudantes.	Professores Equipe Pedagógica
	Melhorar a aprendizagem da leitura, interpretação e escrita	Durante todo o ano letivo	- Incentivar a leitura e a escrita em todas as disciplinas. - Promover atividades de interpretação (textos, imagens, contexto, etc.) em todas as disciplinas.	Professores Coordenadores
	Melhorar a aprendizagem de resolução de problemas	Durante todo o ano letivo	- Realizar atividades que promovam a interpretação de dados e informações para a resolução de problemas, assim como interpretação de dados em gráficos e tabelas. - Promover atividades de cálculos e desenvolvimento de raciocínio lógico.	Professores Coordenadores
	Garantir o cumprimento do importante papel dos Coordenadores de Cursos e de Disciplinas na orientação e acompanhamento dos professores	Durante todo o ano letivo	- Realizar reuniões quinzenais com os Coordenadores. -Garantir que os coordenadores acompanhem e orientem todos os professores na melhoria das suas práticas.	Direção Divisão Educacional Recursos Humanos

Melhorar o ensino e a qualidade das aulas	Durante todo o ano letivo	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a realização e o acompanhamento do PTD nas Horas Atividades. - Diversificar as metodologias utilizadas e o uso de recursos didáticos. - Criar momentos para discussão da avaliação. - Intensificar o acompanhamento das práticas dos professores na Horas Atividades por disciplina/curso. - Reorganizar o trabalho com os resultados das avaliações externas e os descritores junto à Equipe Pedagógica, Coordenadores e Professores, aprofundando o estudo de cada descritor, e estabelecendo sua inclusão, de forma mais direta e específica, no Plano de Trabalho Docente do professor. - Implementar melhorias no processo de envio dos kits de atividades aos estudantes que não possuem acesso aos meios digitais. 	Coordenadores Pedagogos Professores
Estimular e orientar a pesquisa científica.	Durante todo o ano letivo	<ul style="list-style-type: none"> - Criar parcerias com Instituições de Ensino Superior para que os estudantes conheçam projetos de pesquisa desenvolvidos nas IES 	Coordenadores Pedagogos Professores
Garantir a oferta das aulas de reforço e aulas de assistência aos estudantes	Durante todo o ano letivo	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar o rendimento dos estudantes, durante todo o ano e, identificada alguma dificuldade, encaminhar às aulas de reforço. - Incentivar a participação dos estudantes nas aulas de assistência. - Acompanhar o desenvolvimento do Reforço e Assistência no CEP, implementando sempre as mudanças necessárias que garantam sua efetividade. - Aperfeiçoar os critérios de participação dos estudantes no reforço escolar e as medidas em relação aos estudantes que são indicados e não participam. 	Professores Pedagogos Coordenadores Coordenação do Reforço e Assistência
Cumprir as PPCs e fortalecer as Diretrizes Curriculares Estaduais.	Durante todo o ano letivo	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunizar o conhecimento e a discussão dos documentos norteadores do Estado. - Criar condições para o planejamento articulado entre os professores das diversas disciplinas. 	Coordenadores Pedagogos
Melhorar o acompanhamento e as condições de aprendizagem	A partir de 2024	Sugerir a Criação de núcleo da Educação Especial na Divisão Educacional, para tratar das questões específicas da inclusão e das ações voltadas aos estudantes	Divisão Educacional

	aos estudantes de inclusão		que necessitam de acompanhamento individualizado e de profissionais do AEE.	
	Garantir maior acesso e permanência dos estudantes do CEP nos Cursos do CELEM e combater a sua evasão escolar	Início e metade do ano letivo	<p>- Oportunizar o processo de inscrição/seleção/matriculação para os Cursos do CELEM/CEP em duas fases, sendo a primeira fase destinada especificamente aos estudantes matriculados no Ensino Regular do CEP e a segunda fase, destinada aos estudantes de outras escolas e também à comunidade.</p> <p>- Retomar o diálogo crítico-participativo com estudantes, professores, pedagogos e diretores, objetivando entender o CELEM/CEP a partir da sua própria problematização e contribuições diretamente do contexto escolar da sua realização.</p> <p>- Dar continuidade às ações e tratativas (protocolados) junto à SEED-PR para a reorganização do funcionamento do CELEM visando a publicação de nova Instrução Normativa que potencialize o processo de ensino e aprendizagem de línguas.</p> <p>- Assegurar a proposta construída pelo CELEM/CEP para a reorganização do formato da oferta dos Cursos do CELEM de anual para o formato semestral.</p> <p>- Assegurar a proposta construída pelo CELEM/CEP para implementar o Teste de Classificação previsto em legislação.</p> <p>- Assegurar a proposta construída pelo CELEM/CEP para implementar o Quadro de Conteúdos Mínimos e alimentar o RCO otimizando o preenchimento dos professores.</p>	Direção Divisão Educação Professores Coordenação CELEM/CEP
	Garantir a Matriz Curricular de 30 horas/aula para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio	Durante todo o ano letivo	<p>- Assegurar a oferta da Matriz Curricular de 30 horas/aula construída coletivamente no CEP.</p> <p>- Manter as Disciplinas Curriculares definidas pela BNCC, bem como assegurar as Disciplinas escolhidas pela Comunidade Escolar do CEP para compor a Parte Diversificada como LEM-Espanhol e Desenho Geométrico.</p>	Direção Divisão Educação Professores Coordenações.

Tabela15: Dimensão 1 – Processo de Ensino Aprendizagem

3.2. DIMENSÃO 2: AMBIENTE E CLIMA ESCOLAR

OBJETIVO	META	PRAZO	AÇÕES	RESPONSÁVEL
Garantir um ambiente escolar educativo	Modernizar e garantir equipamentos tecnológicos em quantidade e qualidade (computadores, impressoras, data show, internet, etc.)	Durante todo o ano letivo	- Realizar levantamentos periódicos das condições dos equipamentos utilizados e das necessidades. - Manter planejamento de aquisição e manutenção dos equipamentos.	Direção Infocep
	Melhorar as relações interpessoais e os cuidados com o patrimônio.	Durante todo o ano letivo	- Realizar atividades voltadas à formação de valores éticos e estéticos e à conservação do patrimônio do CEP	PROCEP PERTENCEP Centro de Memória
	Manter a organização e conservação do espaço escolar	Durante todo o ano letivo	- Manter número adequado de funcionários para atender as necessidades. - Manter funcionários com qualificação nas áreas com demandas que necessitam de conhecimentos específicos (Ex: Infocep)	Direção GAA
	Criar sentimento de pertencimento e respeito ao CEP	Durante todo o ano letivo	- Desenvolver trabalho educativo sobre Patrimônio Cultural e Histórico e sobre a história do CEP para os estudantes que ingressam no Colégio. - Desenvolver um trabalho educativo com os estudantes sobre a importância da participação efetiva dos estudantes nas avaliações externas – Prova Paraná e Prova Brasil.	PERTENCEP Centro de Memória.
	Cumprir o Regimento Escolar	Durante todo o ano letivo	- Dar conhecimento a toda a comunidade escolar do Regimento Escolar do CEP, procurando garantir o seu cumprimento. - Orientar e incentivar o cumprimento das ações previstas no Regimento Escolar.	Todos os profissionais do CEP
	Assegurar as salas de aula e da Coordenação para o funcionamento das turmas dos Cursos do CELEM	Durante todo o ano letivo	- Garantir no planejamento das turmas para cada ano letivo do CEP as salas de aula e da Coordenação para as atividades dos Cursos do CELEM/CEP	Direção Secretaria Divisão Educativa Coordenação CELEM/CEP.

Tabela 16: Dimensão 2 – Ambiente e Clima Escolar

3.3. DIMENSÃO 3: PRÁTICA FORMATIVA

OBJETIVO	META	PRAZO	AÇÕES	RESPONSÁVEL
Garantir prática formativa	Fortalecer e valorizar os profissionais do CEP	Durante todo o ano letivo	- Criar espaços para debates entre os profissionais para melhorar as relações humanas. - Reconhecer o trabalho realizado.	Direção Equipe Pedagógica Coordenadores.
	Melhorar as relações humanas	Durante todo o ano letivo	- Realizar palestras e formações sobre relações humanas, ética, etc.	Professores Equipe Pedagógica
	Orientar e integrar os estudantes	Durante todo o ano letivo	- Promover a integração entre os estudantes.	Professores Equipe Pedagógica
	Aproximar e garantir maior participação das famílias	Durante todo o ano letivo	- Promover reuniões e palestras com as famílias dos estudantes.	Direção Divisão Educacional
	Garantir que toda a comunidade escolar conheça o PPP	Durante todo o ano letivo	- Disseminar a concepção de educação e os valores que fundamentam o PPP para a convergência de esforços e unidade de encaminhamentos	Direção Divisão Educacional
	Assegurar uma formação integrada, plurilinguística e intercultural dos estudantes via os Cursos do CELEM/CEP.	Durante todo o ano letivo	- Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar projetos educacionais com a finalidade de oportunizar a melhoria na/da qualidade do processo de construção do conhecimento linguístico e intercultural em Línguas via os Cursos do CELEM/CEP	Coordenação CELEM/CEP, Divisão Educacional e Direção.

Tabela 17: Dimensão 3 – Prática Formativa

3.4. DIMENSÃO 4: GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

OBJETIVO	META	PRAZO	AÇÕES	RESPONSÁVEL
Garantir uma gestão escolar democrática	Oportunizar a formação ampla dos estudantes (dimensão política, participação democrática).	Durante todo o ano letivo	- Realizar formações e debates aos estudantes. - Garantir a participação do GE- CEP nas decisões do CEP.	Direção Equipe Pedagógica.
	Garantir transparência na comunicação e nas decisões	Durante todo o ano letivo	- Divulgar amplamente as informações no site, nos murais e nas reuniões. - Integrar os diversos segmentos e instâncias da comunidade escolar a participar das análises e proposições de ações de intervenção para a melhoria dos resultados da aprendizagem.	Toda Comunidade Escolar
	Garantir a efetiva participação dos agentes educacionais na gestão do CEP	Durante todo o ano letivo	Realizar periodicamente reuniões da Direção com os agentes I e II	Direção
	Oportunizar conjuntamente com a SEED- PR eventos de formação para os professores dos Cursos do CELEM	Durante todo o ano letivo	Solicitar à SEED-PR a retomada de eventos de formação continuada que contemplem os aspectos sobre metodologias, interculturalidade, letramento digital e avaliação para os professores que atuam nos Cursos do CELEM/CEP.	Direção Coordenação CELEM/CEP

Tabela 18: Dimensão 4 – Gestão Escolar Democrática

3.5. DIMENSÃO 5: FORMAÇÃO CONTINUADA

OBJETIVO	META	PRAZO	AÇÕES	RESPONSÁVEL
Implementar a Formação continuada dos profissionais da educação	Ofertar formação continuada aos professores, pedagogos e funcionários para o uso das tecnologias	Durante todo o ano letivo	- Fazer levantamento das necessidades de formação. - Realizar parcerias com IES para formação dos profissionais do CEP.	Divisão Educacional Direção
	Possibilitar a troca de experiência entre os professores	Durante todo o ano letivo	- Oportunizar a todos os profissionais o conhecimento das práticas e a troca de experiências, valorizando as práticas realizadas e reconhecendo os profissionais. - Criar grupos de estudo no CEP para elaboração de material didático e estudos.	Divisão Educacional
	Capacitar os professores para o uso do RCO	Durante todo o ano letivo	- Oportunizar formação e orientações para que os professores utilizarem o RCO.	Direção Divisão Educacional.
	Promover cursos e palestras para os agentes educacionais I e II	Durante todo o ano letivo	- Realizar levantamento das demandas e necessidades e oportunizar condições para aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional	PROCEP

Tabela 19: Dimensão 5 – Formação Continuada

3.6. DIMENSÃO 6: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO	META	PRAZO	AÇÕES	RESPONSÁVEL
Melhorar o processo de ensino-aprendizagem nos cursos Técnicos Integrados e Subsequentes	Reduzir a evasão/ abandono nos cursos técnicos	Durante todo o ano letivo	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar levantamento dos motivos da desistência dos estudantes nos cursos técnicos nos últimos anos e no ano vigente. - Analisar as causas e as ações possíveis/ necessárias a fim de evitar /minimizar a evasão nos cursos. - Rediscutir com o coletivo o “Plano de Ação para o acompanhamento da frequência escolar nos cursos técnicos subsequentes”, elaborado pelo conjunto de professores, pedagogos e coordenadores dos cursos da educação profissional subsequentes no enfrentamento às faltas e abandono de curso. - Realizar a Busca Ativa, de forma permanente e diária, cumprindo os encaminhamentos do Programa de Combate ao Abandono Escolar. 	Professores Equipe Pedagógica Coordenadores de Cursos
	Manter e ampliar parcerias com empresas e instituições públicas para estágios nos cursos da Educação Profissional.	Durante todo o ano letivo	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar contatos e busca no mundo do trabalho para estreitar parcerias de estágio aos estudantes. - Estabelecer parcerias com Instituições para ampliação dos conteúdos aos estudantes. 	Coordenadores Professores Setor de Estágio
	Ampliar o acervo bibliográfico.	Durante e todo o ano letivo	- Fazer levantamento das necessidades e solicitar aquisição.	Direção Coordenadores
	Disponibilizar e organizar espaço para o acervo dos materiais produzidos pelos cursos de PAV e Teatro.	Durante todo o ano letivo	- Criar espaço para os materiais e garantir a adequada organização	Direção Coordenadores
	Oportunizar aos estudantes maior conhecimento sobre os cursos.	Durante todo o ano letivo	- Apresentar e trabalhar com os estudantes a ementa do curso, mundo do trabalho, avaliação e outros aspectos do curso ao qual se inscreveu.	Coordenadores Professores
	Oportunizar aos estudantes melhoria na qualidade do ensino	Durante todo o ano letivo	- Realizar trabalho colaborativo da equipe, formando uma engrenagem que propicie um melhor aprendizado, buscando trabalhar com diversas ferramentas disponibilizadas pela Tecnologia.	Coordenadores e professores

Tabela 20: Dimensão 6 – Educação Profissional



IV. ELEMENTOS CURRICULARES



DESCRIÇÃO	LINK
Referencial curricular Ensino Médio	https://professor.escoladigital.pr.gov.br/nem
Currículo FGB E.M.	https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/ensino_medio_curriculo_formacao_geral_basica.pdf
Cadernos dos Itinerários Formativos E.M.	https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/collections_featured.php?parent=6614&k=b0c4d14f9b
Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, trazendo os conteúdos para cada componente curricular em cada ano do Ensino Fundamental	https://professor.escoladigital.pr.gov.br/crep
Lista de Conteúdos do trimestre	https://drive.google.com/drive/folders/1oRJ-AJ66fmnCwijnDeQyGDSAlb5naiW2?usp=sharing
Planos de Aula LRCO	https://drive.google.com/drive/folders/1oRJ-AJ66fmnCwijnDeQyGDSAlb5naiW2?usp=sharing
Proposta Curricular E.M. CEP	https://drive.google.com/file/d/19r0HK6QJ-stmfQbOjcliJQ8Hu-bsrCFI/view?usp=sharing
Ementa Educação Financeira	https://drive.google.com/file/d/1czpjHdKegdQJ95D1tgnUWSDr5zs1mME9/view?usp=sharing
Acesso ao Calendário Escolar	https://www.cep.pr.gov.br/Pagina/Calendario-Escolar



V. REFERÊNCIAS



4. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 25-35, 1997.
- _____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo; Porto Alegre: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37- 72.
- AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. A BNCC e a formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. *Revista Retratos da Escola*, v. 13, n. 25, 2019.
- ALBUQUERQUE, J. A racionalidade de um discurso: jovem como agente estratégico de desenvolvimento. Recife: UFPE, 2014. (Tese de Doutorado em Serviço Social).
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 1998.
- ARROYO, M. G. Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003, p.28-49. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acesso em 25/08/2019.
- BITTENCOUR, R. N. As contingências do amor e a dissolução da alteridade amorosa no capitalismo afetivo. *Cadernos Zygmunt Bauman*. vol. 3, num. 6, 2013.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- _____. Parecer CEB nº 15/98: Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 1998.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília, 1999.
- _____. MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 09 de outubro de 2007.
- _____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/ SECADI, 2014.
- _____. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. MEC, Brasília. (s/d). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Consulta em 30/11/2019.
- CALDEIRA, A. M. S. Avaliação e processo de ensinoaprendizagem. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 1997.
- _____. Ressignificando a avaliação escolar. In: _____. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. p. 122-129 (Cadernos de Avaliação, 3).
- CARVALHO, R. E. Educação inclusiva com os pingos nos “is”. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- _____. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva – Porto Alegre: mediação, 2001.
- CHUEIRI, M. S. F. Concepções sobre a Avaliação Escolar. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.
- COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. Projeto Político Pedagógico. 2014/2015. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.cep.pr.gov.br/arquivos/File/2015/PPP20142015.pdf> Acesso em Abr 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº02/2017**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- CORTI, A. P.; FREITAS, M. V.; SPÓSITO, M. P.; SOUZA, R. Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.
- CURY, J. Os conselhos de Educação e os sistemas de gestão, in FERREIRA, N. E AGUIAR, A. São Paulo: Cortez; 2006
- DAYRELL, J. A escola faz a juventude? Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/acervo.php>>. Acesso em: 26 ago. 2019.
- _____. O Jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 40-52, 2003.
- _____. GOMES, N. (s.d.). A Juventude no Brasil. Disponível em:

- <https://xa.yimg.com/kq/groups/19457852/.../name/JUVENTUDE+NO+BRASIL.pdf>. Acesso em 08.09.19.
- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 1876.
- ESTANISLAU, G. M; BRESSAN, R. A. (org.) Saúde Mental na Escola: O que os Educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FERREIRA, J. A. O.; CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico com alunos público-alvo da educação especial do ensino fundamental II na sala de aula comum. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. esp. 2, p.969-985, 2016. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.esp2.p969-985>>. E-ISSN: 1982-5587.
- FERREIRA, L. H. Os mecanismos de controle da organização capitalista contemporânea na gestão escolar pública paranaense (1995-2002). Curitiba: 2002.
- FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M.. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido, SP. Paz e Terra, 1974
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. Educação e Crise do Capitalismo Real, São Paulo: Vozes, 1994.
- _____. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. Revista Ideação Unioeste, 1995.
- _____. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica. 2007, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>
- GRAMSCI, A. Obras Escolhidas. Martins Fontes, São Paulo.
- _____. Cadernos do Cárcere, Vol 1, Caderno 11 (1932–1933) Introdução ao estudo da filosofia. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999.
- _____. Cadernos do Cárcere, volume 2. edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-editor, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. – 2a Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GROPPO, L. A. Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. Última Década, n. 33 , p. 11-26, 2010.
- KOSIK, K. A dialética do concreto. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.
- KUENZER, A. (org.) Ensino Médio – Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KUNZ, E. Educação Física: ensino e mudanças. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.
- LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LOPES, A. C. Políticas de currículo: recontextualização e hibridismo. Currículo sem fronteiras. v. 6, n. 2, p. 50-64, Jul/Dez, 2005.
- LUKÁCS, G. Per l'ontologia dell'essere sociale . Roma: Riuniti, 1976. v. 1. liv. 1.
- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.
- MARX, K. O Capital, livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 287.
- _____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I p. 211.
- MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens. In: FLORESTAN, F. (Org.). Marx/Engels: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 182-219.
- MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 1996.
- PARANÁ. Deliberação N.º 014/99: Indicadores para elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica em suas diferentes modalidades. Curitiba: CEE-PR, 1999.
- _____. Deliberação N.º 04/2016: Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Curitiba: CEE-PR, 2006.
- _____. Instrução N.º 017/2006: . A Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, passa a ser obrigatória em todos os níveis e modalidades dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual de Educação Básica. Curitiba: SUED/SEED, 2006.
- _____. Deliberação N.º 02/2009: Normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio, no Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no Ensino Médio, nas Séries Finais do Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Curitiba: CEE-PR, 2009.
- _____. Resolução N.º. 3399 / 2010: Compôr Equipes Multidisciplinares nos Núcleos Regionais de Educação – NREs e Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica. Curitiba: GS/SEED, 2010.
- _____. Instrução N.º 010/2010: Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena. Curitiba: SUED/SEED, 2010.
- _____. Instrução N.º 028/2010: Orienta os procedimentos do Estágio dos estudantes da Educação

- Profissional Técnica de Nível Médio, do Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Curitiba: SUED/SEED, 2010.
- _____. Deliberação N.º 02/2016: Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: CEE-PR, 2016.
- _____. Deliberação N.º 02/2018: Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: CEE-PR, 2018.
- _____. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Ensino fundamental na rede pública de ensino da educação básica do Estado do Paraná. Curitiba: SEED/SUED, 2005. Mimeog.
- _____. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Curitiba: SEED, 2008.
- _____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. Educação especial e inclusão educacional. Secretaria de Estado de Educação. Curitiba: SEED, 2010.
- _____. Orientação N.º 017/2019: Reestruturação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, nas instituições de ensino estaduais, a partir das Deliberações n.º 02/2018 e 03/2018 - CP/CEE/PR, Parecer 01/2019 - CP/CEE/PR e da Instrução n.º 04/2019 - DEDUC/DPGESEED. Curitiba: DEDUC/SEED, 2019.
- _____. Instrução Normativa N.º 024/2017, de 04 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os critérios para implantação e funcionamento de cursos no Centro de Línguas Estrangeira Modernas (CELEM) da rede pública estadual de ensino do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba: SEED-PR, 2017. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2017/instrucao242017_sued_seed.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.
- _____. **Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE-PR)**. Curitiba, 2015. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/PEE/Anexo_18492.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.
- _____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE)**. Língua Estrangeira Moderna. Curitiba: SEED-PR, 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_lem.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.
- _____. Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientação. Educação Infantil e Componentes Curriculares do Ensino Fundamental. Curitiba: SEED, 2018. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf. Consulta em 30/11/2019.
- _____. Referencial Curricular do Paraná em Ação: princípios, direitos e orientação. Curitiba: SEED, 2019.
- PAULA, E., NAZÁRIO, R. Entrevista com Manuel Sarmiento. Zero-a-Seis. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância. Florianópolis: UFSC, v.13, n.23, 2011, p.1-9. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2011n23p112/17947>. Acesso em 25/08/2019.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997; N.º 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N.º 6.
- POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- PRZEWORSKY, A. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relum e Dumará, 1995.
- SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: Pinto, M.; Sarmiento, M.J. (coords). As Crianças: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Crianças. Universidade do Minho, 1997, p.9-30.
- SARMENTO, M. J. VASCONCELLOS, V. M. R. (Org.) Infância (in)visível. Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.
- _____. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In MARTINS FILHO, A. J.; PRADO, P. D. (Orgs), Das Pesquisas com Crianças à Complexidade da Infância. Campinas: Autores Associados. 2011. pp. 27-60.
- SEVERINO, A. J. Educação, ideologia e contra-ideologia. São Paulo, EPU, 1986.
- _____. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200000200010.
- SILVA, F. C. T.; XAVIER FILHA, C. Conhecimento em disputa na Base Nacional Comum Curricular. Campo Grande: Editora Oeste, 2019.
- SOUSA, R. BORGES, L. A teoria de Vygotsky e a educação de jovens e adultos. (s/d). disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/anexo26_Vygotsky.pdf. Acesso em 20.ago.2019.
- VILLAS-BOAS, B. M. F. Planejamento da avaliação escolar. Pró-posições, v. 9, n. 3, p. 19-27, nov. 1998.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. Pensamento e Linguagem. Série Psicologia e Pedagogia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.